

Plano de Atividades 2017

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DOUTOR RICARDO JORGE I.P.



ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	5
2. O INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DOUTOR RICARDO JORGE.....	5
2.1. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL.....	5
2.2. MISSÃO, ATRIBUIÇÕES, VALORES E VISÃO	8
2.3. ESTRUTURA ORGÂNICA.....	13
2.4. ORGANOGRAMA DO INSTITUTO RICARDO JORGE.....	16
2.5. PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS NACIONAIS	17
2.6. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO.....	23
2.7. PARCERIAS.....	30
2.8. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO	37
2.8.1. Enquadramento com planos superiores institucionais	37
2.8.2. Análise estratégica.....	40
3. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA.....	44
3.1. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA.....	44
3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	45
3.2.1. Formulação e análise dos objetivos estratégicos	46
3.3. MAPA DA ESTRATÉGIA	50
3.4. OBJETIVOS PLURIANUAIS	51
3.5. OBJETIVOS OPERACIONAIS	58
3.6. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO	59
3.7. CONTRIBUIÇÃO PARA AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	62
4. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS.....	64
4.1. RECURSOS HUMANOS.....	64
4.1.1. Caracterização	64
4.1.2. Formação	66
4.2. RECURSOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	67
5. OBJETIVOS OPERACIONAIS POR UNIDADE ORGÂNICA	69
5.1. DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO.....	69
5.1.1. Atribuições.....	69
5.1.2. Objetivos operacionais	70
5.1.3. Recursos Humanos	73
5.2. DEPARTAMENTO DE DOENÇAS INFECIOSAS	74
5.2.1. Atribuições.....	74

5.2.2. Objetivos operacionais	74
5.2.3. Recursos Humanos	78
5.3. DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA.....	79
5.3.1. Atribuições.....	79
5.3.2. Objetivos operacionais	79
5.3.3. Recursos Humanos	83
5.4. DEPARTAMENTO DE GENÉTICA HUMANA	84
5.4.1. Atribuições.....	84
5.4.2. Objetivos operacionais	84
5.4.3. Recursos Humanos	87
5.5. DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS	88
5.5.1. Atribuições.....	88
5.5.2. Objetivos operacionais	88
5.5.3. Recursos Humanos	92
5.6. DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL.....	93
5.6.1. Atribuições.....	93
5.6.2. Objetivos operacionais	93
5.6.3. Recursos Humanos	96
5.7. MUSEU DA SAÚDE.....	97
5.7.1. Atribuições.....	97
5.7.2. Objetivos operacionais	97
5.7.3. Recursos Humanos	98
5.8. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	99
5.8.1. Atribuições.....	99
5.8.2. Objetivos operacionais	100
5.8.3. Recursos Humanos	102
5.9. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	103
5.9.1. Atribuições.....	103
5.9.2. Objetivos operacionais	104
5.9.3. Recursos Humanos	109
5.10. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS TÉCNICOS	110
5.10.1. Atribuições.....	110
5.10.2. Objetivos operacionais	111
5.10.3. Recursos Humanos	118

5.11. ÁREA DA QUALIDADE.....	119
5.11.1. Atribuições.....	119
5.11.2. Atividade	119
5.11.3. Objetivos operacionais	121
5.11.4. Recursos Humanos	122
6. CONCLUSÃO.....	123
7. QUAR	124
8. ANEXOS.....	130
8.1. LISTA DE ACRÓNIMOS	130
8.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS	132
8.2.1. Departamento de Alimentação e Nutrição	132
8.2.2. Departamento de Doenças Infeciosas.....	136
8.2.3. Departamento de Epidemiologia	140
8.2.4. Departamento de Genética Humana.....	144
8.2.5. Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis.....	147
8.2.6. Departamento de Saúde Ambiental.....	151
8.2.7. Museu da Saúde.....	155
8.2.8. Direção de Gestão de Recursos Humanos	157
8.2.9. Direção de Gestão de Recursos Financeiros.....	160
8.2.10. Direção de Gestão de Recursos Técnicos.....	165
8.2.11. Área da Qualidade	171
8.3. MAPA DE PESSOAL	172

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Plano de Atividades constitui-se como um importante instrumento de gestão do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge para o ano 2017, surge enquadrado numa lógica de gestão por objetivos e decorre das determinações e estratégia que emanam do Plano Estratégico 2017-2019.

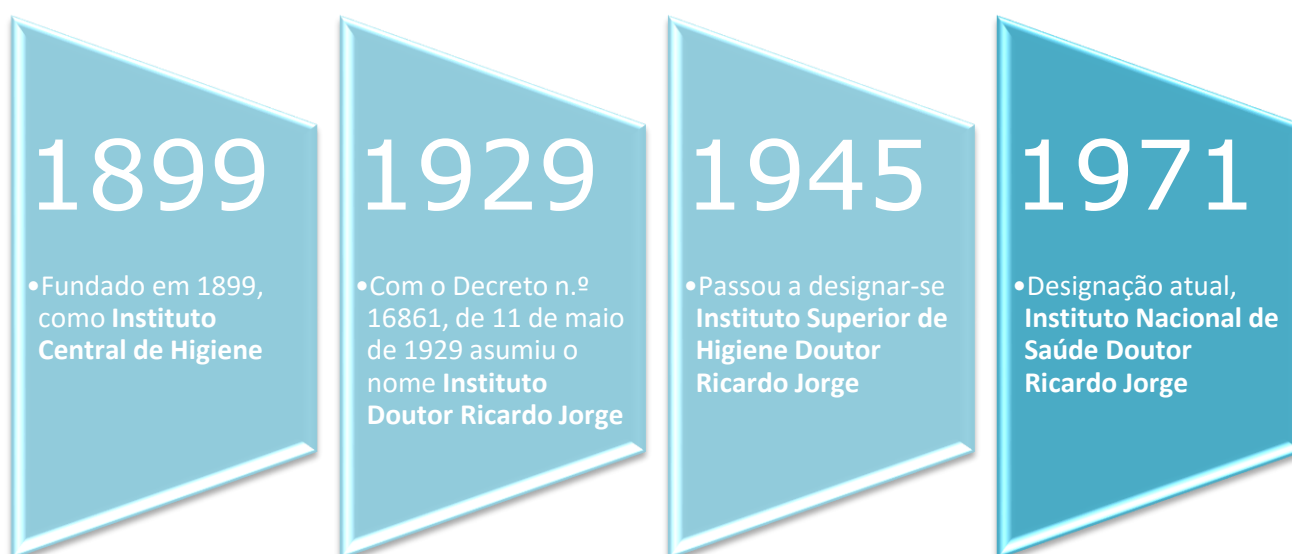
Os objetivos operacionais que constam neste Plano foram definidos com base numa perspetiva global envolvendo todo o Instituto, visando a desejável sincronia de todos os esforços e o reforço da unidade organizacional. Estes encontram-se enquadrados nos cinco objetivos estratégicos definidos para o triénio 2017-2019 e têm em conta os desenvolvimentos no contexto nacional, nomeadamente, a reforma da Saúde Pública em curso e o alinhamento com as orientações estratégicas do Ministério da Saúde.

Tem por base uma cultura de compromisso e exigência, investindo, numa gestão racional e criteriosa dos recursos, humanos, financeiros e organizacionais não descurando a aposta no desenvolvimento dos seus colaboradores. São as pessoas que sustentam o capital de conhecimento da organização e colocam as suas competências ao dispor das atividades e projetos que se pretendem levar a cabo, de modo a reafirmar a imagem do Instituto Ricardo Jorge, enquanto instituição de excelência no Sistema de Saúde Nacional e como *player* reconhecido, na Saúde Global.

2. O INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DOUTOR RICARDO JORGE

2.1. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL

A evolução do Instituto:



O Instituto Ricardo Jorge foi fundado em 1899, pelo médico e humanista Ricardo Jorge (Porto, 1858 – Lisboa, 1939), como Instituto Central de Higiene, designação que viria a manter até 1945, ano em que passou a designar-se Instituto Superior de Higiene. A partir de 1929, pelo Decreto n.º 16861, de 11 de maio de 1929, foi dado ao Instituto o nome do Doutor Ricardo Jorge. Em 1971, depois de uma importante reforma global dos serviços de saúde, o Instituto Ricardo Jorge assumiu múltiplas competências e novas atribuições, destacando-se a investigação aplicada, a formação pós-graduada e os serviços prestados à comunidade, como laboratório nacional de referência, recebendo a designação que atualmente detém, de Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Ao longo da sua profícua história, o Instituto Ricardo Jorge tem vindo a acompanhar e a intervir ativamente no desenvolvimento científico e tecnológico que se vem registando no domínio da saúde a nível Nacional e Internacional.

A aprovação do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), a par do compromisso Eficiência, veio definir as bases para uma nova orgânica do Instituto Ricardo Jorge.

A atual **Lei Orgânica do Ministério da Saúde**, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro define para o Instituto Ricardo Jorge, numa perspetiva de reestruturação a implementar, a missão, as atribuições e o quadro de dirigentes deste Instituto.

A 8 de fevereiro de 2012, é aprovada pelo Decreto-Lei n.º 27/2012, a atual **Lei Orgânica do Instituto Ricardo Jorge**, definindo-o, quanto à sua natureza, como um instituto público, dotado de autonomia científica, administrativa e financeira, com património próprio, que integra os serviços do Ministério da Saúde sob administração indireta do Estado estando sujeito à superintendência e tutela do Ministro da Saúde. Esta Lei Orgânica classifica o Instituto Ricardo Jorge como Laboratório de interesse estratégico nacional, Laboratório do Estado no sector da saúde, Laboratório nacional de referência e Observatório nacional de saúde.

O estatuto de Laboratório do Estado confere-lhe um papel predominante na investigação científica e desenvolvimento científico e técnico em ciências da saúde, destacando-se em particular as ciências biomédicas e as ciências da Saúde Pública, incluindo a investigação epidemiológica, do estado de saúde da população, dos determinantes da saúde, e das suas consequências, incluindo a avaliação da qualidade dos serviços de Saúde Pública. Paralelamente, o Instituto deve prosseguir o desenvolvimento das outras atribuições, com semelhante importância, nomeadamente, as de formação, de difusão da cultura científica, laboratório nacional de referência, observatório nacional de saúde e prestador de serviços diferenciados à comunidade.

A Portaria n.º 162/2012, de 22 de maio aprovou os Estatutos que determinam a organização interna do Instituto Ricardo Jorge, identificando, designadamente, os órgãos Diretivos e estruturas de consulta e fiscalização, seis departamentos técnico-científicos e três Direções de Serviços de apoio.

A 28 de agosto de 2013 foi publicado o Regulamento Interno (Regulamento n.º 329/2013), que define a atual organização, funcionamento e disciplina do trabalho no Instituto Ricardo Jorge.

O Instituto Ricardo Jorge é uma instituição que desenvolve a sua atividade em várias áreas científicas, com a finalidade de promover a saúde e prevenir a doença, no âmbito da sua missão, sendo constituído por profissionais de várias carreiras designadamente, de investigação e técnico-científicas.

A 11 de abril de 2016 a Resolução Conselho de Ministros n.º 20/2016 vem ponderar a integração do Instituto Ricardo Jorge numa Agência e Investigação Clínica e Inovação Biomédica (AICIB), não tendo sido apresentado, até ao momento, um relatório final, por parte do grupo de trabalho constituído para prossecução, entre outros, deste objetivo.

Esta revitalização, renovação e eventual reposicionamento do Instituto no sistema de saúde e a sua articulação com o sistema científico, considerada importante por diversos atores nacionais, era, também, de há muito, ambicionada internamente.

Neste sentido, o Instituto Ricardo Jorge, enquanto organismo central do Ministério da Saúde (com as atribuições de laboratório do Estado, laboratório nacional de referência e observatório nacional do Setor), enfrenta, agora, um novo desafio de renovação e reposicionamento dentro do Sistema Nacional de Saúde.

2.2. MISSÃO, ATRIBUIÇÕES¹, VALORES E VISÃO

MISSÃO

O Instituto Ricardo Jorge tem como missão, contribuir para ganhos em Saúde Pública através de atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, atividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios.

ATRIBUIÇÕES

O Instituto Ricardo Jorge tem como atribuições:

- a) Promover e desenvolver a atividade de investigação científica orientada para as necessidades em Saúde Pública, procedendo à gestão científica, operacional e financeira dos programas de investigação do sector da Saúde Pública;
- b) Promover a capacitação de investigadores e técnicos, bem como realizar ações de divulgação da cultura científica, numa perspetiva de saúde em todas as políticas;
- c) Promover, organizar e coordenar programas de avaliação, no âmbito das suas atribuições, nomeadamente na avaliação externa da qualidade laboratorial e colaborar na avaliação da instalação e funcionamento dos laboratórios que exerçam atividade no sector da saúde;
- d) Promover, organizar e coordenar programas de observação em saúde através, nomeadamente, de estudos de monitorização ambiental e biológica (biovigilância) de substâncias potencialmente tóxicas, tendo em vista avaliar a exposição da população ou de grupos populacionais específicos a estas substâncias, realizados para fins de desenvolvimento de planos de prevenção e controlo da doença;
- e) Assegurar o apoio técnico-normativo aos laboratórios de Saúde Pública;
- f) Prestar assistência diferenciada em genética médica para prevenção e diagnóstico, em serviços laboratoriais;
- g) Planear e executar o programa nacional de diagnóstico precoce;
- h) Colaborar na realização de atividades de vigilância epidemiológica de doenças, transmissíveis e não transmissíveis, e desenvolver ou validar instrumentos de observação em saúde, nomeadamente

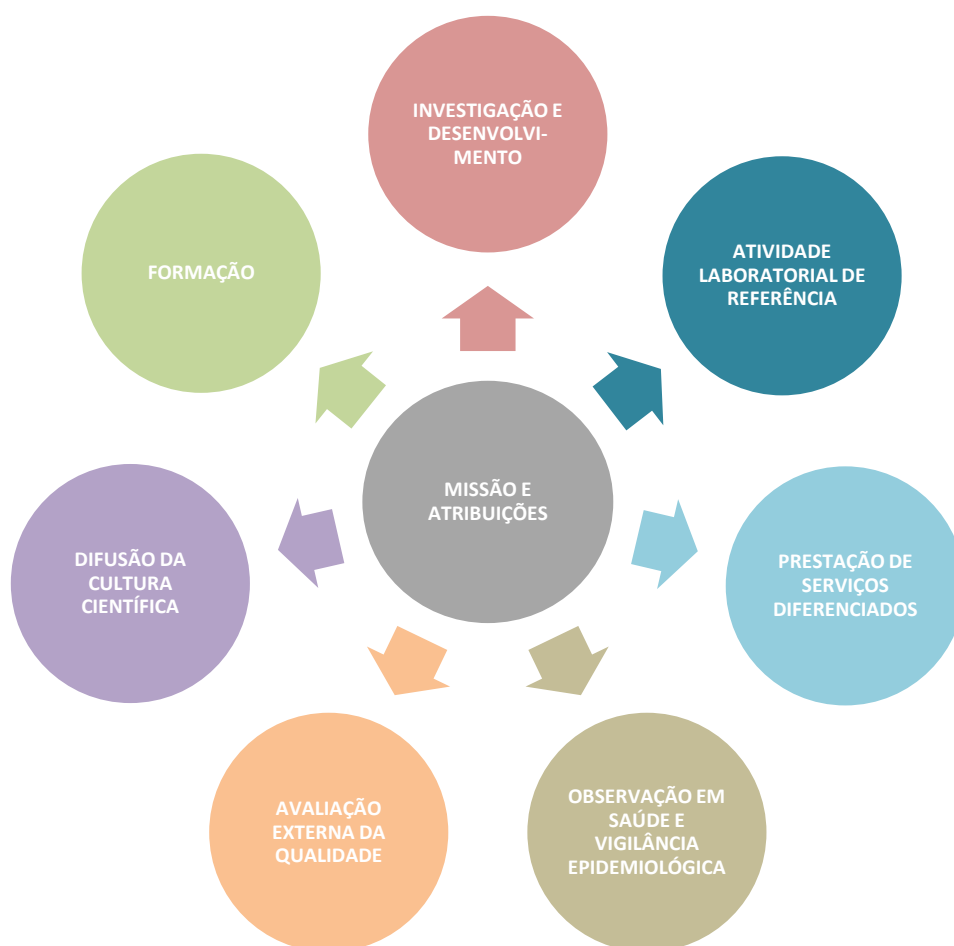
¹ Conforme Decreto-Lei n.º 27/2012 de 08 de fevereiro

através de dados laboratoriais, no âmbito de sistemas de informação, designadamente garantindo a produção e divulgação de estatísticas de Saúde Pública, e promovendo os estudos técnicos necessários, sem prejuízo das atribuições da Direção-Geral da Saúde e da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., nesta matéria;

- i) Assegurar a resposta laboratorial em caso de emergência biológica, de origem natural, acidental ou deliberada, sem prejuízo da coordenação da Direção-Geral da Saúde em matéria de resposta apropriada a emergências de Saúde Pública;
- j) Proceder à monitorização do consumo de aditivos e da exposição da população a contaminantes e outras substâncias potencialmente nocivas presentes nos alimentos, incluindo os ingredientes alimentares cujo nível de ingestão possa colocar em risco a saúde dos consumidores;
- k) Assegurar a recolha, compilação e transmissão à Direção-Geral de Agricultura e Veterinária para efeitos de comunicação à Autoridade Europeia de Segurança Alimentar dos dados analíticos relativos à composição, incluindo contaminantes e outras substâncias químicas, dos géneros alimentícios e alimentos para animais;
- l) Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde e programas de saúde do Ministério da Saúde;
- m) Desenvolver ações de cooperação nacional e internacional, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições que prossegue, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em articulação com a Direção-Geral da Saúde enquanto entidade responsável pela coordenação das relações internacionais do Ministério da Saúde;
- n) Prestar serviços remunerados, nomeadamente de assessoria científica e técnica, a entidades dos sectores público, privado e social, a nível nacional e internacional, nas áreas das suas atribuições;
- o) Instituir prémios científicos e bolsas para a execução de atividades de I&D, como incentivo à formação científica e técnica;
- p) Assegurar a gestão e promoção do Museu da Saúde;
- q) Colaborar, em matéria de investigação científica e laboratorial, com a Direção-Geral da Saúde na definição e desenvolvimento de programas de saúde;
- r) Garantir a articulação com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P., na promoção e apoio à investigação nos domínios da ciência e tecnologia das áreas da medicina transfusional, transplantação e medicina regenerativa.

FUNÇÕES ESSENCIAIS

As atribuições do Instituto Ricardo Jorge podem ser agrupadas pelas funções essenciais preconizadas na sua missão.



No quadro que se segue apresentam-se as atividades atinentes a cada uma das funções essenciais:

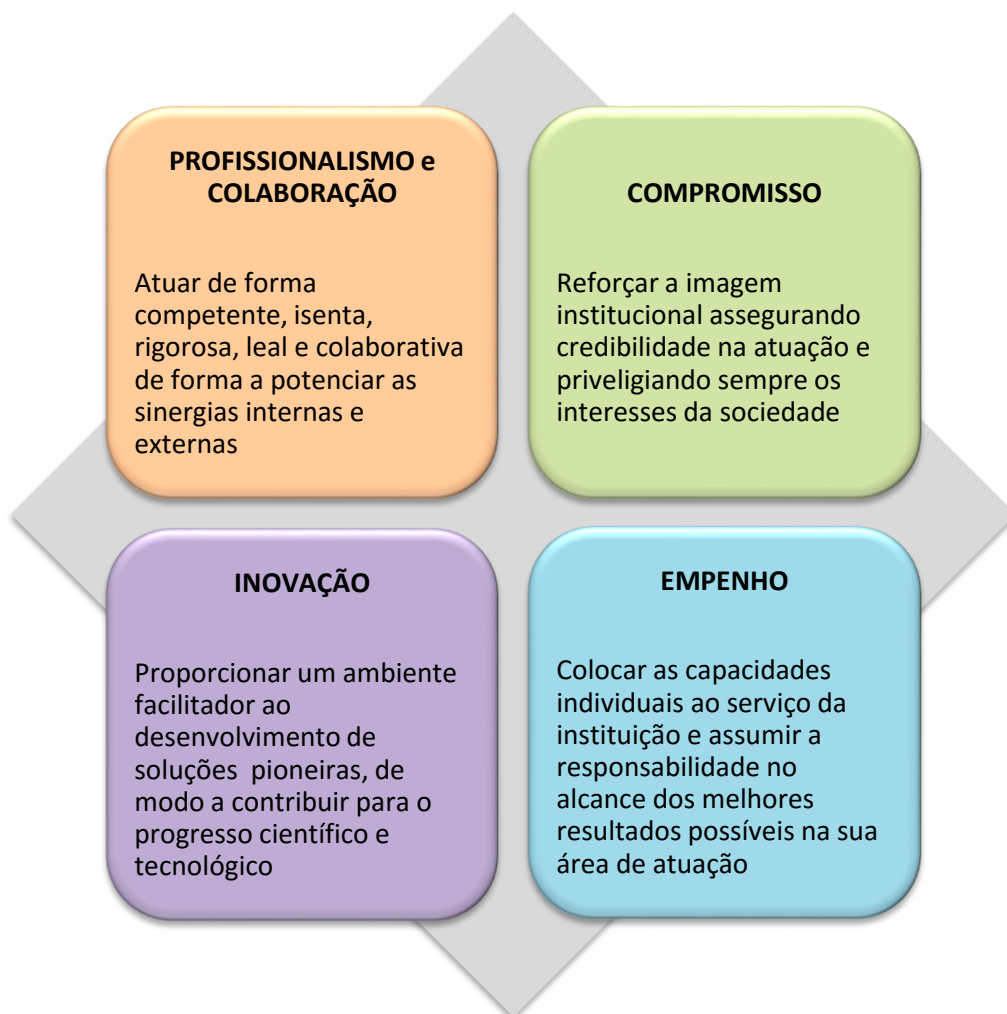
FUNÇÃO ESSENCIAL	ATIVIDADES
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação científica orientada para as necessidades em Saúde Pública • Gestão científica, operacional e financeira dos programas de I&D do sector da Saúde Pública • Instituição de prémios científicos e bolsas para a execução de atividades de I&D, como incentivo à formação científica e técnica • Colaboração em matéria de investigação científica e laboratorial com a DGS na definição e desenvolvimento de programas de saúde • Articulação com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P. (IPST) na promoção e apoio à I&D nas áreas da medicina transfusional, transplantação e medicina regenerativa
FORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da capacitação de investigadores e técnicos com vista a melhorar as competências socioprofissionais dos recursos humanos do Instituto Ricardo Jorge (formação interna) e de outros profissionais de saúde (oferta formativa), em áreas da especialidade e responsabilidade do Instituto Ricardo Jorge
DIFUSÃO DA CULTURA CIENTÍFICA	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de ações de divulgação da cultura científica, numa perspetiva de saúde em todas as políticas • Gestão e promoção do Museu da Saúde • Desenvolvimento de ações de cooperação nacional e internacional
AVALIAÇÃO EXTERNA DA QUALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação externa da qualidade laboratorial • Colaboração na avaliação da instalação e funcionamento dos laboratórios que exerçam atividade no sector da saúde
OBSERVAÇÃO EM SAÚDE E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção, organização e coordenação de programas de observação em saúde, nomeadamente, estudos de monitorização ambiental e biológica (biovigilância) de substâncias potencialmente tóxicas, tendo em vista avaliar a exposição da população ou de grupos populacionais específicos a estas substâncias, realizados para fins de desenvolvimento de planos de prevenção e controlo da doença • Colaboração na realização de atividades de vigilância epidemiológica de doenças, transmissíveis e não transmissíveis, e desenvolver ou validar instrumentos de observação em saúde • Monitorização do consumo de aditivos e da exposição da população a contaminantes e outras substâncias potencialmente nocivas presentes nos alimentos • Recolha, compilação e transmissão à dos dados analíticos relativos à composição, dos géneros alimentícios e alimentos para animais • Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde e programas de saúde do Ministério da Saúde • Planeamento e execução do programa nacional de diagnóstico precoce
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIFERENCIADOS	<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de serviços diferenciados remunerados, nomeadamente, laboratoriais, capacitação e assessoria científica e técnica • Prestar assistência diferenciada em genética médica para prevenção e diagnóstico, em serviços laboratoriais
ATIVIDADE LABORATORIAL DE REFERÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o apoio técnico-normativo aos laboratórios de Saúde Pública • Assegurar a resposta laboratorial em caso de emergência biológica, de origem natural, acidental ou deliberada

VISÃO

Investir nas competências do Instituto Ricardo Jorge enquanto entidade de referência no sistema de saúde, procurando assegurar de forma sistemática e sustentável a governabilidade, a inovação e a qualidade visando o benefício de toda a população

VALORES

Os valores institucionais que o Instituto Ricardo Jorge preconiza, no sentido de fortalecer e dar um significado objetivo aos princípios, pelos quais, pretende ser reconhecido, são os seguintes:



2.3. ESTRUTURA ORGÂNICA

O atual Estatuto do Instituto Ricardo Jorge estabelece um dispositivo organizativo que contempla um conjunto de **órgãos executivos**, de **aconselhamento** e **fiscalização**, para além das estruturas técnico-científicas e dos serviços de apoio.

ÓRGÃOS

São órgãos do Instituto Ricardo Jorge:

- a) O **conselho diretivo**, órgão responsável pela gestão, planeamento, coordenação e avaliação da atividade do Instituto Ricardo Jorge, bem como pela direção dos respetivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações governamentais.
- b) O **fiscal único**, que é designado e que tem as competências previstas na lei-quadro dos institutos públicos.
- c) O **Conselho de Orientação**, órgão responsável por assegurar a eficaz articulação de vários departamentos governamentais, da comunidade científica e dos setores económicos e sociais, com a atividade do Instituto Ricardo Jorge.
- d) O **Conselho Científico**, órgão responsável pela apreciação e acompanhamento das atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico do Instituto Ricardo Jorge.
- e) A **Unidade de Acompanhamento**, que exerce funções de avaliação e de aconselhamento interno, de acordo com os parâmetros definidos pelo conselho diretivo do Instituto Ricardo Jorge.
- f) A **Comissão Paritária**, que se pronuncia, a título consultivo, sobre o plano e o relatório anual de atividades do Instituto Ricardo Jorge, bem como sobre questões de natureza laboral, designadamente de organização e segurança do trabalho e formação profissional, higiene e segurança no trabalho e ação social.

ESTRUTURA INTERNA

O Instituto dispõe de unidades operativas na sede, em Lisboa, um centro no Porto (Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira) e outro em Águas de Moura (Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infeciosas Doutor Francisco Cambournac) que faz parte integrante do Departamento de Doenças Infeciosas.

O Instituto Ricardo Jorge está organizado em:

Departamentos técnico-científicos:

Estes seis departamentos concretizam as atribuições do Instituto Ricardo Jorge, através da realização de atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico em ciências da saúde, atividades laboratoriais de referência, de apoio técnico-normativo aos laboratórios de Saúde Pública, de avaliação externa da qualidade e de organização e gestão do biobanco, observação do estado da saúde da população e vigilância epidemiológica, difusão da cultura científica, capacitação e formação de recursos humanos e prestação de serviços diferenciados.

Departamento de Alimentação e Nutrição

- Desenvolve atividades nas áreas da segurança alimentar, toxicologia e avaliação do risco, composição de alimentos, alimentação e nutrição, estilos de vida e impacto na saúde, através de investigação e desenvolvimento, vigilância, referência, prestação de serviços diferenciados, formação, informação e consultoria.

Departamento de Doenças Infecciosas

- Desenvolve atividades nas áreas dos diversos agentes microbiológicos e da respetiva imunologia, assegura a resposta laboratorial em emergências de origem biológica e efetua estudos de vetores e doenças infecciosas, integrando o **Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas Doutor Francisco Cambournac**.

Departamento de Epidemiologia

- Desenvolve atividades nos domínios da epidemiologia e bioestatística aplicadas, incluindo a vigilância epidemiológica e a investigação em cuidados de saúde.

Departamento Genética Humana

- Desenvolve atividades no domínio dos determinantes genéticos da saúde e da doença, designadamente através de abordagens de índole epidemiológica, clínica, citogenética, bioquímica ou de genética molecular, e garante o planeamento e a execução do programa nacional de diagnóstico precoce.

Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis

- Desenvolve atividades de investigação e monitorização dos determinantes da saúde e dos fatores de risco e proteção de doenças não transmissíveis bem como de capacitação e literacia em saúde.

Departamento de Saúde Ambiental

- Desenvolve atividades na área de interação entre a saúde e o ambiente, nomeadamente através da realização de estudos de monitorização ambiental e biológica (biovigilância) de substâncias potencialmente tóxicas, tendo em vista avaliar a exposição da população ou de grupos populacionais específicos a estas substâncias.

Serviços de apoio à investigação, gestão e administração:

Direção de Gestão de Recursos Humanos

- Assegura os procedimentos relativos aos setores: de gestão de recursos humanos, que compreende as áreas, administrativa, de planeamento, de avaliação de desempenho, de segurança higiene e saúde no trabalho, de arquivo geral e expediente, e o setor de desenvolvimento de recursos humanos, que compreende as áreas, da formação interna e de bolsas.

Direção de Gestão de Recursos Financeiros

- Assegura os procedimentos relativos ao setor jurídico, ao setor de gestão financeira e contabilidade, que compreende a área da tesouraria e a da contabilidade, ao setor do aprovisionamento, património e logística, ao setor de planeamento e apoio à investigação e ao setor de gestão e apoio laboratorial.

Direção de Gestão de Recursos Técnicos

- Assegura os procedimentos relativos ao setor de instalações e equipamentos, que compreende as áreas de instalações e equipamentos e a área de segurança de pessoas e bens, o setor de tecnologias e sistemas de informação, o setor de apoio técnico especializado, que compreende as áreas, da comunicação marketing e relações externas, da qualidade, da oferta formativa, da contratualização e da biblioteca da saúde.

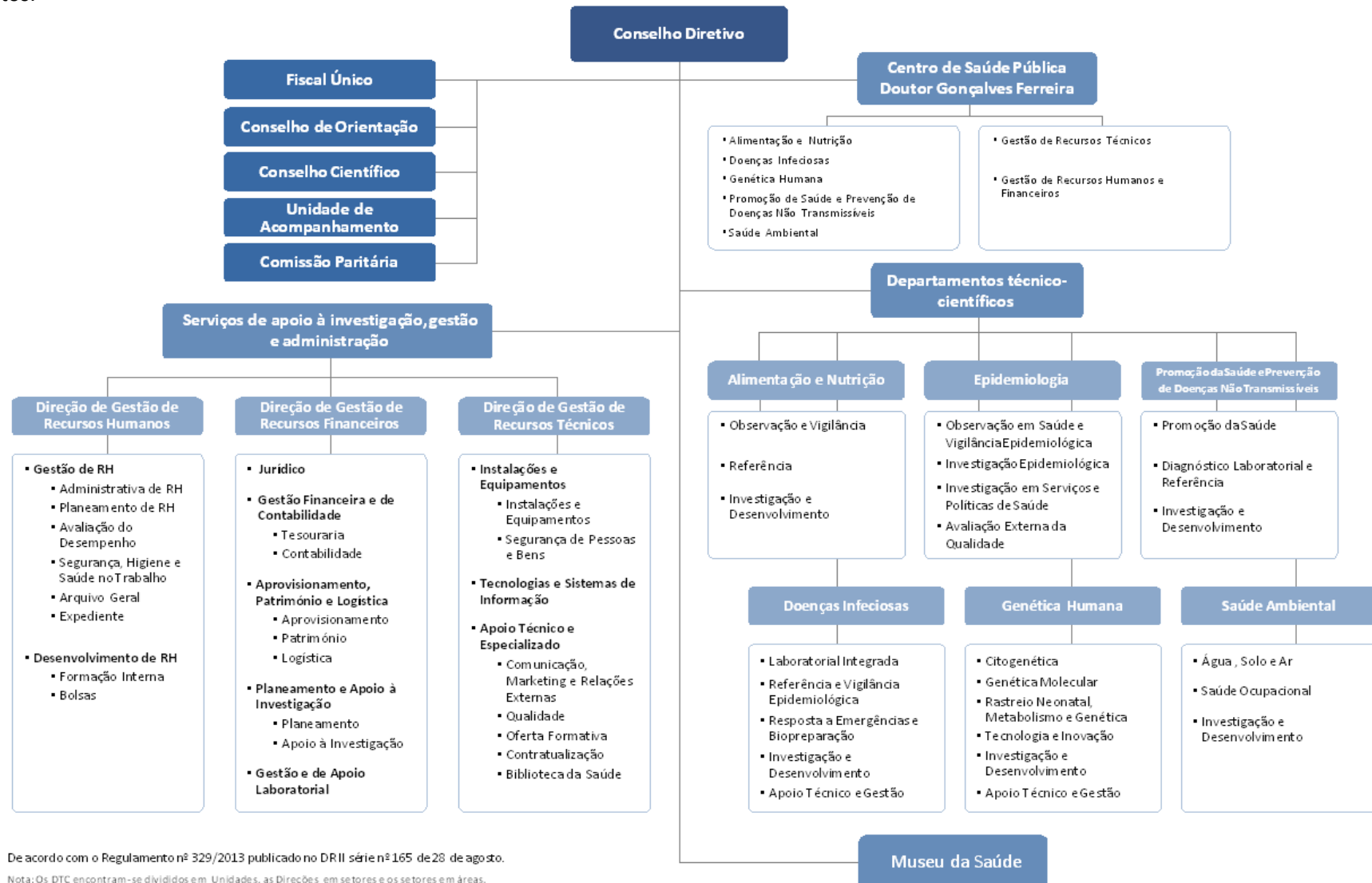
Museu da Saúde:

Museu da Saúde

- Visa preservar a memória dos serviços de saúde, assegurando o registo, inventariação, classificação, conservação, exposição e divulgação do acervo museológico.

2.4. ORGANOGRAMA DO INSTITUTO RICARDO JORGE

Conforme o Decreto-Lei n.º 27/2012 de 08 de fevereiro, que aprova a lei orgânica e a Portaria n.º 162/2012 de 22 de maio, que publica os seus estatutos.



De acordo com o Regulamento nº 329/2013 publicado no DR II série nº 165 de 28 de agosto.

Nota: Os DTC encontram-se divididos em Unidades, as Direções em setores e os setores em áreas.

2.5. PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS NACIONAIS

O Instituto Ricardo Jorge desempenha as atividades que lhe estão incumbidas, enquanto entidade coordenadora ou colaboradora em vários programas de saúde, no âmbito do Plano Nacional de Saúde 2012-2020.

Tabela 1 - Participação em Programas Nacionais de saúde

		DTC
COORDENAÇÃO	Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial	DEP
	Programa Nacional de Diagnóstico Precoce/Rastreio Neonatal	DGH
	Programa Nacional de Vigilância Clínica e Laboratorial da Gripe	DDI/DEP
COLABORAÇÃO	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável	DAN/DEP
	Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física	DAN/DEP
	Programa Nacional de Prevenção e Controlo de Infecção e Resistência aos Antimicrobianos (Coordenação da componente laboratorial)	DDI
	Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo	DEP/DGH
	Programa Nacional para a Diabetes	DEP/DGH
	Programa Nacional para as Doenças Cérebro – Cardiovasculares	DEP/DGH
	Programa Nacional para as Doenças Oncológicas	DEP/DGH
	Programa Nacional para as Doenças Respiratórias	DEP/DGH
	Programa Nacional para as Hepatites Virais	DDI
	Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA e Tuberculose	DDI
	Programa Nacional para a Saúde Mental	DEP/DGH
	Programa Nacional de Controlo das Hemoglobinopatias	DPS
	Programa Nacional das Doenças Raras	DEP/DGH
	Programa Nacional de Saúde Reprodutiva	DEP/DGH
	Programa Nacional de Vacinação	DEP/DDI
	Programa Nacional de Vigilância de Doenças Transmitidas por Vetores	DDI
	Programa Nacional para a Prevenção de Acidentes	DEP
	Programa de Vigilância Epidemiológica Integrada da Doença dos Legionários (Coordenação da componente laboratorial)	DSA/DDI
	Programa Nacional de Erradicação da Poliomielite – Plano de Ação Pós-Eliminação	DDI
	Programa Nacional de Eliminação do Sarampo e da Rubéola	DDI
Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados	DPS	

Para além da coordenação dos 3 programas elencados na **tabela 1** o Instituto contribuiu ainda para outros 21 programas nacionais de saúde.

Dos programas nacionais em que o Instituto Ricardo Jorge participa, 11, são programas de saúde prioritários (assinalados a azul), coordenados pela DGS. De salientar que em alguns destes programas estão envolvidos vários departamentos deste Instituto.

PROGRAMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO EXTERNA DA QUALIDADE LABORATORIAL (PNAEQ)



O Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) coordena e implementa desde 1978, ensaios interlaboratoriais destinados a laboratórios nacionais públicos e privados, assim como internacionais, da área clínica, genética, ambiental, microbiologia de alimentos, microbiologia de águas, anatomia patológica, farmácias, entre outros. Em 2016, o PNAEQ disponibilizou 225 programas diferentes, abrangendo uma maior gama de valências e indo ao encontro das necessidades dos participantes.

Conta com a colaboração de peritos de reconhecida competência de diferentes hospitais, instituições e entidades nacionais e internacionais, que contribuem com emissão de pareceres técnico-científicos e/ou seleção e preparação de amostras, na avaliação do desempenho dos laboratórios participantes e das metodologias utilizadas.

A participação em programas de avaliação externa permite diagnosticar, avaliar e orientar, as ações corretivas e respetivas melhorias, contribuindo, assim, para melhorar o desempenho e a qualidade do serviço prestado, beneficiando diretamente o doente e o público em geral. De acordo com os requisitos da NP EN ISO/IEC 17025 e NP EN ISO 15189 a garantia da qualidade dos resultados impõe que todos os laboratórios acreditados participem em programas de comparação interlaboratorial. Esta participação é obrigatória e constitui um dos elementos que permitem demonstrar a competência em cada ensaio, acreditado ou a acreditar, constituindo uma ferramenta imprescindível no Controlo da Qualidade Analítica, na medida em que a avaliação de desempenho de cada laboratório é efetuada por uma entidade independente. A introdução na rotina laboratorial de amostras de conteúdo conhecido do organizador do Programa, mas não revelado aos participantes, é a única forma de deteção de erros sistemáticos através da comparação dos seus resultados com um padrão e com os resultados de outros laboratórios.

Um envolvimento mais ativo dos participantes foi conseguido com a solicitação de resposta a questionários e participação em estudos piloto ao longo dos últimos anos.

Sendo missão da Unidade de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial (UAEQ) a melhoria do desempenho laboratorial com impacto na prestação dos serviços, os objetivos para os próximos três anos terão como foco:

- A monitorização do desempenho dos laboratórios participantes no PNAEQ;
- A organização de reuniões científicas no âmbito da AEQ em colaboração com as entidades congéneres;
- O fomento da cooperação dentro da comunidade lusófona na implementação de programas de avaliação externa da qualidade laboratorial, tendo em conta as prioridades e realidades de cada país.

PROGRAMA NACIONAL DE DIAGNÓSTICO PRECOCE / RASTREIO NEONATAL



O Programa Nacional de Diagnóstico Precoce (PNDP) teve início em 1979, por iniciativa do Instituto de Genética Médica, tendo por objetivo diagnosticar, nas primeiras semanas de vida, doenças que, uma vez identificadas, permitam o tratamento precoce que evite a ocorrência de atraso mental, doença grave irreversível ou a morte da criança (Despacho n.º 752/2010. D.R. n.º 7).

No âmbito deste programa são realizados testes de rastreio de algumas doenças graves em todos os recém-nascidos, o chamado “teste do pezinho”. Estes testes permitem identificar as crianças que sofrem de doenças, quase sempre genéticas, como a fenilcetonúria ou o hipotiroidismo congénito, que podem beneficiar de tratamento precoce.

Os resultados deste rastreio têm sido muito positivos. Mais de 1770 crianças doentes foram, em resultado do diagnóstico precoce, tratadas logo nas primeiras semanas de vida e puderam assim desenvolver-se normalmente.

Em 2016 o Programa Nacional de Diagnóstico Precoce estudou 87.577 recém-nascidos e diagnosticou 80 casos.

No âmbito do Estudo Piloto da Fibrose Quística que este ano completou três anos, analisou 255.00 recém-nascidos e identificou 34 doentes e uma prevalência ao nascimento de 1/7.500 recém-nascidos.

A Fibrose Quística é uma doença genética que provoca problemas nutricionais e um atingimento pulmonar progressivo grandemente responsável pela gravidade da doença. O diagnóstico clínico é difícil e muitas vezes tardio, com grave prejuízo para a criança afetada. O rastreio neonatal permite reduzir consideravelmente a frequência das complicações, assegurando ao doente uma melhor qualidade de vida, apesar da ausência de um tratamento específico para a cura da doença.

O rastreio neonatal consiste na determinação da tripsina imunorreativa (TIR) no sangue colhido no pezinho do bebé e a quantificação da proteína associada à pancreatite (PAP) como um *second tier test*. Estes marcadores permitem rastrear com grande sensibilidade os recém-nascidos em risco de desenvolver esta doença. Posteriormente, o diagnóstico é confirmado através do teste do suor e do estudo molecular do gene da Fibrose Quística (*CFTR*).

Em 2015, e no âmbito da política da qualidade implementada no Departamento de Genética Humana (DGH) do Instituto Ricardo Jorge, foi concedida a acreditação pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC) e de acordo com a norma internacional **NP EN ISO 15189** a dois dos testes que fazem parte do Programa Nacional de Rastreio Neonatal: o Hipotiroidismo Congénito-T4 e TSH. A acreditação agora obtida é o culminar de intensa atividade técnica e de gestão que decorreu ao longo de vários anos.

Para os próximos três anos são objetivos do **PNDP**:

- Inclusão definitiva do rastreio neonatal da Fibrose Quística no Programa Nacional de Diagnóstico Precoce;

- Extensão da acreditação pelo IPAC e de acordo com a norma internacional NP EN ISO 15189 aos dois testes que integram o rastreio neonatal da Fibrose Quística: IRT e PAP;
- Início de um estudo piloto para o rastreio neonatal de hemoglobinopatias, nomeadamente da drepanocitose;
- Otimização metodológica com vista à redução dos falsos positivos no rastreio das Doenças Hereditárias do Metabolismo;
- Avaliação das possibilidades de rastreio neonatal das imunodeficiências severas combinadas (SCID).

PROGRAMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA CLÍNICA E LABORATORIAL DA GRIPE



O Programa Nacional de Vigilância Clínica e Laboratorial da Gripe (PNVCLG) tem como finalidade a recolha, análise e disseminação da informação sobre a atividade gripal, identificando e caracterizando de forma precoce os vírus da gripe em circulação em cada época, bem como, a identificação de vírus emergentes com potencial pandémico e que constituam um risco para a Saúde Pública, procurando contribuir, desta forma, para a diminuição da morbilidade e mortalidade associada à infeção e suas complicações.

As informações resultantes da vigilância permitem ainda a orientação de medidas de prevenção e controlo da doença de forma precisa. O Instituto Ricardo Jorge edita um relatório anual que pretende sintetizar e divulgar os resultados obtidos pelo Programa Nacional de Vigilância da Gripe (PNVG), em Portugal.

Para os próximos três anos são objetivos do **PNVCLG**:

- Publicação de boletins de vigilância epidemiológica da gripe semanais, durante o período de vigilância da gripe;
- Envio semanal de dados (epidemiológicos e virológicos) para o sistema de vigilância europeu Tessy;
- Articulação com a DGS;
- Articulação com as autoridades de saúde;
- Participação no grupo de acompanhamento da vacinação;
- Realização de uma reunião anual com os intervenientes no programa de vigilância;
- Publicação anual do relatório de atividades do Programa de Vigilância da Gripe;
- Participação e resposta ativa às atividades no âmbito da Rede Europeia de Vigilância da Gripe.

2.6. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO

A participação em grupos de trabalho é parte essencial do trabalho nas áreas, da Referência, Vigilância Epidemiológica e Investigação em Saúde, desenvolvido pelos Departamentos Técnico-científicos do Instituto Ricardo Jorge. De seguida, são elencados os grupos de trabalho em que se prevê o desenvolvimento de atividades no ano de 2017.

Tabela 2 - Participação em Grupos de Trabalho Nacionais

Grupo de Trabalho (GT)	Entidade coordenadora	DTC
CTR07 - GT5 Metrologia	Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal (RELACRE)	DAN/DSA
Comissão sectorial alimentos	RELACRE	DAN
<i>Shelfish scheme</i> do Instituto Ricardo Jorge - PHE	Instituto Ricardo Jorge	DAN
Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar (PortFIR) – Grupo de trabalho - Ocorrência Microbiológica na Cadeia Alimentar (GTOMCA) – Rede Portuguesa sobre Informação Microbiológica de Alimentos (RPIMA)	Instituto Ricardo Jorge	DAN
PortFIR – Grupo de trabalho – Toxinfecções Alimentares (GTTA) – RPIMA	Instituto Ricardo Jorge	DAN
PortFIR – Grupo de trabalho – Amostragem (GTA) – Rede Portuguesa sobre Composição de Alimentos (RPCA)	Instituto Ricardo Jorge	DAN
PortFIR – Grupo de Trabalho Porções (GTP)	Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares	DAN
PortFIR – Grupo de Trabalho Utilizadores (GTU)	Instituto Ricardo Jorge	DAN
GT Gestão de Informação (GTGI)	Instituto Ricardo Jorge	DAN
GT Comunicação Eficaz em Alimentação (GTCEA)	Instituto Ricardo Jorge	DAN
GT para proposta de aprovação de guia para semáforo nutricional	Ministério da Saúde (MS)	DAN
GT Instituto Ricardo Jorge para responder a solicitações relacionadas com organismos (incluindo microrganismos) geneticamente modificados e tecnologias conexas	Instituto Ricardo Jorge	DAN/DSA
Associação Portuguesa de Micologia Médica (ASPOMM)	ASPOMM	DDI/DSA
GT Diagnóstico pré-natal da Sociedade Portuguesa de Virologia (SPV)	SPV	DDI
GT biotérios	Instituto Ricardo Jorge	DDI
GT setorial da saúde no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)	Direção-Geral da Saúde (DGS)	DDI/DSA
GT PARERE	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)	DDI
GT de hematologia – MSP	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT de hematologia – hemoglobinopatias	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT de parasitologia – morfologia	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT de parasitologia – toxoplasmose	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT de biologia molecular	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT endocrinologia	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT 6 sigma	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT de anatomia patológica	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT de fitoplâncton	Instituto Ricardo Jorge	DEP

Grupo de Trabalho (GT)	Entidade coordenadora	DTC
GT de microbiologia de areias	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT de pré-analítica e pós-analítica	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT de especificações da qualidade	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT de estatísticas da saúde - Estatísticas	Conselho Superior de Estatística	DEP
GT de estatísticas da saúde no MS	DGS	DEP
GT do Inquérito Nacional de Saúde (INS)	Instituto Ricardo Jorge/ Instituto Nacional Estatística (INE)	DEP
GT Rede de laboratórios de Saúde Pública	Instituto Ricardo Jorge	DEP
<i>Task Force</i> Ébola	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT alterações climáticas e saúde humana	DGS	DEP
Sistema de vigilância de ondas de calor e seus impactos na mortalidade – GT com DGS	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT com a Sociedade Portuguesa de Pediatria no âmbito do - Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC)	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT biobancos	Instituto Ricardo Jorge	DPS/DEP
Grupo biobanco.pt	Instituto de Medicina Molecular (IMM)	DEP
Grupo de acompanhamento da gripe	DGS	DEP
GT para a reforma da Saúde Pública	DGS	DEP
GT para as comemorações do centenário de Fátima	DGS	DEP
GT para a revisão e atualização do programa nacional de prevenção de acidentes	DGS	DEP
Conselho científico do programa nacional para a prevenção do tabagismo	DGS	DEP
Comissão de ética para a saúde	Instituto Ricardo Jorge	DEP
GT Multinstitucional para a avaliação técnica para o diagnóstico e tratamento do défice de vitamina D em Portugal	INFARMED	DEP/DPS
Avaliação de projetos para concurso a investigador auxiliar	Instituto Ricardo Jorge	DGH
Comissão científica para organização de cursos de verão em espectrometria de massa	Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa (FCUL)	DGH
Comissão científica para elaboração da norma "Indicações clínicas de testes genéticos em idade pediátrica e no adulto"	DGS	DGH
Comissão coordenadora do tratamento das doenças lisosomais de sobrecarga	Instituto Ricardo Jorge	DGH
Comissão de avaliação para recursos apresentados a 4 candidaturas do concurso 2015 de bolsas individuais de doutoramento nas áreas de biologia experimental e bioquímica e de biomedicina e medicina básica	Fundação Ciência e Tecnologia (FCT)	DGH
Comissão de diagnóstico perinatal	<i>Sociedad Española de Medicina de Laboratorio</i>	DGH
Comissão de ética do Centro Académico de Medicina de Lisboa (CAML)	CAML (FMUL/CHLN/IMM)	DGH
Comissão de ética para a investigação clínica	INFARMED	DGH
Comissão de ética para a saúde	Instituto Ricardo Jorge	DGH
Comissão interministerial da Estratégia Integrada para as Doenças Raras (EIDR)	DGS	DGH
Comissão técnica nacional de diagnóstico pré-natal	DGS	DGH
Comissão técnica nacional do programa nacional de diagnóstico precoce	Instituto Ricardo Jorge	DGH

Grupo de Trabalho (GT)	Entidade coordenadora	DTC
Comissão técnica nacional sobre nanotecnologias (CT 194)	Instituto Português da Qualidade (IPQ)	DGH
Conselho científico da Raríssimas	Raríssimas	DGH
Conselho de coordenação de estágios dos Técnicos Superiores de Saúde (TSS)	Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS)	DGH
Conselho editorial do Boletim Epidemiológico Observações	Instituto Ricardo Jorge	DGH/DEP/DSA/ DAN/DDI/DPS
Conselho nacional de ciência e tecnologia	Primeiro Ministro	DGH
Comissão de seleção de candidatos ao programa doutoral BioSYS 2016 da FCUL	FCUL	DGH
Grupo de peritos área da genética para a revisão/elaboração tabela preços da ACSS	ACSS	DGH
GT para a agência de investigação clínica e inovação biomédica	FCT_MCTES	DGH
GT para revisão de portarias de licenciamento - Genética médica, anatomia patológica e patologia clínica/ análises clínicas	ACSS	DGH/DEP/DSA
GT registo DLS	Instituto Ricardo Jorge	DGH/DEP
<i>Meeting on Rare Diseases Reserach</i> (Discussão do modelo de financiamento para a área das Doenças Raras)	Comissão Europeia	DGH
Membro comissão científica da Sociedade Portuguesa de Genética Humana (SPGH)	SPGH	DGH
Membro comissão paritária do Instituto Ricardo Jorge	Instituto Ricardo Jorge	DGH/DEP/DAN/ /DSA/DPS/DDI
Membro do painel de avaliação de projetos de investigação - <i>Research Foundation Flauders (FWO)</i>	FWO	DGH
Painel de avaliação do concurso das bolsas NRS/LPCC <i>Terry Fox 2016/17</i>	Liga Portuguesa contra o Cancro	DGH
Painel de avaliação do concurso das bolsas individuais 2016 da FCT, área das ciências biológicas	FCT	DGH
Painel de Editores convidados - Edição especial do <i>Journal of Proteomics (JPROT)</i> - Elsevier em <i>Top-Down Proteomics</i>	JPROT-Elsevier	DGH
GT interinstitucional para a avaliação do programa do tratamento de doentes com DLS	ACSS	DGH
Comissão das políticas públicas e educação da genética da Sociedade Portuguesa de Genética Humana (SPGH)	SPGH	DPS
Comissão coordenadora do conselho científico	Instituto Ricardo Jorge	DPS
Comissão Técnica (CT 87) Tecnologias para a saúde, SC7 - Laboratórios clínicos e de patologia	Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos (APORMED)	DPS/DEP
2ª Comissão Contratualização, Sistema de Informação e Acreditação (CSIA)	DGS	DPS
Elaboração da norma "Abordagem diagnóstica e intervenção na perturbação do espectro do autismo"	DGS	DPS
Comité editorial do repositório de literacia em saúde	MS	DPS
Inquérito alimentar nacional e de atividade física	UP	DPS
GT Hematologia do PNAEQ	Instituto Ricardo Jorge	DPS
GT interministerial do Amianto	Ministério do Ambiente	DSA
<i>Task Force</i> Amianto	Instituto Ricardo Jorge	DSA
Comissão Técnica (CT42) Segurança e saúde do trabalhador	CERTITECNICA	DSA
Comissão Técnica (CT28) SC4 - Vibrações e choques	Laboratório Nacional de Energia e Geologia	DSA
Comissão setorial ar ambiente	RELACRE	DSA
Comissão Setorial para a água (CS04)	IPQ	DSA
Comissão Técnica (CT71) SC3 – Qualidade do ar – Ar	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	DSA

Grupo de Trabalho (GT)	Entidade coordenadora	DTC
ambiente fora dos locais de trabalho		
Comissão Técnica (GTR 07) GT1 - Química	RELACRE	DSA
Comissão Técnica (GTR 07) GT8 - Microbiologia	RELACRE	DSA
Comissão Técnica (GTR 07) GT3- Amostragem	RELACRE	DSA
Sub-Comissão Técnica de Normalização (CT42/SC2)	APSEI	DSA
Grupo nacional de fitoplâncton	LABELEC	DSA
Revisão da Portaria 1200/2000 (Águas minerais naturais/nascente)	DGEG	DSA
GT para revisão do DL 306/2007	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)	DSA
PROVAL	Instituto Ricardo Jorge/DGS	DSA
Comissão técnica de acompanhamento da diretiva das águas balneares	APA	DSA
Revisão da recomendação ERSAR 1/2016	ERSAR	DSA
GT Técnico-Científico “Vigilância da saúde dos trabalhadores expostos a agentes cancerígenos, mutagénicos ou tóxico para a reprodução”	DGS	DSA
Comissão de peritos das bolsas Ricardo Jorge	Instituto Ricardo Jorge	Todos

Tabela 3 - Participação em Grupos de Trabalho Internacionais

Grupo de Trabalho (GT)	Entidade coordenadora	DTC
Comissão técnica (TC23) - <i>International measurement confederation (IMEKO)</i>	IMEKO	DAN
<i>Expert group on chemical occurrence data</i>	European Food Safety Authority (EFSA)	DAN
<i>Expert group on food consumption</i>	EFSA	DAN
<i>Improving Health Properties of Food by Sharing our Knowledge on the Digestive Process (INFOGEST), COST Action</i>	Institut National de la Recherche Agronomique (INRA)	DAN
<i>Childhood obesity surveillance initiative</i>	World Health Organisation (WHO) Europe	DAN
<i>European network to advance carotenoid research and applications in agro-food and health (EUROCAROTEN) COST Action OC-2015-1-19780</i>	Universidad de Sevilla	DAN
<i>Improving Allergy Risk Assessment Strategy for New Food Proteins (ImpARAS), COST Action 1402</i>	TNO, Holanda	DAN
<i>EIP - Action Group 3 - Prevention of functional decline and frailty</i>	European Commission (EC)	DAN
<i>European innovation partnership on active & healthy ageing</i>	EC	DAN
Rede europeia de composição de alimentos	EuroFIR AISBL	DAN
MoniQA Association	ICC, Austria	DAN
<i>European paediatric task force on helicobacter pylori</i>	European helicobacter study group	DDI
<i>European Research Infrastructure on Highly Pathogenic Agents (ERINHA)</i>	Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale	DDI
<i>Quality Assurance Exercises and Networking on the Detection of Highly Infectious Pathogens (QUANDHIP)</i>	Robert Koch Institut (RKI)	DDI
<i>Establishment of Quality Assurances for the Detection of Biological Toxins of Potential Bioterrorism Risk (EQUATOX)</i>	RKI	DDI
Confederação Europeia de Micologia Médica (ECMM)	ECMM	DDI/DSA
<i>WHO Expert group of GISRS surveillance on antiviral susceptibility</i>	WHO	DDI
<i>Antiviral Task Group for European Reference Laboratory Network for Human Influenza (ERLI-Net)</i>	European Centre for Disease Prevention and Control (ECDC)	DDI/DEP
<i>Global Health Security Agenda (GHSA)</i>	GHSA	DDI
GT de Pós analítica	European Organisation For External Quality Assurance Providers in Laboratory Medicine (EQALM) / European Federation of Clinical Chemistry and Laboratory Medicine (EFLM)	DEP
GT de Microscopia virtual	EQALM	DEP
GT de Hematologia	EQALM	DEP
GT de Coagulação	EQALM	DEP
GT de Frequência	EQALM	DEP
GT de Microbiologia	EQALM	DEP
GT de Nomenclatura	EQALM	DEP
GT Microbiologia de alimentos	Instituto Ricardo Jorge/ Public Health England (PHE)	DEP/DAN
GT Microbiologia de águas	Instituto Ricardo Jorge/ PHE	DEP/DAN/DSA
GT de erro total	EFLM	DEP
GT <i>Data to action</i>	Instituto Nacional de Saúde Publica de Moçambique	DEP/DDI

Grupo de Trabalho (GT)	Entidade coordenadora	DTC
<i>ECDC Advisory Forum</i>	<i>ECDC</i>	DEP
Registo europeu de anomalias congénitas	<i>European Surveillance of Congenital Anomalies (EUROCAT)</i>	DEP
<i>European Influenza Surveillance Network (EISN)</i>	<i>EISN</i>	DEP
<i>Joint Action on Monitoring Injury in Europe (JAMIE)</i>	<i>Eurosafe</i>	DEP
<i>Influenza Monitoring Vaccine Effectiveness (IMOVE)</i>	<i>ECDC</i>	DEP/DDI
<i>IMOVE+</i>	<i>Epiconcept</i>	DEP/DDI
<i>Health inequalities in europe</i>	<i>European partnership for improving health, equity & wellbeing (EuroHealthNet)</i>	DEP
<i>European Health and Life Expectancy Information System (EHLEIS)</i>	Departamento de demografia e saúde da Universidade de Montpellier	DEP
GT do FluMOMO	EUROMOMO	DEP
EuroMOMO	<i>Statens Serum Institut</i>	DEP
<i>Influenzanet</i>	<i>ISI Foundation - Institute for Scientific Interchange</i>	DEP
Avaliação de trabalhos a concurso no âmbito da ação "Teen Genes" da Sociedade Americana de Genética Humana (ASHG)	<i>ASHG</i>	DGH
Comissão coordenadora do centro de Toxicogenómica e Saúde Humana (ToxOmics)	NMS-FCM/UNL	DGH
<i>Conference & Communication Committee of European Proteomics Association (EuPA)</i>	<i>EuPA</i>	DGH
<i>European Cytogenetics Association (ECA)</i>	<i>ECA</i>	DGH
<i>Future panel on public health genomics no âmbito do FP7 Project Parliaments and Civil Society in Technology Assessment (PACITA)</i>	<i>Karlsruhe Institut für Technologie</i>	DGH
GT sobre nanomateriais da <i>European Chemicals Agency (ECHA)</i>	<i>ECHA</i>	DGH
<i>Human Proteome Organization (HUPO) publications committee</i>	<i>HUPO</i>	DGH
Membro do painel de avaliação de projetos de investigação da <i>Dystonia Medical Research Foundation (DMRF)</i>	<i>DMRF, EUA</i>	DGH
Membro do painel de avaliação de projetos de investigação da EC	<i>European Union (EU)</i>	DGH
<i>Mentor of progress assessment - Science Foundation Ireland-funded Starting Investigator Research Grant (SIRG) Programme</i>	<i>Science Foundation Ireland</i>	DGH
Painel de avaliação de trabalhos a concurso no âmbito do <i>DNA day</i> da ASHG	<i>ASHG</i>	DGH
Painel de avaliadores externos de candidaturas a financiamento do programa-quadro <i>Horizon 2020</i> da EU relativas ao desafio societal <i>Health, demographic change and wellbeing - New therapies for rare diseases</i> .	<i>Directorate-General Research and Innovation (DG R&I) of EC</i>	DGH
Painel de editores	<i>Journal of Biology</i>	DGH
Painel de editores	<i>Journal of Medicine</i>	DGH
Painel de editores	<i>Journal of Science</i>	DGH
Painel de editores convidados - Edição Especial do <i>JPROT</i>	<i>JPROT-Elsevier</i>	DGH
Painel de editores convidados - Livro <i>Food Contaminants and Human Health - Challenges in chemical mixtures</i>	Instituto Ricardo Jorge	DGH
<i>Executive Committee of the International Consortium for Personalized Medicine</i>	<i>EU</i>	DPS
<i>Senior Investigators Committee</i>	<i>Autism Genome Project</i>	DPS
GT - <i>Platform for knowledge Exchange (Joint Action Chronic Diseases and Health Ageing Across the Life-Cycle (JA</i>	Instituto Carlos III, Madrid	DPS

Grupo de Trabalho (GT)	Entidade coordenadora	DTC
<i>CHRODIS</i>)		
<i>GT - Good practices in the field of health Promotion and prevention of chronic diseases</i>	Instituto Carlos III, Madrid	DPS
<i>European Dietary Survey</i>	EFSA / ISPUP	DPS
<i>Portuguese Elderly Nutritional Status and Surveillance System</i>	UL	DPS
<i>International Conference on Dietary and Activity Methods (ICDAM10) – Scientific and Organising Committees</i>	Instituto Ricardo Jorge / UL	DPS
<i>Autism Spectrum Disorders in Europe (ASCEU)</i>	Instituto Carlos III, Madrid	DPS
<i>Knowledge and Innovation Communities (KICs) – EIT HEALTH</i>	FCUL	DPS
<i>European Microbiology sub-Experts Group (EMEG) para revisão da Directiva 98/83/EC (águas de consumo)</i>	EC	DSA
<i>EMEG para revisão da Directiva 2006/7/EC (águas balneares)</i>	EC	DSA
<i>Grupo de I&D em contaminantes de areias</i>	Instituto Ricardo Jorge	DSA

2.7. PARCERIAS

Tabela 4 – Parcerias Nacionais

Parcerias nacionais	DTC
Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)	DAN/DDI
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)	DAN/DDI
Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)	DAN/DEP
GS1 Portugal	DAN
Instituto Politécnico de Leiria (IPL)	DAN
Associação Nacional da Indústria de Alimentação Infantil e Nutrição Especial	DAN
Associação Nacional de Farmácias (ANF)	DAN/DEP
Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)	DAN/DEP/DPS
Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB)	DAN
Centro de Estudos do Ambiente e do Mar	DAN
Faculdade de Ciências de Universidade de Lisboa (FCUL)	DAN/DEP/DDI/DPS
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (FFUC)	DAN
Universidade do Minho (UM) - Departamento engenharia polímeros	DAN
Rede de Química e Tecnologia (REQUIMTE)	DAN
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL)	DAN/DEP/DPS
Universidade Atlântica	DAN
Instituto Superior de Agronomia	DAN
Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve	DAN
Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (FFUP)	DAN
Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa	DAN
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Nova de Lisboa (UNL)	DAN
Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL)	DAN
Universidade de Aveiro (UA)	DAN/DDI/DSA
Cooperativa de Ensino Superior – Egas Moniz	DAN
Instituto Superior Técnico (IST)	DAN/DEP/DDI
Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte)	DEP/DDI
Administração Regional de Saúde do Centro (ARS Centro)	DEP/DDI
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT)	DEP/DDI
Administração Regional de Saúde do Alentejo (ARS Alentejo)	DEP/DDI
Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS Algarve)	DEP/DDI
Regiões Autónomas (Madeira e Açores)	DEP/DDI
Direção-Geral da Saúde (DGS)	DEP/DDI/DPS
Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC)	DDI
Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP)	DDI/DPS

Parcerias nacionais	DTC
Centro Hospitalar de São João (CHSJ)	DDI/DPS
Centro Hospitalar Lisboa Norte (CHLN)	DDI/DPS
Centro Hospitalar Lisboa Central (CHLC)	DEP/DDI/DPS
Centro Hospitalar Lisboa Oriental (CHLO)	DDI
Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC)	DDI/DPS
Centro Hospitalar do Porto (CHP)	DDI/DPS
Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga	DDI/DPS
Centro Hospitalar de Setúbal	DEP/DDI/DPS
Centro de Estudos de Doenças Crónicas (CEDOC) da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da UNL	DDI/DPS
Universidade do Porto (UP)	DDI/DSA
UNL	DDI/DSA
Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD)	DDI/DSA
Universidade Católica do Porto	DDI
Direção-Geral dos Serviços Prisionais	DDI
Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS)	DDI
Associação Portuguesa para a Promoção da Saúde Pública	DEP
Associação Nacional de Medicina Geral e Familiar	DEP
Linha Saúde 24	DEP
Agrupamento de Centros de Saúde de Almada-Seixal	DEP
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL)	DEP
Direção Regional da Saúde da Região Autónoma dos Açores	DEP
Secretaria Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores	DEP
Secretaria Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira	DEP
Autoridade para as Condições do Trabalho	DEP
Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal	DEP/DPS
Observatório para a Diabetes	DEP
<i>Biosystems and Integrative Sciences Institute (BioISI)</i> - Departamento de química e bioquímica	DGH
<i>Centre for Environmental and Sustainability Research (CENSE)</i> - Departamento de ciências e engenharia do ambiente	DGH
Centro Hospitalar Algarve - Centro de Diagnóstico Pré-Natal (DPN): Centro de DPN de Faro e Centro de DPN de Portimão, Serviço de Obstetrícia e Ginecologia	DGH
CHLC - Serviço de obstetrícia e ginecologia, centro de diagnóstico pré-natal	DGH
CHLN - Serviço de obstetrícia e ginecologia, centro de diagnóstico pré-natal	DGH
CHSJ - Unidade de doenças metabólicas	DGH
CHP - Unidade de Doenças Metabólicas, serviço de genética, consulta de genética médica	DGH
CHLN - Hospital de Santa Maria: Unidade de doenças metabólicas Departamento de pediatria Serviço de Imuno-Hemoterapia Serviço de genética, consulta de genética médica	DGH
DGS - Divisão de saúde ambiental e ocupacional	DGH
FFUL - Laboratório de doenças metabólicas	DGH
FMUL - Laboratório de genética/ISAMB Serviço de gastroenterologia do HSM/ISAMB	DGH
Hospital Pediátrico de Coimbra - Unidade de doenças metabólicas	DGH

Parcerias nacionais	DTC
Instituto de investigação e inovação em saúde (I3S) - Grupo de genética populacional	DGH
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS) (I3S) - Laboratório de imunogenética <i>Basic & Clinical Research on Iron Biology</i>	DGH
Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil (IPOFG) - Centro de investigação em patobiologia molecular Serviço de pediatria	DGH
IST/Campus Tecnológico e Nuclear - Unidade de proteção e segurança radiológica	DGH
ITQB - <i>Control of Gene Expression Lab</i>	DGH
<i>Marine and Environmental Sciences Centre (MARE)</i> - Departamento de ciências e engenharia do ambiente	DGH
Centro Hospitalar de Coimbra - Serviço de genética, consulta de genética médica	DGH
CHLC - Serviço de genética, consulta de genética médica	DGH
FCM da UNL - <i>Toxomics (Toxicogenomics and Human Health)</i>	DGH
UA - Departamento de biologia Departamento de química	DGH
UTAD - CITAB <i>School of Life & Environment Sciences: Department of Genetics and Biotechnology</i>	DGH
<i>BioISI</i>	DPS
Instituto de Imagem Biomédica e Ciências da Vida (IBILI)	DPS
FMUC - Laboratório de Citogenética	DPS
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC)	DPS
Hospital Pediátrico do CHUC	DPS
Hospital Beatriz Ângelo	DPS
Hospital de Santa Maria Maior	DPS
Instituto de Biomedicina da UA	DPS
Instituto de Medicina Molecular (IMM)	DPS
Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da UM	DPS
Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da UP	DPS
Instituto de Saúde Pública da UP	DPS
Faculdade de Motricidade Humana da UL	DPS
Faculdade de Desporto da UP	DPS
Instituto de Saúde Ambiental da UL	DPS
Instituto de Medicina Preventiva e de Saúde Pública da UL	DPS
SilicoLife, Lda	DPS
Sociedade portuguesa de ciências da nutrição e alimentação	DPS
Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)	DSA
Águas públicas do Alentejo S.A.	DSA

Tabela 5 - Parcerias Internacionais

Parcerias internacionais	DTC
<i>European Food Safety Authority (EFSA)</i>	DAN/DDI/DPS
<i>European Food Information Resource Network (EuroFIR): AISBL</i>	DAN
<i>Universidade Argentina de Tucuman - Instituto Superior de Investigaciones Biológicas, Argentina</i>	DAN
Instituto de Metrologia Australiano para a Metrologia da Alimentação e Nutrição	DAN
Faculdade de Zootecnia e Engenharia dos Alimentos da Universidade de São Paulo, Brasil	DAN
<i>International measurement confederation (IMEKO) - TC 23 - Food and Nutrition Metrology</i>	DAN
<i>Universidade de South Wales, Sydney, Austrália</i>	DAN
<i>Universidade Complutense de Madrid, Espanha</i>	DAN
<i>Council of National Research, Itália</i>	DAN
<i>Faculdade de Farmácia da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha</i>	DAN
<i>Josef Stefan Institute, Eslovénia</i>	DAN
<i>Institut National de la Recherche Agronomique (INRA), França</i>	DAN
<i>World Health Organisation (WHO) - Europe</i>	DAN
<i>Universidad de Sevilla, Espanha</i>	DAN
<i>European Commission (EC)</i>	DAN
Public Health England	DAN
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil	DAN
<i>Innovation for life (TNO), Holanda</i>	DAN
<i>Food and Agriculture Organization (FAO)</i>	DAN
<i>MoniQA - AISBL, Áustria</i>	DAN
<i>European Center Diseases Control and Prevention (ECDC), Suécia</i>	DDI
<i>ECDC - European Laboratory Network for Diphtheria</i>	DDI
<i>ECDC - European Invasive Bacterial Disease Surveillance (IBD)</i>	DDI
<i>ECDC - HIV/SIDA-IST-Hepatitis B/C (apenas na componente IST)</i>	DDI
<i>ECDC - European Surveillance System (TESSy)</i>	DDI
<i>ECDC - European Influenza Surveillance Network (EISN)</i>	DDI
<i>ECDC - Food and Waterborne Disease and Zoonoses</i>	DDI
<i>ECDC - European Surveillance of Vaccine Preventable Network</i>	DDI
<i>ECDC - European Network for Arthropod Vector Surveillance for Human Public Health (VBORNET)</i>	DDI
<i>ECDC - European Network for Diagnostics of "Imported" Viral Diseases (ENIVD)</i>	DDI
<i>ECDC - European Antimicrobial Resistance Surveillance Network (EARS-Net)</i>	DDI
<i>ECDC - Epidemiologic situation analysis of Lyme borreliosis in the European Union</i>	DDI
<i>Red Temática en virosis emergentes en el ámbito iberoamericano (VIRORED-CYTED)</i>	DDI
<i>WHO - Global Outbreak Alert and Response Network (GOARN)</i>	DDI
<i>WHO - WHO Supranational Reference Tuberculosis Laboratory Network</i>	DDI
<i>WHO, Europe - European Regional Polio National Laboratory Network</i>	DDI
<i>WHO, Europe - European Regional Measles and Rubella National Laboratory Network</i>	DDI

Parcerias internacionais	DTC
<i>WHO, Europe - WHO Global Influenza Surveillance Network</i>	DDI
<i>European Confederation of Medical Mycology (ECMM) - ECMM survey: Coccidioidomycosis in Europe</i>	DDI
<i>ECMM - Survey of Infections due to Fusarium species in Europe</i>	DDI
<i>National Institute for Public Health and the Environment (RIVM), Holanda - Molecular Surveillance of MDR/XDR-TB in Europe</i>	DDI
<i>European Research Infrastructure on Highly Pathogenic Agents (ERINHA) - EU 7th Framework Programme/ INSERM</i>	DDI
<i>Red Iberoamericana para la investigación y control de las enfermedades rickettsiales - CYTED/ Universidade Autonoma de Yucatan, México</i>	DDI
<i>Associação Bandeira Azul da Europa - Monitorização da qualidade microbiológica de areias de praias</i>	DDI
<i>Robert Koch Institute (RKI) - Establishment of Quality Assurances for the Detection of Biological Toxins of Potential Bioterrorism Risk, Alemanha</i>	DDI
<i>Institut Pasteur Paris, França</i>	DDI
<i>Joint Research Centre (JRC), Ispra, Itália</i>	DEP
<i>Instituto Norueguês de Saúde Pública (FHI), Noruega</i>	DEP
<i>Instituto Finlandês de Saúde e Bem-Estar (THL), Finlândia</i>	DEP
<i>Instituto de Salud Carlos III, Espanha</i>	DEP/DPS
<i>Belgian Scientific Institute of Public Health, Bélgica</i>	DEP
<i>EuroSafe</i>	DEP
<i>European partnership for improving health, equity & wellbeing (EuroHealthNet)</i>	DEP/DPS
<i>Institute of Health Metrics</i>	DEP
<i>Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, Brasil</i>	DEP
<i>Secretaria Estadual de Saúde – C\Superintendência de vigilância em Saúde\LACEN, Brasil</i>	DEP
<i>Labquality Oy EQA</i>	DEP
<i>ECAT Foundation EQA</i>	DEP
<i>Public Health England (PHE)</i>	DEP
<i>Biodesign Institute, State University of Arizona, EUA</i>	DGH
<i>Université Paris Diderot - Centre de recherche biomédicale Bichat Beaujon, Centre de recherche sur l'inflammation, França</i>	DGH
<i>Centre Hospitalier Universitaire de Lyon - Service maladies héréditaires du métabolisme, dépistage néonatal et biologie foeto-maternelle, França</i>	DGH
<i>Centro de Investigación Biomédica en Red de Enfermedades Raras (CIBERER), Espanha</i>	DGH
<i>FAPESP</i>	DGH
<i>Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz), Brasil</i>	DGH/DPS
<i>Ghent University - Laboratory of experimental cancer research, Holanda</i>	DGH
<i>Kyoto University - Graduate School of Medicine - RNA molecular cancer biology research unit, Center for medical education, Japão</i>	DGH
<i>Hospital clinico universitario de Santiago de Compostela Espanha</i>	DGH
<i>Hospital de Barretos - Molecular oncology research center, Brasil</i>	DGH
<i>Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Brasil</i>	DGH
<i>Hospital Meyer - Laboratório de rastreio neonatal, bioquímica e farmacologia, Itália</i>	DGH
<i>Hospital Sant Joan de Déu, Espanha</i>	DGH
<i>Hospital Universitário Cruces, Espanha</i>	DGH
<i>IRCCS Fondazione Stella Maris, Itália</i>	DGH

Parcerias internacionais	DTC
<i>Université de Monastir, Faculté de Pharmacie - Laboratoire de biochimie au CHU Farhat Hached, Túnisia</i>	DGH
<i>Norwegian Institute for Air Research (NILU) - The health effects laboratory, Noruega</i>	DGH
<i>Ospedale Pediatrico Bambino Gesù, Itália</i>	DGH
<i>Universidad Autónoma de Madrid - Centro de biología molecular Severo Ochoa Nicolas Cabrera, Espanha</i>	DGH
<i>Universidade de Campinas - Departamento de patologia clínica, Brasil</i>	DGH
<i>University of Campinas, School of Applied Sciences - Laboratory of Biotechnology, Brasil</i>	DGH
<i>Universidade Estadual de Maringá - Departamento de biologia celular e genética, Brasil</i>	DGH
<i>Universität Oldenburg, Alemanha</i>	DGH
<i>University Hospital Amsterdam - Academic Medical Center, Holanda</i>	DGH
<i>University Medical Center Hamburg - Department of biochemistry, Alemanha</i>	DGH
<i>University Nijmegen Medical Center - Departamento de genómica, Holanda</i>	DGH
<i>University of Ferrara, Itália</i>	DGH
<i>University of Pennsylvania, School of Medicin, EUA</i>	DGH
<i>University of Surrey, Faculty of Health and Medical Sciences, School of Biosciences and Medicine, Reino Unido</i>	DGH
<i>Univarsity of Lund, Suécia</i>	DGH
<i>VU University Medical Center, Holanda</i>	DGH
<i>Washington University, School of Medicin - Departments of genetics and pathology & immunolog, EUA</i>	DGH
<i>Weatherall Institute of Molecular Medicine - MRC Molecular haematology unit, Reino Unido</i>	DGH
<i>University of California Davis, MIND Institute, EUA</i>	DPS
<i>Aarhus University - Department of Public Health, Dinamarca</i>	DPS
<i>European Molecular Biology Laboratory (EMBL), Alemanha</i>	DPS
<i>Icahn School of Medicine at Mount Sinai, EUA</i>	DPS
<i>Trinity College, Irlanda</i>	DPS
<i>Fundação Hipercolesterolemia Familiar, Espanha</i>	DPS
<i>National Center of Medical Genetics, Argentina</i>	DPS
<i>Universidad de Salamanca, Espanha</i>	DPS
<i>Stanford University, EUA</i>	DPS
<i>Harvard University, EUA</i>	DPS
<i>University of South Carolina, EUA</i>	DPS
<i>Edinburgh University, Reino Unido</i>	DPS
<i>Institute of cardiovascular and metabolic diseases, França</i>	DPS
<i>Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (INSERM), França</i>	DPS
<i>Faculté de Médecine, França</i>	DPS
<i>InCor Universidade de Medicina de São Paulo, Brasil</i>	DPS
<i>University of Buenos Aires, Faculty of Pharmacy - Lab of Lipids and Atherosclerosis, Argentina</i>	DPS
<i>Universidad Autónoma de Guadalajara, Facultad de Medicina, México</i>	DPS
<i>University of Oslo, Faculty of Medicine, Noruega</i>	DPS
<i>Oslo and Akershus University, College of Applied Sciences, Noruega</i>	DPS
<i>Orebro University, Suécia</i>	DPS

Parcerias internacionais	DTC
<i>Newcastle University, Institute for Ageing, Reino Unido</i>	DPS
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil	DPS
<i>University of Tasmania, Faculty of Health, School of Health Sciences, Australia</i>	DPS
<i>National Cancer Institute, National institute of Health, EUA</i>	DPS
Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil	DPS
Universidade de São Paulo, Brasil	DPS
<i>Health Service Executive (HSE), Irlanda</i>	DPS
<i>National Institute for Public Health and the Environment (RIVM), Holanda</i>	DPS
<i>Instituto Aragonés de Ciencias de la Salud (IACS), Espanha</i>	DPS
<i>Andalusian Regional Ministry of Health, Espanha</i>	DPS
<i>Federal Centre for Health Education (BZgA), Alemanha</i>	DPS
<i>DoRS - ASL TO 3, Itália</i>	DPS
<i>Centro de Investigación Biomédica de Aragón, Espanha</i>	DPS
Universidade da Corunha, Espanha	DSA
Universidade Santa Catarinense, Brasil	DSA
Universidade de Ribeirão Preto, Brasil	DSA
Universidade de Malange, Angola	DSA

2.8. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

O Plano de Atividades explicita as ações a desenvolver no ano de 2017 para alcançar os objetivos propostos e constitui um indispensável alicerce dos processos de decisão. Este plano, deve constituir-se como um sistema aberto e atento, quer às alterações do meio envolvente, quer às que ocorrem dentro da própria organização, adotando uma postura proactiva na antecipação de soluções que melhor respondam a esses desafios.

A conceção deste documento teve subjacente um exercício de reflexão conjunta com os dirigentes das várias áreas funcionais, que vão assegurar a sua implementação, o que leva a que, por um lado, se sintam mais comprometidos e incentivados a alcançar as metas consensualizadas e por outro, que haja uma maior sintonia e articulação das várias atividades a assegurar pelo Instituto Ricardo Jorge.

Para além de se constituir como um instrumento chave no controlo da atividade, dado que o seu enfoque privilegia as dimensões estratégicas da atuação do Instituto, este documento tem como desígnio gerar consensos e congregar os esforços de todos para a sua gestão.

Os objetivos foram projetados envolvendo a instituição como um todo, tendo em linha de conta os recursos disponíveis, as capacidades existentes e as potencialidades a desenvolver, procurando um efeito sinérgico de todos esses parâmetros.

2.8.1. Enquadramento com planos superiores institucionais

A elaboração deste plano teve em conta condicionantes e oportunidades decorrentes da estratégia do governo, consubstanciada no seu Programa e nas Grandes Opções do Plano propostas para 2016-2019, em particular, os principais eixos de atuação e objetivos estratégicos preconizados para a Saúde.

O Plano Nacional de Saúde, na sua revisão e extensão a 2020, designadamente, foi tido em consideração enquanto documento agregador e enquadrador das medidas consideradas mais relevantes para obtenção de ganhos em saúde para os portugueses, uma vez que assenta em quatro eixos transversais “que devem estar refletidos em todas as ações e Intervenções do Sistema de Saúde e em todos os setores com impacto na saúde”: a Cidadania em Saúde, a Equidade e Acesso adequado aos cuidados de saúde, a Qualidade na saúde e as Políticas saudáveis.

O Instituto Ricardo Jorge procura dar resposta e refletir aqueles eixos na sua atuação de modo efetivo e sustentável, designadamente, da seguinte forma:

Tabela 6 – Enquadramento com planos superiores institucionais

Eixo estratégico	Operacionalização	Objetivos estratégicos aplicáveis
Promover a saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública	Contribuir para a Educação para a Saúde e Literacia, nomeadamente, na prevenção da diabetes, da obesidade, na promoção da saúde mental e do envelhecimento saudável.	OE 1
	Participar na Reforma da Saúde Pública, em curso, através designadamente, da Comissão Nacional para Reforma da Saúde Pública.	OE 1
	Contribuir para o reforço da vigilância epidemiológica, da promoção da saúde, da prevenção primária e da prevenção secundária.	OE 1, OE 2
	Contribuir para o controlo das doenças transmissíveis de modo a enfrentar as novas epidemias, a recrudescência de infeções conhecidas e a resistência a antibióticos.	OE 1, OE 2
	Contribuir para a promoção de uma alimentação saudável.	OE 1, OE 2
Reduzir as desigualdades entre cidadãos no acesso à saúde	Contribui para o desenho de medidas específicas de combate às desigualdades de acesso e de diferenciação positiva	OE 1, OE 2
Reforçar o poder do cidadão no SNS, promovendo disponibilidade, acessibilidade, comodidade, celeridade e humanização dos serviços	Desenvolver medidas no âmbito do SIMPLEX para a Saúde.	OE 4
Aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos e a motivação dos profissionais de Saúde	Promover o desenvolvimento de competências em Saúde Pública, em áreas de especialidade do Instituto Ricardo Jorge, através da oferta formativa e do reforço da capacitação dos seus profissionais.	OE 1, OE 4, OE 5
Melhorar a governação do SNS	Reforçar a capacidade de controlo e alocação de recursos.	OE 4, OE 5
	Contribuir para a transparência através da divulgação atempada da informação relativa ao desempenho do SNS.	OE 1, OE 4
Melhorar a qualidade dos cuidados de saúde	Contribuir para a promoção da saúde e combate à doença.	OE 1, OE 2
	Reforçar o modelo de governação baseado na melhoria contínua da qualidade através da implementação de medidas de redução do desperdício, de valorização e disseminação das boas práticas e de garantia da segurança do utente.	OE 1, OE 4, OE 5
	Desenvolver a investigação científica nas vertentes clínicas e de Saúde Pública com recurso aos mecanismos de financiamento disponíveis e difundir os resultados daí resultantes	OE 2, OE 3

Programa do Governo XXI

Plano Nacional de Saúde	Eixo estratégico	Operacionalização	Objetivos estratégicos aplicáveis
	Cidadania em saúde	Difundir informação científica e realizar de ações que promovam a literacia e que foquem medidas de promoção da saúde e prevenção da doença, nomeadamente nas áreas de atuação do Instituto Ricardo Jorge.	OE 1, OE 2, OE 3
		Participar em programas de educação para a saúde.	OE1, OE 2
	Qualidade na saúde	Consolidar e divulgar a certificação da qualidade de forma a aumentar a confiança nos serviços disponibilizados.	OE 1, OE 4, OE 5
		Dar continuidade e reforçar a implementação de programas de avaliação externa da qualidade laboratorial.	OE 1, OE 3
	Políticas saudáveis	Produzir dados, informação e conhecimento científico que contribuam para apoiar e sustentar as decisões , as intervenções e avaliações em Saúde Pública.	OE 1, OE 3
		Articular com os serviços e organismos do Ministério da Saúde e de outros ministérios, atuando de acordo com o princípio da saúde em todas as políticas.	OE 1
		Reforçar os sistemas de vigilância epidemiológica em relação aos determinantes de saúde e aos fatores de risco e aos sistemas de monitorização de alertas de Saúde Pública.	OE 1, OE 2, OE 5

2.8.2. Análise estratégica

Tendo em consideração a missão e as competências atribuídas ao Instituto Ricardo Jorge foi promovida uma reflexão estratégica utilizando a metodologia da análise *SWOT*, onde se relacionaram os pontos fortes e fracos do Instituto, com as principais tendências do seu meio envolvente.

O resultado desta reflexão foi posteriormente trabalhado numa matriz *SWOT* que serviu de base para realinhar as prioridades estratégicas do Instituto Ricardo Jorge. A matriz serve, no essencial, para focar a atenção sobre a capacidade de resposta, face aos fatores do meio ambiente interno e externo que afetam o Instituto. Este instrumento estratégico pretende, de igual modo, identificar de uma forma estruturada as decisões estratégicas tendo em atenção as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

De referir que esta metodologia deve ser alvo de atualização regular para que a estratégia esteja alinhada com a missão do Instituto Ricardo Jorge e, por outro lado, não coloque em causa as suas atribuições.

De uma forma sintética, as conclusões da análise e matriz *SWOT* são as seguintes:

Análise *SWOT*

	Pontos fortes (S)	Pontos Fracos (W)
Fatores internos	1) Produção científica de relevo	1) <i>Gap</i> de competências nos recursos humanos mais indiferenciados
	2) Recursos Humanos experientes e altamente qualificados	2) Reduzido rácio entre recursos humanos adstritos a atividades técnico-científicas e recursos humanos adstritos a atividades de apoio
	3) Acreditação das atividades laboratoriais	3) Insuficiente integração entre os diversos SI (Sistemas Informáticos)
	4) Forte cultura de apoio a atividades de I&D	4) Desempenho do Sistema de Gestão Laboratorial
	5) Envolvimento em projetos e atividades internacionais	5) Abrangência das práticas de <i>Benchmarking</i> , interno e externo
	6) Capacidade instalada e conhecimento na orientação de formação conducente a graus académicos (Mestrados/Doutoramentos)	6) Morosidade dos procedimentos administrativos, para a aquisição de bens e serviços
	7) Motivação para participar em processos de mudança	7) Uniformização dos indicadores do sistema de gestão de desempenho
	8) Existência de uma Comissão de Ética para a Saúde	8) Comunicação interna
	9) Existência de um Conselho Científico	9) Mecanismos de divulgação da oferta dos serviços especializados
	10) Forte cultura de qualidade e responsabilidade	

	Oportunidades (O)	Ameaças (T)
Fatores externos	1) Articulação com os Institutos Congéneres Europeus	1) Sustentabilidade do SNS
	2) Estabelecimento e consolidação de parcerias estratégicas nacionais e internacionais	2) Enquadramento dos diplomas legais da AP que condiciona a gestão dos recursos humanos e financeiros
	3) Constantes avanços na área de I&D+i	3) Concorrência no recrutamento de RH
	4) Reconhecimento do Instituto Ricardo Jorge, de uma forma global, como laboratório de referência	4) Perda de <i>know-how</i> por ausência de mecanismos que assegurem a transferência do conhecimento na área de I&D aquando da saída dos investigadores
	5) Reforço da missão do Instituto Ricardo Jorge no âmbito da reestruturação dos Laboratórios de Saúde Pública	5) Forte concorrência de entidades nacionais e internacionais
	6) Reforma da Saúde Pública em curso	6) Dispersão de informação relevante em Saúde Pública resultado da repartição e/ou complementaridade de competências, previstas pelo atual enquadramento legal
	7) Relações internacionais / CPLP/ UE/ OMS	7) Falta de coordenação entre instituições dentro do MS nas áreas de atuação do Instituto Ricardo Jorge, designadamente no acesso a dados gerados no próprio Ministério
	8) Criação de centros de Excelência no Instituto Ricardo Jorge – “selo ou marca” Instituto Ricardo Jorge	8) Insuficiente representação nos organismos nacionais e internacionais
	9) Surgimento de novos atores na área da saúde	9) Fragilidade no fluxo e troca de informação entre organismos do MS, que o representam em fóruns internacionais, e os organismos do MS que trabalham nas respetivas áreas temáticas
	10) Interesse reemergente da sociedade pela área Saúde Pública	10) Constrangimento no investimento em infraestruturas e equipamento
	11) Interesse da tutela e da sociedade pela informação epidemiológica de apoio à decisão	
	12) Necessidade de criação de equipas de epidemiologia de campo, incluindo com competências laboratoriais, no seio do MS	
	13) Consolidação da política “O público contrata o público”, para aumento da prestação de serviços na área da clínica	
	14) Áreas de atividade do Instituto Ricardo Jorge promovidas nas <i>calls</i> do Horizonte 2020 e de outras entidades financiadoras	

Análise dos Stakeholders

A análise dos *stakeholders* tem como objetivo avaliar o ambiente onde se insere o Instituto, sendo esta análise essencial para a definição da estratégia permitindo avaliar a influência e a maneira como os outros intervenientes podem interferir na atividade.

Dos *stakeholders*, resultaram nos últimos dois anos, expressões de expectativas de reformulação da posição do Instituto Ricardo Jorge no sistema de saúde e no sistema científico nacional, de modo promover e potenciar a efetividade da sua resposta às necessidades de saúde dos portugueses. Assumindo aqui especial relevo, uma utilização efetiva dos seus recursos e capacidades, por parte das estruturas do Ministério da

Saúde, em mais estreita relação com os serviços de Saúde Pública, alvo de reforma em curso no âmbito da nova ambição para a Saúde Pública, a qual o Instituto tem ajudado a delinear.

Tabela 7 - Stakeholders

Órgão da Administração Central	Clientes de âmbito geográfico	Parceiros Nacionais	Parceiros Internacionais	Outros
Estado (Governo)	Hospitais Públicos e Privados	DGS - Direção-Geral da Saúde	OMS - Organização Mundial de Saúde	Profissionais de Saúde
Ministério da Saúde	ARS (ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde, USF - Unidades de Saúde Familiar, UCSP - Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados);	Instituto Nacional de Estatística	ECDC - European Centre for Disease Control	Estudantes
DGS - Direção-Geral da Saúde	Unidades Locais de Saúde e Delegados de Saúde Regionais	Fundação para Ciência e a Tecnologia	IANPHI - International Association of National Public Health Institutes	Colaboradores/ Bolseiros do Instituto Ricardo Jorge
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	Empresas Privadas	Agência Portuguesa do Ambiente	Organizações Europeias Congéneres (Espanha, Países Baixos, Finlândia)	Fornecedores
SPMS, EPE	Outros Organismos do Estado (Escolas, Universidades, Tribunais, Estabelecimentos Prisionais e Câmaras Municipais	Laboratórios do Estado e outras instituições públicas de I&D	Organizações Internacionais Congéneres (Brasil e Angola)	Sindicatos
INFARMED, I.P.	Cidadãos (utentes do SNS e outros particulares	Fundação Calouste Gulbenkian	IMEKO	
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	Laboratórios Privados de Análises	Escola Nacional de Saúde Pública	CYTED/IBERCAROT	
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, IP	Consultórios médicos privados	Instituto de Higiene e Medicina Tropical	EuroFIR AISBL	
Ministério dos Negócios Estrangeiros		Agência Nacional de Inovação	MoniQA AISBL	
Ministério da Justiça		Universidades	Universidades	
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural		IPQ	Robert KOCH Institut	
Ministério do Mar		RELACRE	Fiocruz	

Órgão da Administração Central	Cientes de âmbito geográfico	Parceiros Nacionais	Parceiros Internacionais	Outros
Ministério do Ambiente		PortFIR	Instituto Nacional de Saúde Pública de Angola	
Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior		DGAV	Instituto Carlos III	
Ministério da Economia		GS1 Portugal	Norwegian Institute for Public Health (NIPH)	
Instituto Português do Mar e da Atmosfera		ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	National Institute for Health and Welfare (THL)	
		Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP	RINSP - Rede de Institutos de Saúde Pública CPLP	
			CDC - Centers for disease Control and Prevention - USA	
			European Commission Joint Research Centre (ISPRA)	

3. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

3.1. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

O Plano Estratégico que define os objetivos do Instituto Ricardo Jorge para o triénio 2017-2019 reflete a sua missão, os seus valores e a sua visão e tem em conta os desenvolvimentos no contexto nacional, nomeadamente, a reforma da Saúde Pública em curso, na qual o Instituto participa com envolvimento nas três subcomissões (comissão permanente; comissão para a contratualização, sistema de informação e acreditação; comissão para a organização e capacitação), e a relação com os centros académicos clínicos. A nível internacional, o reforço da participação nas agências europeias, o reforço da colaboração com institutos de saúde e de Saúde Pública europeus, a cooperação com a OMS e com o CDC, e com os países da CPLP.

As Linhas Gerais de Orientação Estratégica, ou vetores estratégicos estão intrinsecamente ligadas à Missão e aos propósitos estratégicos e consubstanciam-se na perspetiva de alargamento da presença do Instituto Ricardo Jorge junto dos clientes/parceiros a nível nacional e internacional, assim como na melhoria da capacidade C&T disponível e das práticas associadas, sem descurar a segurança, a qualidade, a eficácia e a eficiência.

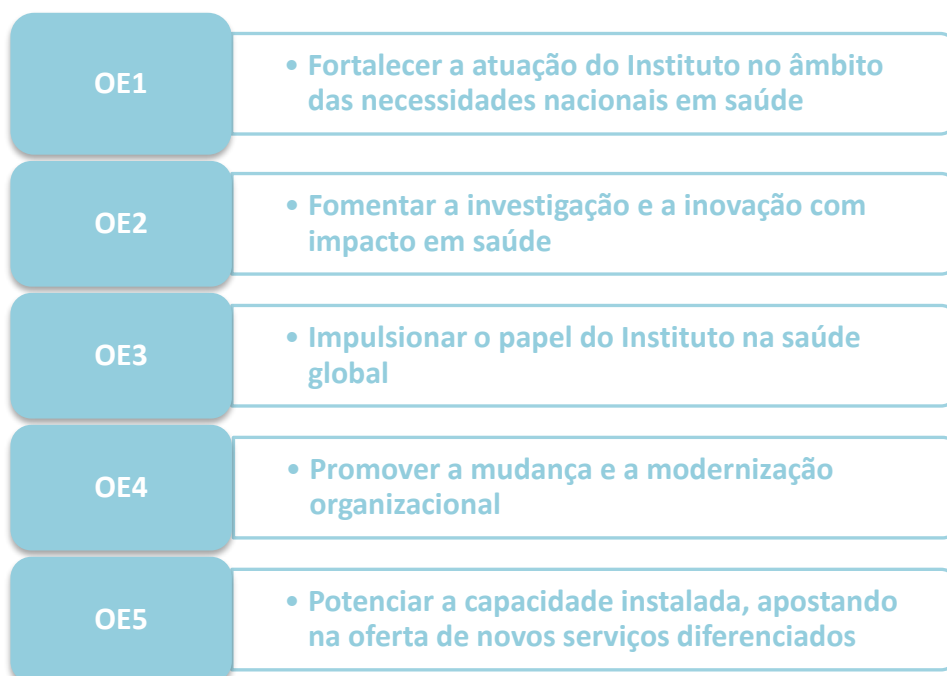


3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos operacionais que constam neste Plano foram delineados no âmbito do Plano Estratégico 2017-2019 tendo por base numa perspetiva global envolvendo todo o Instituto, procurando a desejável sinergia entre os recursos disponíveis, as capacidades existentes e as potencialidades a incrementar.

Encontram-se estruturados numa cadeia lógica, em que os objetivos estratégicos se desdobram em objetivos operacionais, a implementar pelos vários departamentos para promover a sincronia dos vários esforços e reforçar a unidade organizacional.

Tendo por base a referida estratégia, foram propostos para o ciclo de gestão que se inicia, os Objetivos Estratégicos enumerados de seguida:



3.2.1. Formulação e análise dos objetivos estratégicos

OE1

- Fortalecer a atuação do Instituto no âmbito das necessidades nacionais em saúde

Num sistema de Saúde em que os atores estão em permanente mudança e que se quer colaborativo, importa que o Instituto Ricardo Jorge fortaleça a sua atuação na Saúde Pública em Portugal e que, no âmbito da sua missão e atribuições, potencie a sua contribuição para a obtenção de ganhos em saúde de toda a população.

Enquanto Laboratório do Estado no setor da saúde, as prioridades do Instituto Ricardo Jorge estão alinhadas com as políticas nacionais de saúde, científica e tecnológica, embora inserido num contexto específico, mas abrangente, no âmbito da Saúde.

Neste sentido, pretende-se fortalecer o papel único do Instituto como Laboratório de Estado e de Referência, assim como Observatório de Saúde, incluindo as atividades de vigilância epidemiológica, na prossecução da sua missão de promover e divulgar o conhecimento científico, baseado na investigação científica, na observação e vigilância epidemiológica, em resposta às necessidades em Saúde Pública e apoio à governança em saúde. Importa ainda, reafirmar o papel de promover a formação e capacitação nas áreas das suas atribuições, desenvolver a atividade laboratorial de referência, coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial e, ainda, assegurar a prestação de serviços diferenciados.

Mais importa, neste contexto, reforçar uma articulação efetiva com os outros atores dentro do sistema de saúde, através de um trabalho em rede, de modo a contribuir para objetivos comuns.

Linhas de ação:

- Alinhar a intervenção do Instituto com as políticas de saúde, científica e tecnológica e com os princípios da boa governança em saúde;
- Participar na Reforma da Saúde Pública, em curso, designadamente, através do seu envolvimento nas três subcomissões constituídas para o efeito (comissão permanente; comissão para a contratualização, sistema de informação e acreditação; comissão para a organização e capacitação);
- Obter evidência para a decisão em saúde;
- Atuar de acordo com o princípio da saúde em todas as políticas, articulando com estruturas e serviços do Ministério da Saúde e de outros ministérios a nível nacional, regional e local;
- Promover a atualização e divulgação do conhecimento e da cultura científica;
- Promover a implementação e divulgação de boas práticas;
- Participar em projetos e redes de vigilância epidemiológica, observação em saúde e avaliação de desempenho de sistemas e de políticas de saúde;
- Potenciar a atuação do Instituto enquanto laboratório de referência na área da saúde a nível nacional.

OE2

• Fomentar a investigação e inovação com impacto em saúde

As políticas saudáveis são construídas e analisadas sobre uma base consistente de evidência científica, tendo prioridade as intervenções sobre as quais existe evidência de uma favorável relação benefício/custo. A investigação científica em saúde é uma das funções essenciais do Instituto Ricardo Jorge e deve estar alinhada com os eixos estratégicos e os objetivos para o sistema de saúde definidos no Plano Nacional de Saúde.

Linhas de ação:

- Desenvolver o Plano de Investigação estratégica do Instituto Ricardo Jorge;
- Desenvolver investigação em ciências da saúde, nomeadamente, investigação epidemiológica, etiopatogénica, clínica e em serviços de saúde;
- Promover a transferência de tecnologias e conhecimento;
- Reforçar o apoio à investigação e adequar a gestão em I&D+i;
- Fomentar sistemas de informação para a investigação e redes de I&D+i;
- Articular o Instituto com a sociedade para aumentar as oportunidades de I&D+i, quer com o setor público (parcerias com Universidades e Centros Académicos, através de Protocolos de Cooperação), quer com o setor privado (parcerias e consórcios com a Indústria e Serviços e.g. *Health Cluster*);
- Investir em competências para a captação de financiamento externo.

OE3

• Impulsionar o papel do Instituto na Saúde Global

Este objetivo encontra-se alinhado com o preconizado no PNS “Fortalecimento da Saúde Global”. Estudos da União Europeia demonstram a relevância deste objetivo; a Saúde Global é um conceito abrangente que engloba o estado de saúde, os seus determinantes e intervenções na população mundial, que se sobrepõe aos interesses e perspetivas individuais dos países.

Assim, a nível de orientação política, as organizações devem realizar a planificação estratégica e operacional, responsabilização, monitorização e avaliação dos compromissos internacionais, incluindo, por exemplo, a vigilância epidemiológica, planos, programas e projetos internacionais. Devem ainda, desenvolver e executar simulações de planos de ação para situações de ameaças de saúde internacionais, quer próprios, quer integrados em estratégias de ação internacional e analisar e monitorizar o impacto da mobilidade bidirecional de pessoas e doentes: estrangeiros e migrantes quanto ao acesso, qualidade e impacto na sustentabilidade do Sistema de Saúde, bem como quanto à satisfação de necessidades de saúde específicas.

Como Laboratório do Estado, o Instituto Ricardo Jorge detém uma vasta experiência e dispõe de capacidades, que se estendem por vários domínios, que pode partilhar com instituições congéneres, contribuindo para o reforço de uma mútua capacitação. Igualmente, o Instituto Ricardo Jorge desempenha e deve reforçar a sua participação na definição de políticas europeias e globais através da sua presença em organizações internacionais.

Linhas de ação:

- Identificar e partilhar modelos internacionais de funcionamento das instituições, incluindo conceitos, boas práticas, processos e indicadores;
- Procurar modelos e promover a participação em processos de acreditação internacional, desenvolver formação, de forma a facilitar o reconhecimento de centros de excelência e a captação de profissionais de outros países, em formação;
- Promover as discussões estratégicas e operacionais a nível internacional e nacional sobre a participação de Portugal na Saúde Global;
- Aumentar a cooperação com outras entidades, no âmbito das áreas de intervenção do Instituto, para responder às necessidades das populações em saúde.



Os ganhos de efetividade e eficiência só serão possíveis numa cultura de compromisso e exigência, investindo, numa gestão racional e criteriosa dos recursos, humanos, financeiros e organizacionais. Assume, aqui, particular relevância a aposta no desenvolvimento do capital humano e na modernização e simplificação administrativa do Instituto. Torna-se imperativa, uma gestão administrativa centrada na simplificação, agilidade, inovação e automatização/desmaterialização dos processos e sistemas de uma forma integrada, que promova a otimização dos recursos, a redução de custos, a transparência e a responsabilização.

Este objetivo permite induzir o aumento da qualidade e o aperfeiçoamento dos serviços prestados interna e externamente.

Linhas de ação:

- Manter a aposta na reengenharia dos processos;
- Melhorar os sistemas de informação de suporte à decisão;
- Desenvolver um novo sistema de informação para a gestão de processos e procedimentos laboratoriais;
- Aperfeiçoar os sistemas de avaliação do desempenho da organização;
- Desburocratizar os processos, minimizando o tempo dedicado pelos Investigadores às tarefas administrativas e de rotina, para a conseqüente consagração às atividades de I&D;
- Desenvolver a comunicação interna e externa;
- Desenvolver a Responsabilidade Social;
- Investir no apuramento dos custos;

- Reporte da informação financeira;
- Promover a contratualização interna;
- Melhorar o Sistema de Controlo Interno, auditoria interna e Gestão Orçamental;
- Requalificar as instalações, nomeadamente, através de medidas de autoproteção e eficiência energética.

OE5

- **Potenciar a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços diferenciados**

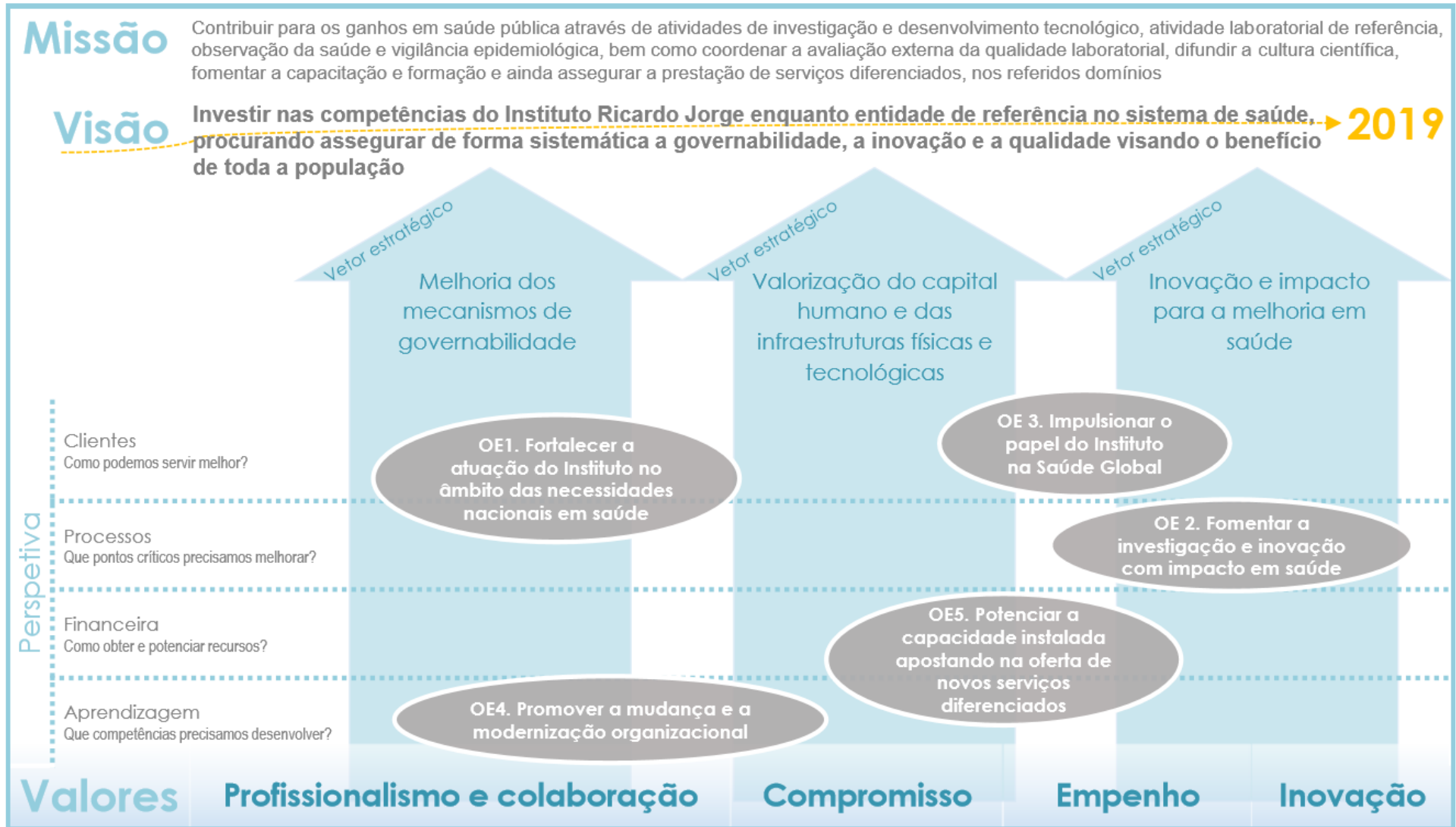
Numa sociedade em constante mudança, importa que o Instituto Ricardo Jorge assuma um papel de liderança na Saúde Pública, definindo novas metodologias diferenciadas, no âmbito da sua missão e atribuições. Neste contexto, o Instituto assume uma postura proactiva na definição da oferta de serviços que melhor servem a população e os objetivos do Sistema Nacional de Saúde. Esta definição passa, necessariamente, por potenciar a capacidade instalada e por reorientar a sua atividade, a prestar um melhor e mais adequado serviço diferenciado.

Linhas de ação:

- Antecipar/Responder a novas exigências e necessidades identificadas;
- Garantir a sustentabilidade das atividades no âmbito da prestação de serviços;
- Continuar a investir na acreditação dos ensaios laboratoriais do Instituto Ricardo Jorge de acordo com os referenciais normativos ISO/IEC 17025 e ISO 15189;
- Primar pela qualidade do serviço prestado;
- Reavaliar e manter o processo, em curso, de requalificação de infraestruturas e investimento em equipamentos.

3.3. MAPA DA ESTRATÉGIA

Para facilitar a compreensão da relação existente entre os objetivos e vetores estratégicos, missão e a visão estratégica até 2019, elaborou-se o mapa estratégico que seguidamente se apresenta.



3.4. OBJETIVOS PLURIANUAIS

De acordo com o mapa da estratégia representado na seção anterior, foram definidos os objetivos plurianuais a concretizar no decorrer do triênio 2017-2019, que permitirão efetivar os objetivos estratégicos. Os referidos objetivos encontram-se agrupados de acordo com dois âmbitos genéricos, os relacionados diretamente com a Missão e os relacionados com os recursos a desenvolver. Os primeiros estão associados com o âmbito de atuação do Instituto, a Saúde Pública, a difusão da cultura científica, a investigação desenvolvimento e inovação, a cooperação internacional e a prestação de serviços. Os segundos abrangem os meios necessários para assegurar a Missão, estando associados às pessoas, aos recursos económico-financeiros, aos recursos organizacionais e às infraestruturas.

São assim apresentados, seguidamente, os indicadores e metas dos objetivos plurianuais que se aplicam especificamente ao ano 2017.

OE	Âmbito de atuação	OPI	Objetivo plurianual	Indicador	Unidade	Meta 2017
PARÂMETROS DE MISSÃO						
Saúde Pública						
1	Maximizar o impacto positivo na saúde da população	1	Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2020 e Programas do Ministério da Saúde	Taxa de atualização da metodologia de avaliação do PNS	%	100
				Organização do <i>Workshop de Health impact assesment</i>	N.º	1
		2	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Taxa média de cumprimento dos objetivos de coordenação de programas nacionais	%	80
				Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	%	85
				Novos indicadores no portal da transparência do SNS	N.º	7
		3	Concorrer para "uma nova ambição para a Saúde Pública"	Índice de participação no universo das comissões constituídas	%	100
		4	Assegurar a atividade das redes referência/vigilância/observação	Redes nacionais de referência/vigilância/observação	N.º	32
				Taxa de cumprimento dos prazos de reporte de informação a entidades oficiais	%	100
		5	Monitorizar a rede de laboratórios de Saúde Pública	Taxa de resposta aos pedidos de assessoria técnico-científica	%	100
		6	Assegurar a resposta laboratorial em situações emergência biológica	Taxa média de respostas dentro dos prazos adequados	%	100

OE	Âmbito de atuação	OPI	Objetivo plurianual	Indicador	Unidade	Meta 2017
Difusão da Cultura Científica						
1	Divulgação da cultura científica	7	Realizar eventos estratégicos (Ex: Dia do INSA, Dia do Jovem investigador; Fórum da Investigação em saúde)	Eventos realizados	N.º	3
				Taxa de participação nos eventos estratégicos realizados	% (participantes/lotação)	75
		8	Fomentar a produção editorial científica	Boletins Epidemiológicos Observações com participação de todos os DTC	%	75
				Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação Nacionais, com intervenção do INSA	%	85
Investigação, Desenvolvimento e Inovação						
2	Incremento do valor associado à I&D+i	65	Reforçar a investigação	Novas parcerias com serviços de saúde locais e regionais	% de aumento	3
				Novas colaborações internacionais	% de aumento	3
				Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	N.º	3
				Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	N.º	7
		17	Incentivar a investigação de tradução	Projetos I&D em curso	% do total	25
				Novos pedidos provisórios de patente e patentes	N.º	1
		18	Reforçar a capacitação em I&D+i	Dissertações de mestrado	N.º	15
				Teses de doutoramento	N.º	6
				Taxa de bolseiros pós-doutoramento face ao universo de doutorandos	%	20
		19	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Artigos publicados	% de aumento	3
2	Melhoria do desempenho da I&D+i	20	Harmonizar os indicadores de produtividade	Definição de metodologia para o cálculo do valor em ETI	N.º	1
		21	Aumentar captação de financiamento	Definição de um modelo de incentivo à captação de financiamento	%	100
				Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	%	25
				Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	%	30
				Financiamento dos projetos com gestão interna	% de aumento	5

OE	Âmbito de atuação	OPI	Objetivo plurianual	Indicador	Unidade	Meta 2017
Cooperação/Colaboração Internacional						
3	Reforço do posicionamento internacional	22	Fomentar projetos/ações de cooperação internacionais	Novos projetos/ações de cooperação internacional	N.º	5
				Novos projetos/ações de cooperação com a CPLP	N.º	5
				Ações de formação realizadas no INSA	N.º	5
		23	Assegurar compromissos internacionais	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	%	100
		24	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Novas colaborações com institutos congéneres	N.º	5
Novas colaborações com a OMS	N.º			2		
Prestação de Serviços						
5	Prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	25	Diversificar os serviços prestados	Novas áreas de negócio	N.º	2
				Novos ensaios/testes implementados	N.º	3
		26	Assegurar a qualidade dos serviços	Aumento dos ensaios acreditados	% de aumento	5
				Índice global médio de satisfação dos clientes (escala 1-4)	Valor	≥ 3
		27	Melhorar a divulgação dos serviços disponíveis	Novos contactos/pedidos de orçamento	N.º	80
				Novas contratualizações (Ex: ARS, DGAV, Serv. Prisionais)	N.º	5
				Novos clientes	N.º	20
		28	Aumentar volume das receitas	Taxa de crescimento da receita	%	5
29	Garantir a sustentabilidade da atividade	Valor médio da razão entre a despesa e a receita obtida (dos ensaios implementados custo/receita)	Valor			
5	Oferta formativa	30	Fomentar a participação dos DTC	Proposta de melhoria ao modelo de incentivo à participação dos DTC	N.º	1
				Implementação do modelo	N.º DTC	
		31	Aumentar volume das receitas	Taxa de crescimento da receita	%	5
		32	Melhorar a divulgação dos serviços disponíveis	Novos contactos/pedidos de orçamento	N.º	25
				Formandos	% de aumento	5
		33	Assegurar a qualidade do serviço	Taxa de realização das iniciativas programadas	%	60
Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	Valor			70		
5	Avaliação externa da qualidade laboratorial	34	Assegurar a qualidade do serviço	Taxa de realização das ações de formação planeadas	%	90
				Taxa de satisfação dos laboratórios participantes no PNAEQ	%	85

OE	Âmbito de atuação	OPI	Objetivo plurianual	Indicador	Unidade	Meta 2017
Museu da Saúde						
1	Museu da Saúde	9	Efetuar o levantamento Nacional dos Bens Culturais Móveis da Saúde	Relatório	N.º	1
		10	Iniciar a primeira fase de instalação do Museu da Saúde	Cerimónia pública da designação do futuro espaço-sede	N.º	1
		11	Realizar exposições	Número de exposições realizadas	N.º	1
		12	Realizar atividades educativas e de divulgação	Número de atividades realizadas	N.º	2
		13	Promover a realização de encontros científicos	Eventos realizados	N.º	1
		14	Apresentar proposta de projeto para Thesaurus de Instrumentos e Coleções de Ciências da Saúde	Projeto	N.º	1
		15	Elaborar proposta/dossier para concurso de ideias para arquitetura e museografia para as futuras instalações do Museu da Saúde	Proposta/ <i>dossier</i>	N.º	1
		16	Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde	Novos registos de inventário e estudo das peças	N.º	200

OE	Âmbito de atuação	OPI	Objetivo plurianual	Indicador	Unidade	Meta 2017
PARÂMETROS DE RECURSOS						
Pessoas						
4	Melhoria do planeamento de RH	35	Elaborar uma metodologia para a Gestão Previsional de Recursos Humanos	Taxa de execução	%	100
4	Melhoria da qualidade da formação interna	36	Modernizar a gestão da formação	Aquisição de <i>software</i>	%	100
		37	Aperfeiçoar a identificação das necessidades de formação	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação	%	80
				Modelo de articulação entre a avaliação de desempenho e a formação	% de conclusão	100
4	Satisfação/motivação dos trabalhadores	39	Promover a satisfação dos colaboradores	Índice médio de satisfação global (escala 1-5)	Valor	≥ 3,5
2, 4	Otimização do desempenho dos investigadores	40	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Tempo dedicado às atividades de apoio	%	30
Qualidade, Processos e TIC						
4	Cultura da qualidade	43	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Taxa de DTC com os requisitos atualizados	%	40
4	Reengenharia dos processos administrativos	44	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	%	80
		45	Redefinir <i>Workflows</i>	Processos em que foram redefinidos <i>Workflows</i>	N.º	3
		46	Desmaterializar os processos administrativos	Processos desmaterializados	N.º	3
		47	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1	% de diminuição	20
4	TIC	48	Atualizar o parque informático	<i>Hardware</i> atualizado nos postos de trabalho	N.º	120
		49	Reorganizar e atualizar infraestrutura de servidores do <i>DataCenter</i>	Valor global de licenciamento anual	% de diminuição	20

OE	Âmbito de atuação	OPI	Objetivo plurianual	Indicador	Unidade	Meta 2017
Infraestruturas						
4	Infraestruturas	51	Beneficiar as instalações da sede	Conservação do edifício principal (revestimento das fachadas)	N.º	3
				Taxa de implementação de medidas de autoproteção	%	30
				Submissão da candidatura do Projeto de Eficiência Energética	N.º	1
				Taxa de cumprimento do plano de execução do Projeto de Eficiência Energética	%	100
Económico-financeiros						
4	Contabilidade	52	Consolidar o processo de implementação da contabilidade analítica, de acordo com o SNC-AP	Redefinição dos centros de custo	%	100
		53	Implementar um sistema de apoio ao processo de reconciliações bancárias	Movimentos bancários abrangidos	%	100
4	Gestão patrimonial	54	Melhorar a gestão do património	Atualização do cadastro do imobilizado	%	60
4	Aprovisionamento	55	Melhorar a instrução dos procedimentos de contratação	Taxa de processos auditados sem irregularidades	%	30
4	Armazém	56	Consolidar o processo de implementação dos armazéns avançados	Efetivação dos armazéns avançados	N.º	6
4	Custeio	58	Apurar os custos associados à prestação de serviços	Desenvolvimento de uma metodologia de custeio para os serviços prestados	%	100
				Desenvolvimento do instrumento para recolha de informação	%	100
4	Imputação interna	59	Contratualizar financiamento de acordo com produção efetuada	DTC/Museu contratualizados	%	100
Desenvolvimento Organizacional e Comunicação						
4	Destacar a imagem do instituto	60	Promover a presença nas redes sociais	Seguidores no <i>Facebook</i>	% de aumento	5
				<i>Likes</i> no <i>Facebook</i>	% de aumento	5
				<i>Posts</i> disponibilizados	% de aumento	5

OE	Âmbito de atuação	OPI	Objetivo plurianual	Indicador	Unidade	Meta 2017
		61	Garantir a presença nos media	Notícias sobre o INSA publicadas na comunicação social	% de aumento	5
4	Comunicação interna	62	Promover a comunicação interna	Iniciativas	N.º	3
		63	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	%	≥ 40
4	Fomentar a responsabilidade social	64	Elaborar uma estratégia de Responsabilidade Social	Elaboração do plano	N.º	1

3.5. OBJETIVOS OPERACIONAIS

A partir dos objetivos estratégicos foram identificados e determinados os objetivos operacionais (OOp) e selecionados aqueles que melhor refletem as linhas prioritárias do Instituto Ricardo Jorge. Na tabela abaixo apresenta-se a articulação dos objetivos estratégicos com os 21 objetivos operacionais que integram o QUAR:

Tabela 8: Articulação entre Objetivos Operacionais QUAR 2017 e Objetivos Estratégicos

Objetivos Operacionais (OOp)		Relev.	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	Depart.	Parâm. Obj.
OOp1	Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância/observação	X	X					DAN; DDI; DEP; DPS	Eficácia
OOp2	Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em casa Observamos Saúde", ECOS	X	X					DEP	Eficácia
OOp3	Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA	X	X					DDI	Eficácia
OOp4	Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos	X	X					DDI	Eficácia
OOp5	Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC)	X	X					DEP	Eficácia
OOp6	Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares	X	X					DAN	Eficácia
OOp7	Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos	X			X			DAN	Eficácia
OOp8	Fomentar a produção de documentação técnico-científica e o apoio à edição através e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições		X					BIBLIOTECA/ DEP	Eficácia
OOp9	Realizar eventos estratégicos		X					CMRE/ AAI/OF	Eficácia
OOp10	Efetuar o levantamento Nacional dos Bens Culturais Móveis da Saúde		X					MUSEU	Eficácia
OOp11	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias	X					X	DAN; DDI; DGH; DSA; DPS	Eficiência
OOp12	Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica	X	X					DPS	Eficiência
OOp13	Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos	X		X				DPS	Eficiência
OOp14	Reforçar a investigação			X				DTC/AAI	Eficiência
OOp15	Melhorar o desempenho económico e financeiro					X		DRF	Eficiência
OOp16	Promover o desenvolvimento das competências em Saúde Pública através da oferta formativa						X	OF	Eficiência
OOp17	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras	X					X	QUAL	Qualidade
OOp18	Promover a formação					X		DGRH	Qualidade
OOp19	Promover a satisfação dos colaboradores e clientes					X	X	QUAL/ CMRE	Qualidade
OOp20	Melhoria da qualidade das instalações do INSA - Sede					X		DRT	Qualidade
OOp21	Disponibilizar através do portal da transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão		X					CMRE	Qualidade

3.6. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO

O processo de monitorização visa uma gestão dinâmica da estratégia que permita uma atuação oportuna. Neste processo os elementos a monitorizar são:

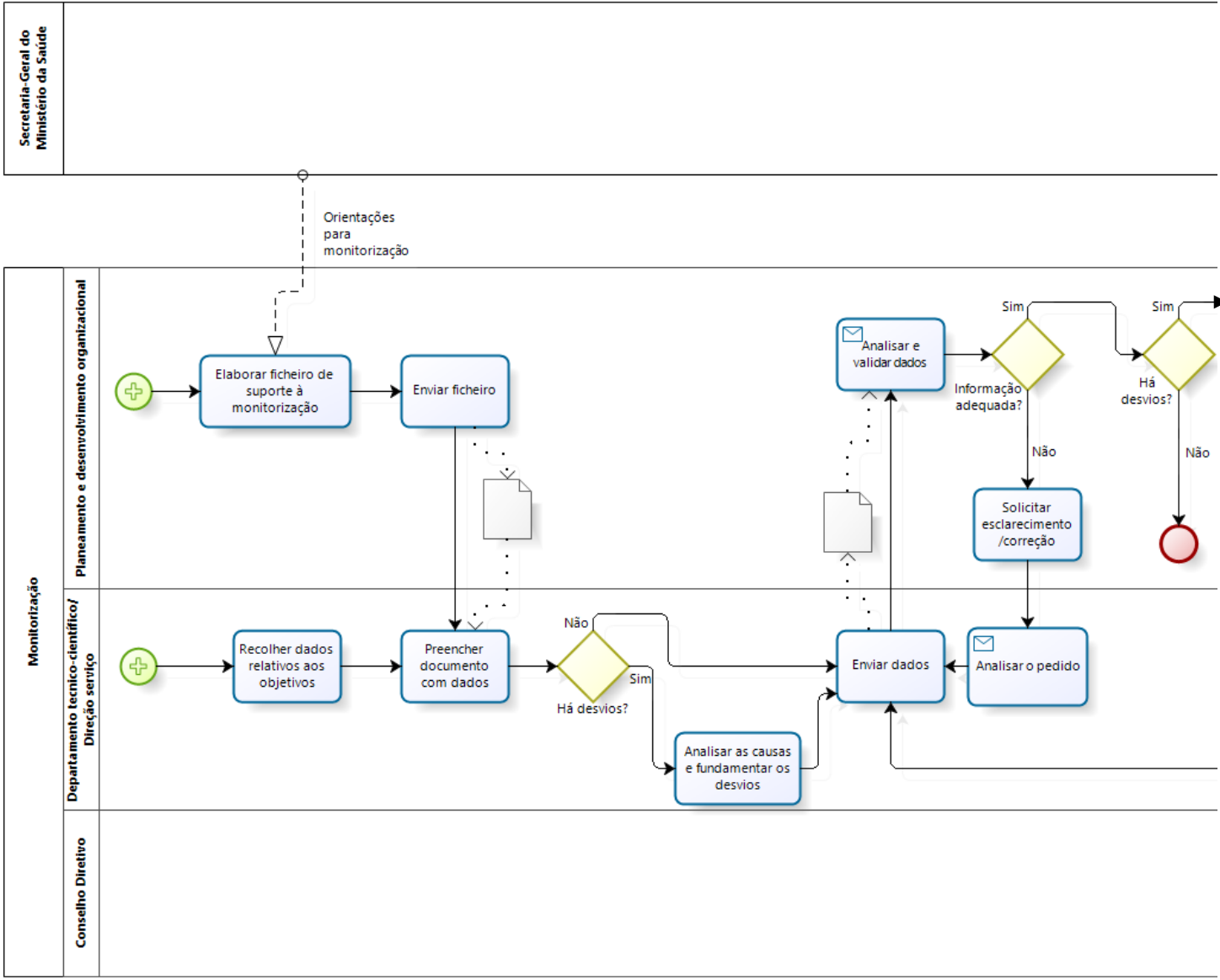
- Mapa da estratégia através do QUAR (SIADAP 1)
- Objetivos das unidades orgânicas
- Projetos das unidades orgânicas
- Indicadores de desempenho das funções essenciais e das áreas de suporte
- Objetivos dos dirigentes (SIADAP 2)
- Objetivos dos trabalhadores (SIADAP 3)

Face à necessidade de dar resposta ao plano de atividades, relatório de atividades, objetivos estratégicos, plurianuais e operacionais, e fornecer ao Conselho Diretivo (CD) informação que apoie as suas decisões, foram criadas ferramentas de recolha e tratamento de dados. Importa, ainda assim, que seja assegurado investimento na evolução destes instrumentos, de forma a que possam vir a garantir maior celeridade na partilha e acesso aos dados e informação, assim como a sua qualidade, integridade e conservação.

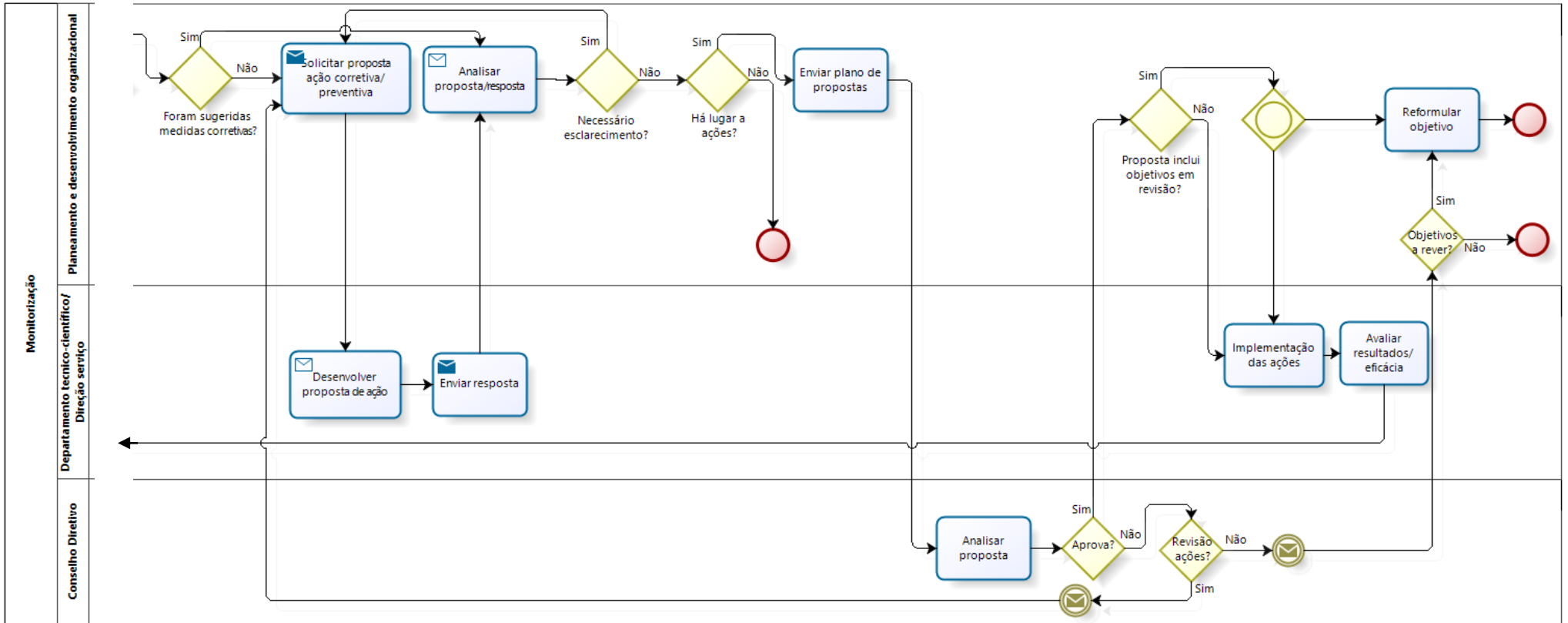
Presentemente o processo de monitorização do cumprimento dos objetivos é feito através das fichas de monitorização desenvolvidas especificamente para o efeito, pela Área do Planeamento e Desenvolvimento Organizacional (APDO). A periodicidade de monitorização estabelecida é semestral, de forma a garantir a gestão atempada de eventuais desvios, podendo ser ajustada de acordo com as necessidades ou orientações do Ministério da Saúde. Assim, resumidamente, o processo de monitorização desenrola-se da seguinte forma:

- A APDO assegura a preparação e distribuição, junto dos vários departamentos, da ficha de monitorização (em suporte Excel), assim como da informação de enquadramento ao preenchimento da mesma, respeitando a periodicidade supramencionada.
- Os diretores e coordenadores de cada departamento e gabinete asseguram a qualidade e conservação dos dados e informação relevante, bem como o seu reporte atempado.
- No caso de serem detetados desvios, em sede de monitorização semestral, serão estudadas propostas de ações corretivas e/ou preventivas pelos departamentos envolvidos. As referidas propostas serão apresentadas ao CD para aprovação, sempre que tal se justifique.
- Nos casos em que se revele necessário, poderá ser apresentada uma proposta de revisão de objetivos/indicadores QUAR, acompanhada da respetiva fundamentação. Tal proposta, a ocorrer, será ser remetida à Secretária-geral do Ministério da Saúde (SGMS), pela área do APDO, após aprovação do CD.

De seguida apresenta-se o diagrama do processo de monitorização dos objetivos plurianuais e operacionais:



(Continua na página seguinte)



3.7. CONTRIBUIÇÃO PARA AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Durante a elaboração do presente plano o Instituto Ricardo Jorge dedicou especial atenção ao alinhamento dos seus objetivos operacionais (OOp) com as orientações estratégicas do Ministério da Saúde, facto que se encontra refletido nos programas de saúde prioritários em que está envolvido, bem como nas fichas de atividade, em anexo, onde se encontram descritos os OOp de todas as unidades orgânicas do Instituto.

Assim, os OOp do Instituto Ricardo Jorge encontram-se alinhados com as orientações do Ministério da Saúde que se encontram no quadro que se segue:

Tabela 9: Orientações estratégicas do MS 2017

Nº	Orientações Estratégica do MS 2017
1	Orientações do Plano Nacional de Saúde – Revisão e Extensão 2020 tendo por base os eixos estratégicos, orientações para a implementação, metas e indicadores, designadamente
1.1	Eixos Estratégico - Cidadania em Saúde
1.3	Eixos Estratégico - Qualidade na Saúde
1.4	Eixos Estratégico - Políticas Saudáveis
1.5	Orientação para a Implementação - Prevenção e Controlo da Doença
1.6	Orientação para a Implementação - Promoção e Proteção da Saúde
1.7	Orientação para a Implementação - Colaboração Intersectorial
1.8	Orientação para a Implementação - Capacitação dos cidadãos
1.9	Orientação para a Implementação - Promoção de ambientes saudáveis
1.10	Orientação para a Implementação - Divulgação e implementação de boas práticas
1.11	Orientação para a Implementação - Fortalecimento da Saúde Global
2	Orientações Programáticas dos Programas de Saúde Prioritários e demais programas nacionais - articulação com os Programas Nacionais da DGS ou de outras instituições do MS, em vigor
2.1	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável
2.2	Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física
2.3	Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo
2.4	Programa Nacional para a Diabetes
2.5	Programa Nacional para as Doenças Cérebro- Cardiovasculares
2.6	Programa Nacional para as Doenças Oncológicas
2.7	Programa Nacional para as Doenças Respiratórias
2.8	Programa Nacional para a Infeção VIH/SIDA e Tuberculose
2.9	Programa Nacional para as Hepatites Virais
2.10	Programa Nacional para a Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos
2.11	Programa Nacional para a Saúde Mental
2.12	Programa Nacional de Vacinação
2.15	Outros

Nº Orientações Estratégica do MS 2017

3 Programa do XXI Governo Constitucional - O Programa do Governo e prioridades assumidas, bem como as medidas previstas nas suas secções

- 3.1 Eixo 1 - Promover a saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública
- 3.2 Eixo 2 - Reduzir as desigualdades entre cidadãos no acesso à saúde
- 3.3 Eixo 3 - Reforçar o poder do cidadão no SNS, promovendo disponibilidade, acessibilidade, comodidade, celeridade e humanização dos serviços
- 3.7 Eixo 7 - Aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos e a motivação dos profissionais de Saúde
- 3.8 Eixo 8 - Melhorar a Governação do SNS
- 3.9 Eixo 9 - Melhorar a Qualidade dos Cuidados de Saúde

4 Orientações interinstitucionais

- 4.1 SIMPLEX - Implementação de medidas que simplifiquem os procedimentos relativos ao acesso e utilização do SNS e que tornem transparente, informada e acolhedora a circulação do utente nos diversos níveis do sistema
- 4.2 Melhoria da qualidade dos registos no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIE)
- 4.3 Melhoria da eficiência da Gestão

4. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

4.1. RECURSOS HUMANOS

4.1.1. Caracterização

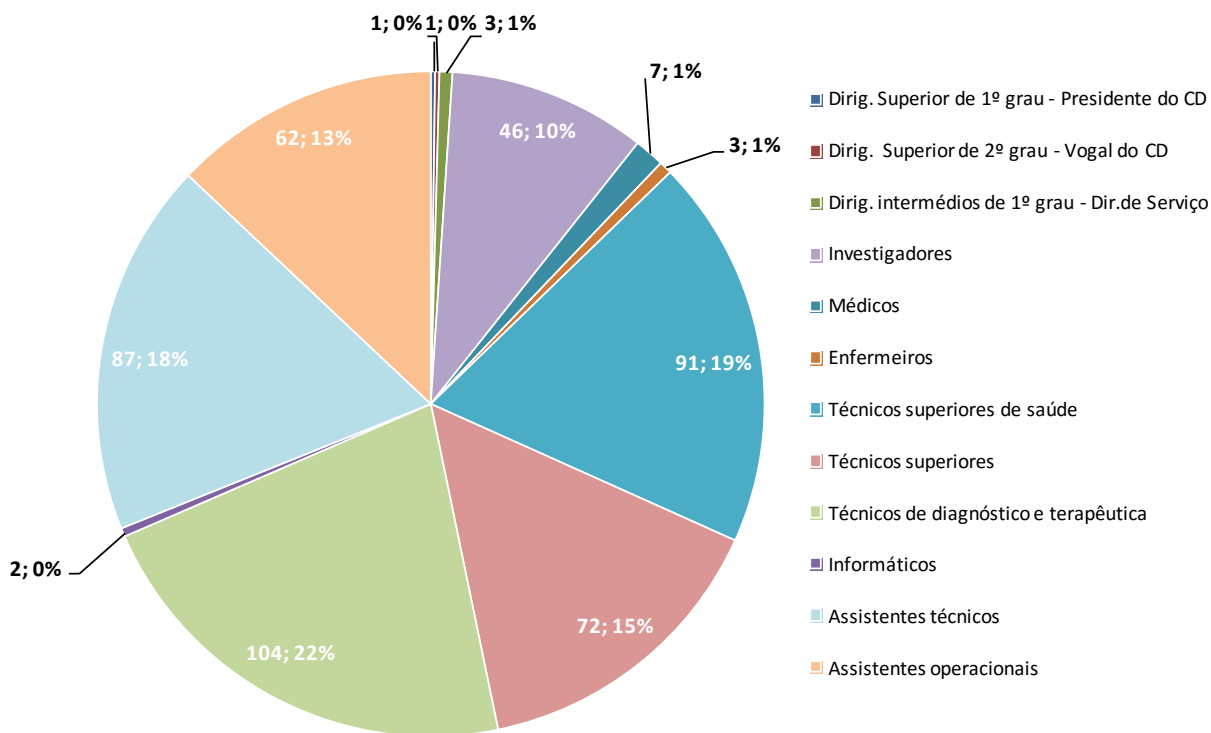
Para a concretização das atividades, o Instituto dispunha, em dezembro de 2016, de 479 elementos, mais 6 do que em 2015. A proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2017 contempla 523 postos de trabalho.

Análise por grupo profissional

Para 2016 o grupo dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica é o que apresenta o maior número de trabalhadores, **104**, logo seguido do grupo dos Técnicos Superiores de Saúde e dos Assistentes Técnicos com **91** e **87** trabalhadores, respetivamente.

Tabela 10 – Recursos Humanos por grupo profissional 2013-2017

Grupo profissional	ANO				
	2013	2014	2015	2016	2017 PT(s) Aprovados
Dirig. Superior de 1º grau - Presidente do CD	1	1	1	1	1
Dirig. Superior de 2º grau - Vogal do CD	1	1	1	1	1
Dirig. intermédios de 1º grau - Dir.de Serviço	4	4	4	3	4
Investigadores	49	46	45	46	50
Médicos	6	6	5	7	7
Enfermeiros	2	2	2	3	3
Técnicos superiores de saúde	87	90	92	91	93
Técnicos superiores	49	62	73	72	90
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	103	95	104	104	110
Informáticos	2	2	2	2	5
Assistentes técnicos	95	92	87	87	93
Assistentes operacionais	62	54	57	62	66
Total	461	455	473	479	523

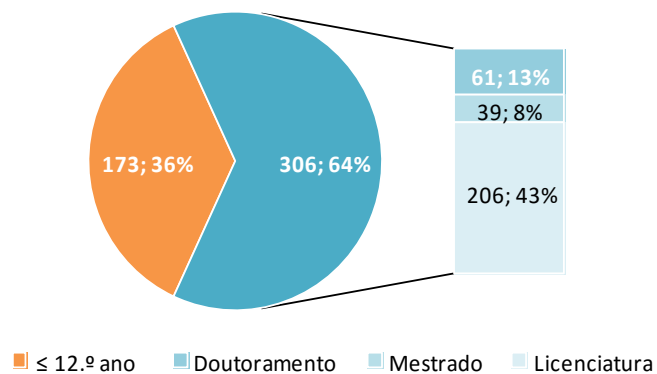


Análise por nível de escolaridade

Sobre o nível de escolaridade dos recursos humanos do Instituto Ricardo Jorge, salientam-se os **306** elementos com habilitações superiores (licenciatura, mestrado e doutoramento), que em 2016 representavam **64%** dos recursos humanos.

Tabela 11 - Recursos Humanos por nível de escolaridade 2015-2016

Nível de escolaridade	Nº de RH		Variação 2015/2016
	2015	2016	
Até 12º Ano	147	153	6
Bacharelato	20	20	0
Licenciatura	203	206	3
Mestrado	41	39	-2
Doutoramento	62	61	-1
Total	473	479	6

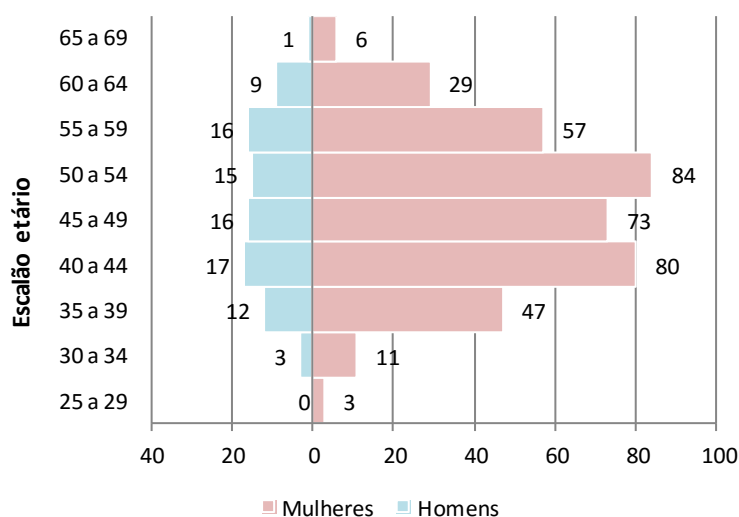


Análise por género e escalão etário

A maioria dos trabalhadores do Instituto Ricardo Jorge tem mais de 45 anos, sendo o escalão etário dos 50 aos 54 anos o que tem maior expressão. O género feminino representa 81% da população.

Tabela 12 – Recursos Humanos por género e escalão etário 2016

Escalão etário	2016		
	Homens	Mulheres	Total
25 a 29	0	3	3
30 a 34	3	11	22
35 a 39	12	47	63
40 a 44	17	80	103
45 a 49	16	73	81
50 a 54	15	84	104
55 a 59	16	57	58
60 a 64	9	29	32
65 a 69	1	6	5
Total	89	390	479



4.1.2. Formação

Para os próximos três anos, as linhas orientadoras para a formação dos trabalhadores do Instituto Ricardo Jorge são as seguintes:

- **Adequar a formação ministrada às necessidades do serviço e trabalhadores:** investir numa adequada identificação das competências lacunares dos trabalhadores e respetivas necessidades formativas, designadamente as identificadas em sede de avaliação de desempenho, tendo por base as competências requeridas para o desempenho no posto de trabalho e as mudanças organizacionais que se pretendem desenvolver;
- **Reforçar a capacidade instalada:** consolidar/atualizar competências na aplicação dos referenciais normativos e dos procedimentos existentes no que respeita ao sistema integrado de qualidade implementado;
- **Apoiar a investigação científica:** promover o desenvolvimento de competências técnicas na área científica, no âmbito das metodologias de investigação em saúde e de tecnologias emergentes (bioinformática, ómicas, imagiologia);
- **Assegurar o acesso à formação profissional a todos os trabalhadores em funções públicas do Instituto:** garantir o cumprimento da formação inicial, de carácter obrigatório, destinada aos trabalhadores que iniciam funções públicas e prosseguir o investimento na formação contínua

transversal, com especial incidência para as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), competências comunicacionais e aprendizagem da organização e metodologias de trabalho adequadas ao serviço;

- **Promover a difusão do conhecimento dentro do Instituto:** dinamizar a partilha, entre os colaboradores, da experiência e conhecimentos adquiridos, quer em contexto de investigação e formação, quer no contexto administrativo e de organização;
- **Reforçar a utilização das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) no âmbito da formação:** promover a utilização das novas metodologias de formação, como seja o caso *do e-learning e b-learning* (formação à distância e mista) e consequentemente reduzir os custos associados, agilizando e generalizando o acesso ao conhecimento;
- **Avaliar o impacto da formação na qualidade dos serviços prestados:** melhorar a metodologia de avaliação do impacto da formação na produtividade do trabalhador e do serviço, prevendo a transferência das aprendizagens para o posto de trabalho e incidindo na informação de retorno;
- **Melhorar a gestão da formação:** adquirir um *software* de gestão da formação.

4.2. RECURSOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Da análise económica do Instituto Ricardo Jorge nos últimos três anos, 2014 a 2016, verifica-se que a estrutura dos custos após um crescimento em 2015, sofre um decréscimo no ano de 2016, enquanto na estrutura dos proveitos, por seu lado, há um acréscimo. Assim, os custos tiveram uma taxa de crescimento de 12,6% em 2015 e um decréscimo de 9,4% em 2016, passando de um valor de 26.223M€ em 2015 para 24.698M€ em 2016. Verifica-se ainda que, no que respeita às componentes dos custos, as mais significativas correspondem às despesas com pessoal, com uma participação de cerca de 55% do total, e aos custos das matérias vendidas e materiais consumidos com uma participação de 19,86% do total. Relativamente aos proveitos, verifica-se uma taxa de crescimento de 1,9% em 2015 e de 2,1% em 2016, tendo alcançado um valor de 24.757M€ em 2015 passando a 25.294M€ em 2016. A componente mais significativa dos proveitos, com uma participação de 75,18% do total, diz respeito às transferências correntes obtidas, seguidas das vendas e prestações de serviços com uma participação de 18,07% do total dos proveitos.

Tabela 13 – Demonstração de resultados 2013-2016

Descrição	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
61 - CMVMC	3.573	15,0%	4.144	17,8%	4.697	17,9%	4.905	19,86%
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	3.870	16,3%	3.808	16,4%	4.515	17,2%	4.078	16,51%
64 - Custos com o Pessoal	13.169	55,4%	12.890	55,4%	14.853	56,6%	13.598	55,06%
66 - Amortizações do Exercício	1.956	8,2%	1.528	6,6%	1.282	4,9%	1.204	4,87%
Outros custos	1.194	5,0%	917	3,9%	876	3,3%	913	3,7%
Total de Custos	23.762	100,0%	23.287	100,0%	26.223	100,0%	24.698	100,0%

Descrição	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
71 - Vendas e Prestações de Serviços	4.391	18,8%	4.515	18,6%	4.913	19,8%	4.571	18,07%
74 - Transferências correntes obtidas	17.478	74,8%	19.268	79,3%	19.306	78,0%	19.015	75,18%
79 - Proveitos e Ganhos Extraordinários	611	2,6%	151	0,6%	278	1,1%	1.505	5,95%
Outros proveitos	892	3,8%	357	1,5%	260	1,1%	203	0,8%
Total de Proveitos	23.372	100,0%	24.291	100,0%	24.757	100,0%	25.294	100,0%

Fonte: Relatório de Gestão

Relativamente ao Orçamento do Instituto Ricardo Jorge nos últimos três anos, verifica-se um decréscimo de 1,2% em 2015 que corresponde a uma diminuição de 295.081€ e um acréscimo de 13,3% em 2016 que corresponde a um aumento de 3.175.843€.

Em relação às fontes de financiamento, dado que a organização do orçamento do Instituto Ricardo Jorge sofreu alterações em 2014, as receitas gerais mantem-se constantes no último triénio. Verifica-se um aumento de 40,9% nas Receitas Próprias no valor de 2.819.882€ que não é compensado pelas outras fontes de financiamento.

Tabela 14 – Dotações Orçamentais

Fonte de Financiamento	2017	2016	2015
Receitas Gerais	16.986.547	16.584.275	16.584.275
Receitas Próprias	7.238.213	9.707.542	6.887.660
Transferências AP	95.605	80.956	201.572
Outras	2.190.471	626.994	150.417
Total	26.510.836	26.999.767	23.823.924

5. OBJETIVOS OPERACIONAIS POR UNIDADE ORGÂNICA

Seguidamente encontram-se descritos os planos de ação das unidades orgânicas do Instituto Ricardo Jorge apresentando-se em primeiro lugar os planos dos departamentos técnico-científicos e museu da saúde, seguidos dos serviços de apoio à investigação, gestão e administração. De referir que os recursos humanos considerados são os existentes a 31 de dezembro de 2016.

5.1. DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

5.1.1. Atribuições

Ao Departamento de Alimentação e Nutrição (DAN) compete:

- a) Promover, coordenar e realizar investigação e desenvolvimento em alimentação e nutrição, identificando as necessidades e estabelecendo as respetivas prioridades, nomeadamente as fixadas pelo Ministério da Saúde, acordo com as estratégias nacionais e internacionais, que reforcem os programas nacionais e a internacionalização;
- b) Promover, coordenar e implementar programas de observação em saúde associados à alimentação e avaliar o risco e benefício para fins do desenvolvimento de planos de prevenção e controlo da doença;
- c) Assegurar a recolha, compilação e transmissão à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, para efeitos de comunicação à Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, dos dados analíticos nacionais relativos à composição, incluindo contaminantes e outras substâncias químicas, dos géneros alimentícios e alimentos para animais;
- d) Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde, nos domínios da segurança alimentar e nutrição, através da implementação de novas metodologias, do estudo epidemiológico laboratorial de doenças de origem alimentar, da prestação de serviços diferenciados, incluindo ensaios analíticos, produção de materiais de referência, e da organização de programas de avaliação externa da qualidade laboratorial.

5.1.2. Objetivos operacionais

O DAN tendo em conta as suas atribuições reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, definiu como objetivos operacionais para 2017:

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	85	50%	2.0
2	1		Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	1	50%	3.8
2	1	Desenvolver e dar continuidade à parceria INSA-PHE na organização e coordenação do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade em Microbiologia de Alimentos e Águas	Esquemas disponibilizados	15	100%	1.3
	1	Assegurar a vigilância epidemiológica	Implementação de estudo de dieta total piloto - Fase 2 (1 ano) - Finalização da análise das amostras e base de dados dos resultados analíticos de 18 grupos de alimentos	80	100%	1.4
	1	Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares (QUAR 2017 R)	Testar a metodologia de cálculo da estimativa da ingestão de aditivos alimentares com base nos dados obtidos no estudo exploratório (mês) (QUAR 2017 R)	11	100%	1.4
4	1	Assegurar a atividade das redes referência/vigilância/observação (QUAR 2017 R)	Número de redes nacionais de referência/vigilância/observação asseguradas (QUAR 2017 R)	4	50%	1.5
4			Recolha e reporte atempado da informação e evidência, no âmbito da vigilância epidemiológica laboratorial das toxinfecções alimentares para as redes nacionais e internacionais	90	50%	1.4
5	1	Monitorizar a rede de laboratórios de Saúde Pública	Taxa de resposta aos pedidos de assessoria técnico-científica	85	100%	1.10
6	1	Assegurar a resposta laboratorial em situações de emergência biológica	Taxa média de respostas dentro dos prazos adequados	100	100%	3.9

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
8	1	Fomentar a produção editorial científica	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DAN	3	50%	1.1
8	1		Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação Nacionais, com intervenção do DAN	85	50%	1.1
	1	Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR	Documentos submetidos ao GOC	2	50%	1.4
	1		Taxa média de satisfação da Reunião anual PortFIR	90	50%	1.4
65	2	Reforçar a investigação	Novas colaborações internacionais	2	20%	3.9
	2		Projetos de I&D em curso/concluídos	20	20%	3.9
	2		Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	5	20%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	2	20%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	3	20%	3.9
17	2	Incentivar a investigação de tradução	Projetos de I&D em curso	4	50%	3.9
17	2		Novos pedidos provisórios de patente e patentes	1	50%	3.9
	2	Reforçar a capacitação em I&D+i	Bolseiros existentes	10	16,7%	3.9
18	2		Bolseiros pós-doutoramento	1	16,7%	3.9
18	2		Dissertações de mestrado	6	16,7%	3.9
18	2		Teses de doutoramento	2	16,7%	3.9
	2		Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	12	16,7%	3.9
	2		Organização de workshops/seminários/Reuniões Científicas	8	16,7%	3.9
19	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Artigos publicados em revistas internacionais	12	100%	3.9
21	2	Aumentar captação de financiamento	Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	15	25%	3.9
21	2		Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	15	25%	3.9
21	2		Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	5	50%	3.9
22	2	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Novos projetos/ações de cooperação internacional	2	40%	1.11
22	2		Novos projetos/ações de cooperação com a CPLP	2	40%	1.11
22	2		Ações de formação realizadas no INSA	2	20%	1.11

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
23	2	Assegurar compromissos internacionais	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	85	100%	1.11
	3	Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos (QUAR 2017 R)	Transmissões de dados à EFSA (European Food Safety Authority) (QUAR 2017 R)	2	100%	1.4
24	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Novas colaborações com institutos congéneres	2	100%	1.11
25	5	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Novas áreas de negócio	2	50%	3.8
25	5		Novos ensaios/testes implementados	3	50%	3.8
	5	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (QUAR 2017 R)	Novas metodologias implementadas (QUAR 2017 R)	2	100%	3.8
26	5	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	129	50%	1.3
26	5		Índice médio de satisfação dos clientes (escala 1-4)	3,0	50%	1.3
28	5	Aumentar o volume da receita oriunda da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	Taxa de crescimento da receita	4	100%	3.8
31	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Taxa de crescimento da receita	5	100%	3.7
33	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Taxa de realização das iniciativas programadas	50	50%	3.7
33	5		Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	70	50%	3.7
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
	5	Promover formação interna	Organizar os “Encontros com Ciência no DAN” (Número)	10	100%	3.7
40	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	30	100%	3.9

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
43	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Documento atualizado com os requisitos	1	100%	1.3
44	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	80	100%	3.3
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7

5.1.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DAN contempla 49 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DAN
Técnico superior	10
Assistente Técnico	3
Assistente Operacional	3
Investigação científica	5
Técnico superior de saúde	11
Técnico de diagnóstico e terapêutica	17
Total	49

5.2. DEPARTAMENTO DE DOENÇAS INFECIOSAS

5.2.1. Atribuições

Ao Departamento de Doenças Infeciosas (DDI) compete:

- a) Promover, coordenar e realizar atividades e projetos de investigação em doenças infecciosas, seus agentes e determinantes;
- b) Contribuir para o planejamento da agenda de investigação em Saúde;
- c) Colaborar na vigilância epidemiológica das doenças infecciosas, na sua componente laboratorial, em articulação com as redes nacionais e internacionais;
- d) Realizar prestação de serviços diferenciados e consultoria na área das doenças infecciosas e seus agentes e vetores;
- e) Atuar na avaliação do risco biológico de emergência em Saúde Pública;
- f) Coordenar as atividades dos biotérios.

5.2.2. Objetivos operacionais

O DDI tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, definiu como objetivos operacionais para 2017:

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Taxa média de cumprimento dos objetivos de coordenação de programas nacionais	80	33%	2.0
2	1		Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	85	33%	2.0
2	1		Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	2	33%	3.8

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	1	Assegurar a vigilância epidemiológica	Aplicação da <i>Next-Generation Sequencing</i> (NGS) na tipagem de microrganismos recomendados pelo ECDC (%)	75	100%	1.4
	1	Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (QUAR 2017 R)	Relatório de notificação laboratorial de microrganismos multirresistentes (QUAR 2017 R)	2	100%	1.4
	1	Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA (QUAR 2017 R)	Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para o Programa Nacional por Infeção VIH/SIDA (QUAR 2017 R)	12	50%	1.4
	1		Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral (QUAR 2017 R)	2	50%	1.4
4	1	Assegurar a atividade das redes referência/vigilância/observação (QUAR 2017 R)	Número de redes nacionais de referência/vigilância/observação asseguradas (QUAR 2017 R)	22	50%	1.4
4	1		Taxa de cumprimento dos prazos de reporte de informação a entidades oficiais	90	50%	1.4
6	1	Assegurar a resposta laboratorial em situações de emergência biológica	Taxa média de respostas dentro dos prazos adequados	100	100%	3.9
8	1	Fomentar a produção editorial científica	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DDI	3	50%	1.1
8	1		Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação Nacionais, com intervenção do DDI	85	50%	1.1
65	2	Reforçar a investigação	Novas parcerias com serviços de saúde locais e regionais	2	16,67%	3.9
65	2		Novas colaborações internacionais	3	16,67%	3.9
	2		Projetos de I&D em curso/concluídos	30	16,67%	3.9

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	2		Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	12	16,67%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	8	16,67%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	4	16,67%	3.9
	2	Reforçar a capacitação em I&D+i	Bolseiros existentes	20	16,67%	3.9
18	2		Bolseiros pós-doutoramento	5	16,67%	3.9
18	2		Dissertações de mestrado	3	16,67%	3.9
18	2		Teses de doutoramento	2	16,67%	3.9
	2		Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	6	16,67%	3.9
	2		Organização de workshops/seminários/Reuniões Científicas	8	16,67%	3.9
19	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Artigos publicados em revistas nacionais	2	50%	3.9
19	2		Artigos publicados em revistas internacionais	45	50%	3.9
21	2	Aumentar captação de financiamento	Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	25	25%	3.9
21	2		Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	30	25%	3.9
21	2		Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	5	35%	3.9
	2		Financiamento dos projetos com gestão externa (% de aumento)	5	15%	3.9
22	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Novos projetos/ações de cooperação internacional	6	40%	1.11
22	3		Novos projetos/ações de cooperação com a CPLP	5	40%	1.11
22	3		Ações de formação realizadas no INSA	10	20%	1.11
23	3	Assegurar compromissos internacionais	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	85	100%	1.11
24	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Novas colaborações com institutos congéneres	2	50%	1.11
24	3		Novas colaborações com a OMS	2	50%	1.11

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
25	5	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Novos ensaios/testes implementados	20	100%	3.8
	5	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (QUAR 2017 R)	Novas metodologias implementadas (QUAR 2017 R)	5	100%	3.8
26	5	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	87	50%	1.3
26	5		Índice médio de satisfação dos clientes (escala 1-4)	3,0	50%	1.3
28	5	Aumentar o volume da receita oriunda da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	Taxa de crescimento da receita	4	100%	3.8
31	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Taxa de crescimento da receita	5	100%	3.7
33	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Taxa de realização das iniciativas programadas	50	50%	3.7
33	5		Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	70	50%	3.7
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
40	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	30	100%	3.9
43	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Documento atualizado com os requisitos	1	100%	1.3
44	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	80	100%	3.3
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7

5.2.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DDI contempla 117 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DDI
Técnico Superior	12
Assistente Técnico	10
Assistente Operacional	21
Investigação científica	22
Técnico superior de saúde	23
Técnico de diagnóstico e terapêutica	29
Total	117

5.3. DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA

5.3.1. Atribuições

Ao Departamento de Epidemiologia (DEP) compete:

- a) Promover a identificação de necessidades de conhecimento nos domínios da observação em saúde, da vigilância epidemiológica, de investigação epidemiológica, incluindo epidemiologia clínica e investigação em serviços de saúde;
- b) Desenvolver, gerir e manter instrumentos de observação em saúde e sistemas de vigilância epidemiológica, quer por iniciativa própria quer em colaboração com outros departamentos do Instituto Ricardo Jorge, ou entidades externas;
- c) Produzir indicadores referentes aos estados de saúde e de doença da população e os respetivos determinantes, bem como para a vigilância epidemiológica;
- d) Realizar investigação epidemiológica, incluindo de epidemiologia clínica e investigação em serviços de saúde;
- e) Realizar previsões e delinear cenários sobre a ocorrência de situações ou eventos de saúde ou de doença.

5.3.2. Objetivos operacionais

O DEP tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, definiu como objetivos operacionais para 2017:

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
1	1	Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2020 e Programas do Ministério da Saúde	Taxa de atualização da metodologia de avaliação do PNS	100	75%	1.4
1	1		Organização do <i>Workshop de Health impact assesment</i>	1	25%	1.4
2	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Taxa média de cumprimento dos objetivos de coordenação de programas nacionais	80	25%	2.0

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	1		Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	85	25%	2.0
2	1		Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	5	25%	3.8
	1		Taxa de resposta às solicitações de entidades oficiais através de pareceres técnico-científicos no âmbito das normas e políticas de Saúde	85	25%	1.4
	1	Coordenação do Programa Nacional de avaliação externa da qualidade (PNAEQ)	Coordenação dos programas de AEQ	31	50%	2.15
	1		Número de programas disponibilizados com entidades congéneres (Labquality, ECAT, PHE, SBAC/PNCQ)	221	50%	2.15
	1	Assegurar a vigilância epidemiológica	Taxa implementação do sistema de Vigilância Efeito do FRio Extremo na Saúde da população (FRIESA)	100	30%	1.4
	1		Instrumentos de vigilância em funcionamento	7	30%	1.4
	1		Boletins de vigilância emitidos	512	20%	1.4
	1		Apresentação dirigida aos médicos neonatologistas do âmbito e funcionamento do Registo Nacional de Anomalias Congénitas (mês)	11	20%	3.7
4	1	Assegurar a atividade das redes referência/vigilância/observação (QUAR 2017 R)	Número de redes nacionais de referência/vigilância/observação asseguradas (QUAR 2017 R)	3	50%	1.4
4	1		Taxa de cumprimento dos prazos de reporte de informação a entidades oficiais	90	50%	1.4

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
4	1	Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas “Em Casa Observamos Saúde”. ECOS (QUAR 2017 R)	Relatório científico «Vacinação antigripal da população portuguesa: evolução e tendência da cobertura e algumas características do ato vacinal (mês) (QUAR 2017 R)	11	100%	1.4
4	1	Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) (QUAR 2017 R)	Atualização da base de dados de 2016 (mês) (QUAR 2017 R)	11	100%	1.4
8	1	Fomentar a produção editorial científica	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DEP	3	40%	1.1
8	1		Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação Nacionais, com intervenção do DEP	85	40%	1.1
	1		Disponibilização aos ACEs de Folheto explicativo do âmbito e funcionamento da Rede Médicos Sentinela (mês)	7	10%	3.7
	1		Disponibilização aos hospitais do folheto explicativo do âmbito e funcionamento do Registo Nacional de Anomalias Congénitas (mês)	11	10%	3.7
65	2	Reforçar a investigação	Novas parcerias com serviços de saúde locais e regionais	5	16,67%	3.9
65	2		Novas colaborações internacionais	2	16,67%	3.9
	2		Projetos de I&D em curso/concluídos	18	16,67%	3.9
	2		Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	5	16,67%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	3	16,67%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	2	16,67%	3.9
17	2	Incentivar a investigação de tradução	Projetos de I&D em curso	2	100%	3.9
	2	Reforçar a capacitação em I&D+i	Bolseiros existentes	10	16,67%	3.9
18	2		Bolseiros pós-doutoramento	2	16,67%	3.9
18	2		Dissertações de mestrado	3	16,67%	3.9

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
18	2		Teses de doutoramento	1	16,67%	3.9
	2		Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	4	16,67%	3.9
	2		Organização de workshops/seminários/Reuniões Científicas	12	16,67%	3.9
19	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Artigos publicados em revistas nacionais	2	50%	3.9
19	2		Artigos publicados em revistas internacionais	16	50%	3.9
21	2	Aumentar captação de financiamento	Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	30	40%	3.9
21	2		Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	5	60%	3.9
22	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Novos projetos/ações de cooperação internacional	2	30%	1.11
22	3		Novos projetos/ações de cooperação com a CPLP	2	30%	1.11
	3		Colaboração na organização do congresso, bienal, de controlo da qualidade laboratorial dos países de língua portuguesa CCQL-PLP (mês)	10	20%	1.11
	3		Elaboração de um projeto de AEQ para CPLP (taxa de execução)	100%	20%	1.11
23	3	Assegurar compromissos internacionais	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	85	100%	1.11
24	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Novas colaborações com institutos congéneres	2	100%	1.11
31	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Taxa de crescimento da receita	5	100%	3.7
33	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Taxa de realização das iniciativas programadas	50	50%	3.7
33	5		Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	70	50%	3.7
34	5	Assegurar a qualidade do serviço de avaliação externa da qualidade laboratorial	Taxa de realização das ações de formação planeadas	90	50%	1.3
34	5		Taxa de satisfação dos laboratórios participantes no PNAEQ	85	50%	1.3

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
40	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	30	100%	3.9
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7

5.3.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DEP contempla 20 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DEP
Técnico Superior	5
Assistente Técnico	4
Investigação científica	1
Médico	5
Técnico superior de saúde	1
Enfermeiro	3
Técnico de diagnóstico e terapêutica	1
Total	20

5.4. DEPARTAMENTO DE GENÉTICA HUMANA

5.4.1. Atribuições

Ao Departamento de Genética Humana (DGH) compete:

- a) Executar investigação e desenvolvimento nas modalidades relevantes, em linha com as prioridades estratégicas do Ministério da Saúde;
- b) Assegurar, no domínio da genética, as funções de laboratório nacional de referência;
- c) Realizar rastreios e testes genéticos de base laboratorial e, em colaboração com o departamento de epidemiologia, a organização e gestão dos respetivos registos e coleções de produtos biológicos.

5.4.2. Objetivos operacionais

O DGH tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, definiu como objetivos operacionais para 2017:

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Taxa média de cumprimento dos objetivos de coordenação de programas nacionais	80	50%	2.0
2	1		Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	85	50%	2.0
4	1	Assegurar a atividade das redes Vigilância/Observação/Referência	Taxa de cumprimento dos prazos de reporte de informação a entidades oficiais	90	100%	1.4
8	1	Fomentar a produção editorial científica	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DGH	3	50%	1.1
8	1		Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação Nacionais, com intervenção do DGH	85	50%	1.1
65	2	Reforçar a investigação	Novas parcerias com serviços de saúde locais e regionais	5	20%	3.9

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
65	2		Novas colaborações internacionais	3	20%	3.9
	2		Projetos de I&D em curso/concluídos	19	20%	3.9
	2		Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	4	20%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	4	20%	3.9
17	2	Incentivar a investigação de tradução	Projetos de I&D em curso	14	100%	3.9
	2	Reforçar a capacitação em I&D+i	Bolseiros existentes	20	20%	3.9
18	2		Bolseiros pós-doutoramento	3	20%	3.9
18	2		Dissertações de mestrado	9	20%	3.9
	2		Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	16	20%	3.9
	2		Organização de workshops/seminários/ Reuniões Científicas	7	20%	3.9
19	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Artigos publicados em revistas nacionais	10	50%	3.9
19	2		Artigos publicados em revistas internacionais	30	50%	3.9
21	2	Aumentar captação de financiamento	Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	25	25%	3.9
21	2		Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	30	25%	3.9
21	2		Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	5	35%	3.9
	2		Financiamento dos projetos com gestão externa (% de aumento)	5	15%	3.9
23	3	Assegurar compromissos internacionais	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	85	100%	1.11
25	5	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Novos ensaios/testes implementados	19	100%	3.8
	5	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (QUAR 2017 R)	Novas metodologias implementadas (QUAR 2017 R)	11	100%	3.8
		Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	19	50%	1.3

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
26	5		Índice médio de satisfação dos clientes (escala 1-4)	3,0	50%	1.3
28	5	Aumentar o volume da receita oriunda da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	Taxa de crescimento da receita	4	100%	3.8
31	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Taxa de crescimento da receita	5	100%	3.7
33	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Taxa de realização das iniciativas programadas	50	50%	3.7
33	5		Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	70	50%	3.7
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
40	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	30	100%	3.9
43	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Documento atualizado com os requisitos	1	100%	1.3
44	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	80	100%	3.3
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
58	4	Apurar os custos associados à prestação de serviços	Desenvolvimento uma metodologia de custeio para os serviços prestados (%)	100	50%	3.8
58	4		Desenvolvimento do instrumento para recolha de informação (%)	100	50%	3.8
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7

5.4.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DGH contempla 77 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DGH
Técnico Superior	6
Assistente Técnico	7
Assistente Operacional	3
Investigação científica	12
Técnico superior de saúde	30
Técnico de diagnóstico e terapêutica	19
Total	77

5.5. DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

5.5.1. Atribuições

Ao Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis (DPS) compete:

- a) A investigação dos determinantes biológicos, comportamentais e ambientais que contribuem para a promoção da saúde ou para o desencadeamento de doenças não transmissíveis, assim como para um melhor tratamento e prognóstico dos doentes, incluindo a organização e gestão das respetivas bases de dados e coleções de produtos biológicos;
- b) A avaliação diagnóstica do estado de saúde da população e da efetividade de intervenções no âmbito da promoção da saúde, produzindo evidência científica para a elaboração de linhas orientadoras com impacto em políticas públicas saudáveis;
- c) A promoção e divulgação da cultura científica, contribuindo para melhorar a literacia em saúde do cidadão, e a capacitação de investigadores e profissionais de saúde;
- d) A aplicação de resultados de investigação e a implementação de novas metodologias em áreas de referência, com vista ao diagnóstico e prevenção de doenças não transmissíveis.

5.5.2. Objetivos operacionais

O DPS tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, definiu como objetivos operacionais para 2017:

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
1	1	Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2020 e Programas do Ministério da Saúde	Taxa de atualização da metodologia de avaliação do PNS	100	33%	1.4

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
1	1		Organização do <i>Workshop de Health impact assesement</i>	1	33%	1.4
	1		Desenvolvimento de estudos de <i>Health impact assesement</i>	1	33%	1.4
2	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	85	50%	2.0
2	1		Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	2	50%	2.0
	1	Assegurar a vigilância epidemiológica	Grau de execução do Estudo da Prevalência da Perturbação do Espectro do Autismo na Região Centro de Portugal (QUAR 2017 R)	50	100%	1.4
4	1	Assegurar a atividade das redes referência/vigilância/observação (QUAR 2017 R)	Número de redes nacionais de referência/vigilância/observação asseguradas (QUAR 2017 R)	3	50%	1.4
4	1		Taxa de cumprimento dos prazos de reporte de informação a entidades oficiais	90	50%	1.4
8	1	Fomentar a produção editorial científica	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DPS	3	50%	1.1
8	1		Taxa de publicação dos relatórios de estudos no âmbito de Doenças Não Transmissíveis, com intervenção do DPS	100	50%	1.1
65	2	Reforçar a investigação	Novas parcerias com serviços de saúde locais e regionais	3	16,67%	3.9
65	2		Novas colaborações internacionais	9	16,67%	3.9
	2		Projetos de I&D em curso/concluídos	20	16,67%	3.9
	2		Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	4	16,67%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	3	16,67%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	1	16,67%	3.9
17	2	Incentivar a investigação de tradução	Projetos de I&D em curso	16	100%	3.9

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	2	Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos (QUAR 2017 R)	Número de projetos (QUAR 2017 R)	3	100%	3.9
	2	Reforçar a capacitação em I&D+i	Bolseiros existentes	13	25%	3.9
18	2		Bolseiros pós-doutoramento	3	25%	3.9
	2		Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	13	25%	3.9
	2		Organização de workshops/seminários/Reuniões Científicas	2	25%	3.9
19	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Artigos publicados em revistas nacionais	2	50%	3.9
19	2		Artigos publicados em revistas internacionais	13	50%	3.9
21	2	Aumentar captação de financiamento	Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	30	25%	3.9
21	2		Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	30	25%	3.9
21	2		Financiamento dos projetos com gestão interna	5	35%	3.9
	2		Financiamento dos projetos com gestão externa	5	15%	3.9
22	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Novos projetos/ações de cooperação internacional	1	60%	1.11
22	3		Ações de formação realizados no INSA	1	40%	1.11
23	3	Assegurar compromissos internacionais	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	85	100%	1.11
24	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Novas colaborações com institutos congéneres	1	50%	1.11
24	3		Novas colaborações com a OMS	1	50%	1.11
25	5	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Novos ensaios/testes implementados	2	100%	3.8
	5	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (QUAR 2017 R)	Novas metodologias implementadas (QUAR 2017 R)	1	100%	3.8

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
26	5	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	6	50%	1.3
26	5		Índice médio de satisfação dos clientes (escala 1-4)	3,0	50%	1.3
28	5	Aumentar o volume da receita oriunda da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	Taxa de crescimento da receita	4	100%	3.8
31	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Taxa de crescimento da receita	5	100%	3.7
33	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Taxa de realização das iniciativas programadas	50	50%	3.7
33	5		Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	75	50%	3.7
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
40	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	30	100%	3.9
43	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Documento atualizado com os requisitos	1	100%	1.3
44	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	80	100%	3.3
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7

5.5.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal para o DPS contempla 30 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DPS
Técnico Superior	2
Assistente Técnico	1
Assistente Operacional	2
Investigação científica	3
Médico	2
Técnico superior de saúde	9
Técnico de diagnóstico e terapêutica	11
Total	30

5.6. DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL

5.6.1. Atribuições

Ao Departamento de Saúde Ambiental (DSA) compete:

- a) Estudar os fatores de risco de natureza ambiental e ocupacional com impacto na saúde humana, numa perspectiva preventiva e de proteção relativamente à exposição;
- b) Promover a elaboração de planos de contingência para situações de emergência na área da saúde ambiental e ocupacional, incluindo a comunicação do risco;
- c) Promover redes temáticas e parcerias, incrementando a colaboração interinstitucional, quer a nível nacional, quer internacional;
- d) Propor medidas corretivas ou preventivas de apoio à decisão técnica e de política de saúde na área da saúde ambiental e ocupacional;
- e) Identificar as necessidades de investigação e desenvolvimento em saúde ambiental e ocupacional, estabelecendo as respetivas prioridades, de acordo com as prioridades e estratégias nacionais e internacionais, nomeadamente as fixadas pelo Ministério da Saúde.

5.6.2. Objetivos operacionais

O DSA tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, definiu como objetivos operacionais para 2017:

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	85	50%	2.0
2	1		Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	2	50%	3.8

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	1	Assegurar a vigilância epidemiológica	Desenvolvimento de um Sistema de monitorização ambiental de substâncias potencialmente tóxicas e/ou microrganismos (potencialmente) patogénicos (teste ao sistema de monitorização através de uma experiência piloto)(taxa de implementação do teste)	40	100%	1.4
	1	Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde no domínio da Doença dos Legionários	Novas estirpes de <i>Legionella</i> de origem humana e ambiental conservadas (em %)	98	100%	1.4
5	1	Monitorizar a rede de laboratórios de Saúde Pública	Taxa de resposta aos pedidos de assessoria técnico-científica	85	100%	1.10
6	1	Assegurar a resposta laboratorial em situações de emergência biológica	Taxa média de respostas dentro dos prazos adequados	100	100%	3.9
8	1	Fomentar a produção editorial científica	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DSA	3	100%	1.1
65	2	Reforçar a investigação	Novas colaborações internacionais	2	20%	3.9
	2		Projetos de I&D em curso/concluídos	8	20%	3.9
	2		Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	2	20%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	1	20%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	1	20%	3.9
17	2	Incentivar a investigação de tradução	Projetos de I&D em curso	1	100%	3.9
	2	Reforçar a capacitação em I&D+i	Bolseiros existentes	14	16,67%	3.9
18	2		Bolseiros pós-doutoramento	3	16,67%	3.9
18	2		Dissertações de mestrado	4	16,67%	3.9
18	2		Teses de doutoramento	1	16,67%	3.9
	2		Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	4	16,67%	3.9
	2		Organização de workshops/seminários/ Reuniões Científicas	2	16,67%	3.9
19	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Artigos publicados em revistas nacionais	4	50%	3.9

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
19	2		Artigos publicados em revistas internacionais	34	50%	3.9
21	2	Aumentar captação de financiamento	Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	25	25%	3.9
21	2		Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	30	25%	3.9
21	2		Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	5	35%	3.9
	2		Financiamento dos projetos com gestão externa (% de aumento)	5	15%	3.9
22	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Novos projetos/ações de cooperação internacional	4	100%	1.11
23	3	Assegurar compromissos internacionais	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	85	100%	1.11
24	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Novas colaborações com institutos congéneres	2	100%	1.11
25	5	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Novas áreas de negócio	2	50%	3.8
25	5		Novos ensaios/testes implementados	7	50%	3.8
	5	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (QUAR 2017 R)	Novas metodologias implementadas (QUAR 2017 R)	8	100%	3.8
26	5	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	249	50%	1.3
26	5		Índice médio de satisfação dos clientes (escala 1-4)	3,0	50%	1.3
28	5	Aumentar o volume da receita oriunda da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	Taxa de crescimento da receita	4	100%	3.8
31	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Taxa de crescimento da receita	5	100%	3.7
33	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Taxa de realização das iniciativas programadas	50	50%	3.7
33	5		Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	70	50%	3.7

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
40	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	30	100%	3.9
43	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Documento atualizado com os requisitos	1	100%	1.3
44	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	80	100%	3.3
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7

5.6.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DSA contempla 56 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DSA
Técnico Superior	9
Assistente Técnico	4
Assistente Operacional	7
Investigação científica	3
Técnico superior de saúde	3
Técnico de diagnóstico e terapêutica	30
Total	56

5.7. MUSEU DA SAÚDE

5.7.1. Atribuições

Ao Museu da Saúde (MuS) compete:

- a) Proceder ao registo, inventariação e classificação do acervo que lhe está afeto, mantendo atualizados todos os registos documentais referentes às novas incorporações do espólio museológico;
- b) Conservar preventivamente o acervo museológico que lhe está afeto e zelar pela sua segurança, bem como propor ações ou medidas de restauro;
- c) Expor o acervo museológico que lhe está afeto, no âmbito do programa museológico superiormente definido;
- d) Divulgar o acervo museológico e promover a divulgação das suas atividades;
- e) Propor superiormente ações de incorporação de novos testemunhos patrimoniais que contribuam para o enriquecimento do acervo museológico.

5.7.2. Objetivos operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, o MuS definiu como objetivos operacionais para 2017:

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
9	1	Efetuar o levantamento Nacional dos Bens Culturais Móveis da Saúde (QUAR 2017)	Relatório (mês)	11	100%	1.1
10	1	Iniciar a primeira fase de instalação do Museu da Saúde	Cerimónia pública da designação do futuro espaço-sede	1	100%	1.1
11	1	Realizar exposições	Número de exposições realizadas	1	100%	1.1
12	1	Realizar atividades educativas e de divulgação	Número de atividades realizadas	2	100%	1.1
13	1	Promover a realização de encontros científicos	Encontro - <i>Património da Saúde – Investigar, Intervir e Preservar</i>	1	100%	1.1

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
14	1	Apresentar proposta de projeto para <i>Thesaurus de Instrumentos e Coleções de Ciências da Saúde</i>	Projeto	1	100%	1.1
15	1	Elaborar proposta/ <i>dossier</i> para concurso de ideias para arquitetura e museografia para as futuras instalações do Museu da Saúde	Proposta/ <i>dossier</i>	1	100%	1.1
16	1	Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde	Novos registos de inventário e estudo das peças	200	100%	1.1.
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7

5.7.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do MuS contempla 1 posto de trabalho, inserido no grupo profissional apresentado com o quadro abaixo:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores Museu
Técnico superior	1
Total	1

5.8. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.8.1. Atribuições

À Direção de Gestão de Recursos Humanos (DGRH) compete:

- a) Proceder à gestão e administração dos recursos humanos, desenvolvendo as metodologias e os instrumentos de planeamento que permitam a gestão previsional daqueles recursos;
- b) Sistematizar as políticas de recursos humanos tendo em vista a manutenção atualizada do manual de recursos humanos;
- c) Promover a identificação de competências críticas, para as diferentes áreas de atividade do Instituto Ricardo Jorge, tendo em vista a progressiva gestão por competências;
- d) Elaborar, coordenar e acompanhar os programas de formação interna;
- e) Assegurar a atualização das bases de dados de recursos humanos do Instituto Ricardo Jorge;
- f) Elaborar o balanço social;
- g) Implementar e gerir o sistema de avaliação e gestão de desempenho;
- h) Desenvolver e manter os conteúdos do portal de recursos humanos;
- i) Promover e assegurar a comunicação interna das políticas e processos de recursos humanos;
- j) Prestar apoio aos bolsheiros de investigação, desenvolvimento tecnológico ou de formação conexas com essas áreas;
- k) Organizar os processos de candidatura a bolsas Ricardo Jorge;
- l) Executar as atividades de expediente geral e distribuição de correspondência;
- m) Organizar e manter o arquivo geral do Instituto Ricardo Jorge;
- n) Coordenar e assegurar as atividades de estafeta, internas e externas;
- o) Assegurar o atendimento telefónico;
- p) Gerir a frota automóvel e garantir o seu funcionamento.

5.8.2. Objetivos operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, o DGRH definiu como objetivos operacionais para 2017:

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	1	100%	3.8
35	4	Elaborar uma metodologia para a Gestão Previsional de Recursos Humanos	Taxa execução	100	100%	1.10
36	4	Modernizar a gestão da formação	Aquisição de <i>software</i>	100	100%	4.1
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (%) (QUAR 2017)	80	100%	3.7
37	4	Aperfeiçoar a identificação das necessidades de formação	Modelo de articulação entre a avaliação de desempenho e a formação (% de conclusão)	100	100%	1.10
39	4	Promover a satisfação dos colaboradores e clientes (QUAR 2017)	Índice médio de satisfação global dos colaboradores (QUAR 2017) (escala 1-5)	3,5	100%	3.7
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
62	4	Promover a comunicação interna	Número de iniciativas	2	100%	3.7
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7
	4	Avaliar os serviços de suporte	Aplicação de questionário aos colaboradores do INSA (mês)	11	33%	3.8
	4		Tratamento dos dados (meses)	12	33%	3.8
	4		Elaboração de relatório	12	33%	3.8
	4	Proceder à gestão do arquivo intermédio	Taxa de documentação em depósito avaliada %	7	100%	3.8
	4	Instalar o arquivo intermédio num espaço físico exclusivo (depósito) devidamente equipado para o efeito	Taxa de documentação instalada e organizada, 5 meses depois da disponibilização do depósito %	5	100%	3.8
	4	Desenvolver ferramentas de gestão para reprografia	Relatório de controlo de trabalhos da reprografia (relativo ao ano n-1)	1	100%	3.8
	4	Elaborar do Plano de Formação	Entrega do Plano para aprovação (meses)	3	100%	3.7

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	4	Melhorar o processo de acolhimento e integração dos novos trabalhadores do INSA	Implementação do modelo de acolhimento e integração dos novos trabalhadores: "Projeto Tutor" (taxa de aplicação%)	85	100%	3.7
	4	Melhorar o acesso ao registo biométrico	Instalação de um equipamento na área do refeitório/bar	1	100%	3.8
	4	Implementar o acesso a todos os trabalhadores ao portal WebRHV associado à aplicação de recursos humanos e vencimentos na parte respeitante à alteração de dados pessoais, bem como outras funcionalidades que se considerem adequadas e visem a desmaterialização	Disponibilização da nova funcionalidade (mês)	11	100%	3.8
Área de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho						
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7
	4	Elaborar matrizes de avaliação do risco laboratorial	Nº de locais/ensaios avaliados	15	100%	3.8
	4	Elaborar ações inspetivas no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde	Nº de ações realizadas expressas em <i>checklist</i>	20	100%	3.8
	4	Realizar ações de informação/formação sobre riscos laborais	Nº de ações de informação/formação realizadas	15	100%	3.7
	4	Elaborar e manter atualizados os mapas de registos de acidentes e incidentes	% de registos efetuados	100	100%	3.8
	4	Realizar auditorias no âmbito da gestão de resíduos	Nº de auditorias realizadas	2	50%	3.8
	4		Nº de relatórios elaborados	2	50%	3.8

5.8.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DGRH contempla 35 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DGRH
Dirigente-Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefe de Equipa	2
Técnico Superior	8
Coordenador Técnico	1
Assistente Técnico	11
Assistente Operacional	11
Técnico superior de saúde	1
Técnico de diagnóstico e terapêutica	1
Total	35

5.9. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

5.9.1. Atribuições

À Direção de Gestão de Recursos Financeiros (DRF) compete:

- a) Elaborar o projeto de orçamento anual, analisar e controlar periodicamente a sua execução geral e por unidades funcionais e propor alterações;
- b) Controlar a execução orçamental da despesa;
- c) Controlar o sistema contabilístico que identifica analiticamente os custos e proveitos associados às unidades funcionais;
- d) Assegurar o registo de todos os factos relevantes em termos orçamentais e contabilísticos, nomeadamente os procedimentos contabilísticos inerentes ao sistema de contabilidade geral e analítica;
- e) Organizar, elaborar e manter atualizados os registos patrimoniais e contabilísticos;
- f) Garantir o cumprimento das obrigações fiscais;
- g) Efetuar a gestão de fundos, proceder à cobrança das receitas e taxas provenientes da sua atividade e ao pagamento das despesas;
- h) Promover a constituição, reconstituição e liquidação de fundos permanentes;
- i) Efetuar a gestão das receitas;
- j) Emitir autorizações de pagamento;
- k) Elaborar a conta de gerência e o relatório de gestão anual;
- l) Elaborar análises económico-financeiras;
- m) Promover a cobrança atempada de receitas e efetuar o seu depósito regular;
- n) Elaborar os processos de aquisição;
- o) Assegurar a gestão administrativa dos procedimentos em conformidade com a lei;
- p) Assegurar a gestão financeira dos projetos de investigação do Instituto Ricardo Jorge;

- q) Colaborar na execução dos contratos de empreitada, de fornecimento de bens e serviços, locação e assistência técnica;
- r) Manter atualizado o inventário de bens móveis e imóveis afetos à instituição;
- s) Efetuar a gestão previsional de bens consumíveis necessários às atividades do Instituto Ricardo Jorge, em articulação com os respetivos serviços;
- t) Assegurar a gestão de *stocks* dos bens necessários à atividade do Instituto Ricardo Jorge;
- u) Proceder à armazenagem dos bens e à sua distribuição pelos serviços;
- v) Coordenar a atividade de prestação de serviços a pessoas singulares e coletivas públicas ou privadas, assegurando a entrega de resultados, relatórios e pareceres às mesmas;
- w) Assegurar colheitas, receção e triagem de produtos para análise nas áreas de intervenção do Instituto Ricardo Jorge;
- x) Assegurar a execução de contratos, acordos e figuras afins relacionados com a prestação de serviços;
- y) Assegurar a divulgação interna da informação geral que respeite a matéria da sua competência.

5.9.2. Objetivos operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, o DRF definiu como objetivos operacionais para 2017:

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	1	100%	3.8
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
44	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	80	100%	3.3
45	4	Redefinir <i>Workflows</i>	Processos em que foram redefinidos <i>Workflows</i>	3	100%	4.1
46	4	Desmaterializar os processos administrativos	Processos desmaterializados	3	100%	4.1
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
52	4	Consolidar o processo de implementação da contabilidade analítica, de acordo com o SNC-AP	Redefinição dos centros de custo (%)	100	100%	3.8
53	4	Implementar um sistema de apoio ao processo de reconciliações bancárias	Movimentos bancários abrangidos (%)	100	100%	3.8
54	4	Melhorar a gestão do património	Atualização do cadastro do imobilizado (%)	60	100%	3.8
55	4	Melhorar a instrução dos procedimentos de contratação	Taxa de processos auditados sem irregularidades	30	100%	3.8
56	4	Consolidar o processo de implementação dos armazéns avançados	Efetivação dos armazéns avançados	6	100%	3.8
58	4	Apurar os custos associados à prestação de serviços	Desenvolvimento uma metodologia de custeio para os serviços prestados (%)	100	50%	3.8
58	4		Desenvolvimento do instrumento para recolha de informação (%)	100	50%	3.8
59	4	Contratualizar financiamento de acordo com produção efetuada	DTC/Museu contratualizados	100	100%	3.8
	4	Melhorar o desempenho económico e financeiro (QUAR 2017)	Manter o prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias)	16	50%	3.8
	4		Transmissão trimestral de dados relativos à avaliação económico-financeira	4	50%	3.8
	4	Assegurar a gestão eficiente do orçamento do INSA e respetiva prestação de contas	Elaboração de execução orçamental até dia 10 do mês n+1	12	100%	3.8
	4	Melhoria dos procedimentos para a realização de contratos relativos à aquisição/manutenção de bens e serviços	Prazo médio para lançamento do concurso desde da data de obtenção do cabimento (em dias)	4	50%	3.8
	4		Prazo médio para adjudicação após a receção do relatório final (em dias)	4	50%	3.8
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	4	Assegurar o reporte interno de informação relativa às faturas emitidas no âmbito da prestação de serviços que decorrem de uma proposta apresentada pela área da contratualização	Taxa de reporte (%)	100	100%	3.8
Sector Jurídico						
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7
	4	Assegurar a monitorização do Plano de Gestão de Risco e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Relatórios periódicos de monitorização do Plano	2	50%	3.8
	4		Revisão do Plano (%)	100	50%	3.8
	4	Desenvolver o Sistema de Controlo interno no âmbito das orientações do Grupo Coordenador de Controlo Interno (GCCl) que funciona na IGAS.	Plano de controlo interno	1	33%	3.8
	4		Taxa de cumprimento do plano	85	33%	3.8
	4		Relatório de Controlo Interno	1	33%	3.8
	4	Disponibilização diária do JOUE aos DTC	Taxa do cumprimento do plano de envio	90	100%	3.8
Área de Apoio à Investigação						
7	1	Realizar eventos estratégicos (Ex: Dia do INSA, Dia do Jovem investigador; Fórum da Investigação em saúde)	Eventos realizados	3	50%	1.1
	1		Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (em meses) (QUAR 2017)	11	50%	1.1
65	2	Reforçar a investigação	Novas colaborações internacionais (% de aumento)	3	20%	3.9

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	2		Projetos de I&D em curso/concluídos	130	20%	3.9
	2		Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	20	20%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	5	20%	3.9
65	2		Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	7	20%	3.9
17	2	Incentivar a investigação de tradução	Projetos de I&D em curso	37	50%	3.9
17	2		Novos pedidos provisórios de patente e patentes	1	50%	3.9
20	2	Harmonizar os indicadores de produtividade	Definição de metodologia para o cálculo do valor em ETI	1	100%	3.9
21	2	Aumentar captação de financiamento	Definição de um modelo de incentivo à captação de financiamento (%)	100	30%	3.9
21	2		Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	25%	15%	3.9
21	2		Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	30%	15%	3.9
21	2		Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	5%	30%	3.9
21	2		Financiamento dos projetos com gestão externa (% de aumento)	5%	5%	3.9
	2		Taxa de pedidos de pagamentos dos projetos em curso	85	5%	3.9
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (%) (QUAR 2017)	80	100%	3.7
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7
Área de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Organizacional						
20	2	Harmonizar os indicadores de produtividade, no âmbito da Investigação	Definição de metodologia para o cálculo do valor em ETI	1	100%	3.9
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
39	4	Promover a satisfação dos colaboradores e clientes (QUAR 2017)	Índice médio de satisfação global dos colaboradores (QUAR 2017) (escala 1-5)	3,5	50%	3.7
	4		Disponibilização do questionário de avaliação da satisfação dos trabalhadores (mês)	11	50%	3.7
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
58	4	Apurar os custos associados à prestação de serviços	Desenvolvimento uma metodologia de custeio para os serviços prestados (%)	100	50%	3.8
58	4		Desenvolvimento do instrumento para recolha de informação (%)	100	50%	3.8
62	4	Promover a comunicação interna	Número de iniciativas	2	100%	3.7
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7
64	4	Elaborar uma estratégia de Responsabilidade Social	Elaboração do plano	1	100%	3.7
	4	Assegurar a compilação e tratamento da informação solicitada pelo CD dentro dos prazos estipulados por este	Trabalhos (relatórios, planos, apresentações, etc.) elaborados a pedido do CD entregues dentro do prazo estipulado (%)	75	100%	3.8
	4	Melhorar o processo de recolha, tratamento, atualização e disponibilização de informação sobre as áreas de atuação e desenvolvimento do Instituto	Criação/revisão dos indicadores de atividade do INSA (%)	80	50%	3.8
	4		Criação/revisão dos ficheiros de suporte à recolha de informação (%)	80	50%	3.8
	4	Assegurar a execução do processo de planeamento estratégico e operacional, monitorizando o desempenho das diversas U.O.	N.º de monitorizações dos indicadores do QUAR 2016, em articulação com as diversas UO	2	33%	3.8
	4		N.º de monitorizações dos indicadores do PA 2016 e PE 2015-2016, em articulação com as diversas U.O.	2	33%	3.8

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	4		N.º de monitorizações dos indicadores das Funções Essenciais e das Atividades de Suporte, relativos ao ano de 2016, em articulação com as diversas U.O.	2	33%	3.8
	4	Elaborar os documentos de gestão	Plano Estratégico (PE) 2017-2019	1	25%	3.8
	4		Plano de Atividades (PA) relativo ao ano em curso	1	25%	3.8
	4		Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) relativo ao ano em curso	1	25%	3.8
	4		Relatório de Atividades (RA) relativo ao ano anterior	1	25%	3.8

5.9.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DRF contempla 62 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DRF
Dirigente - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefe de Equipa	1
Técnico Superior	11
Coordenador Técnico	0
Assistente Técnico	35
Assistente Operacional	8
Técnico superior de saúde	1
Técnico de diagnóstico e terapêutica	6
Total	62

5.10. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

5.10.1. Atribuições

À Direção de Gestão de Recursos Técnicos (DRT) compete:

- a) Assegurar a receção, registo, classificação e catalogação de toda a documentação técnico-científica do Instituto Ricardo Jorge;
- b) Organizar e manter o arquivo técnico-científico do Instituto Ricardo Jorge;
- c) Organizar e manter um sistema de documentação e informação técnico-científica;
- d) Velar pelo espólio bibliográfico do Instituto Ricardo Jorge, propondo, para o efeito, as medidas necessárias à sua conservação e recuperação;
- e) Promover a divulgação do espólio bibliográfico do Instituto Ricardo Jorge, apoiando, na área da pesquisa, todos os utilizadores;
- f) Promover a cooperação com outras instituições de documentação e informação técnico-científica, em especial na área da saúde;
- g) Zelar pelo arquivo documental histórico do Instituto Ricardo Jorge;
- h) Gerir a atividade editorial do Instituto Ricardo Jorge;
- i) Garantir o funcionamento e gerir a reprografia;
- j) Gerir a rede informática do Instituto Ricardo Jorge, e as aplicações e equipamentos necessários ao seu funcionamento;
- k) Implementar e assegurar a articulação e integração em rede das aplicações informáticas;
- l) Assegurar as infraestruturas tecnológicas adequadas aos serviços do Instituto Ricardo Jorge, e fazer a respetiva gestão;
- m) Participar no desenvolvimento de aplicações informáticas necessárias ao desempenho das atribuições do Instituto Ricardo Jorge;
- n) Prestar apoio técnico e formativo aos utilizadores das tecnologias de informação e comunicação;
- o) Gerir e garantir a manutenção da rede de telecomunicações de dados e de voz;
- p) Assegurar tecnicamente o funcionamento do *site* do Instituto Ricardo Jorge;

- q) Assegurar e avaliar as infraestruturas necessárias à instalação de equipamentos em todos os edifícios do Instituto Ricardo Jorge, bem como o seu adequado funcionamento;
- r) Coordenar os procedimentos relativos à manutenção das instalações técnicas especiais, equipamentos, edifícios, parques e jardins do Instituto Ricardo Jorge;
- s) Acompanhar a fiscalização de obras realizadas no Instituto Ricardo Jorge, por entidades externas;
- t) Apoiar os restantes serviços no lançamento de concursos e apreciação de propostas que tenham por objetivo a realização de obras ou contratos de aquisição, manutenção ou conservação de instalações e equipamentos;
- u) Assegurar a exploração otimizada das instalações técnicas especiais, bem como promover a eficiência energética;
- v) Prestar assessoria técnica em matérias atinentes às instalações e equipamentos tendo presente a promoção do ambiente;
- w) Incentivar e propor a celebração de contratos, acordos e figuras afins com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, acompanhando a respetiva execução;
- x) Apoiar os processos de contratualização interna;
- y) Produzir informação mensal sobre o acompanhamento dos contratos e dos processos de contratualização interna;
- z) Assegurar a coordenação dos projetos do Instituto Ricardo Jorge, com apoios comunitários.

5.10.2. Objetivos operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, o DRT definiu como objetivos operacionais para 2017:

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
36	4	Modernizar a gestão da formação	Aquisição de <i>software</i>	100	100%	4.1
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
44	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	80	100%	4.1
45	4	Redefinir <i>Workflows</i>	Processos em que foram redefinidos <i>Workflows</i>	3	100%	4.1

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
46	4	Desmaterializar os processos administrativos	Processos desmaterializados	3	100%	4.1
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
48	4	Hardware atualizado nos postos de trabalho	Substituição de computadores	80	50%	4.1
48	4		Atualização dos postos de trabalho com sistema operativo mais recente	40	50%	4.1
49	4	Reorganizar e atualizar infraestrutura de servidores do DataCenter	Valor global de licenciamento anual (% de diminuição)	20	100%	3.8
51	4	Beneficiar as instalações da sede	Conservação do edifício principal (revestimento das fachadas) (QUAR 2017)	3	25%	3.8
51	4		Taxa de implementação das medidas de autoproteção	30	25%	3.8
51	4		Submissão da candidatura do Projeto de Eficiência Energética	1	25%	3.8
51	4		Taxa de cumprimento do plano de execução do Projeto de Eficiência Energética	100	25%	3.8
56	4	Consolidar o processo de implementação dos armazéns avançados	Efetivação dos armazéns avançados	6	100%	3.8
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7
	4	Aumentar o nível de cobertura da rede Wireless	Nível de cobertura (%)	70	100%	3.8
	4	Melhorar os sistemas de informação para recolha e armazenamento de dados no âmbito da atividade dos DTC	Implementação de novos registos para a recolha de informação	2	50%	3.8
	4		Atualização e uniformização de micro sites no âmbito de programas nacionais e projetos financiados	2	50%	3.8
	4	Rentabilizar o número de equipamentos de cópia e impressão através da centralização da função em locais estratégicos	Elaboração de uma política de atribuição e utilização de equipamentos de cópia e impressão	1	100%	3.8

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	4	Melhorar a interação da equipa de suporte técnico e informático com os colaboradores do INSA	Aumento do número de <i>tickets</i> que chegam à equipa de suporte através da plataforma <i>servicedesk</i>	70	100%	3.8
Área de Comunicação Marketing e Relações Externas						
1	1	Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2020 e Programas do Ministério da Saúde	Organização do Workshop de <i>Health impact assesement</i>	1	100%	1.4
2	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	7	100%	3.8
7	1	Realizar eventos estratégicos (Ex: Dia do INSA, Dia do Jovem investigador; Fórum da Investigação em saúde)	Eventos realizados	3	33%	1.1
	1		Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (em meses) (QUAR 2017)	11	33%	1.1
7	1		Taxa de participação nos eventos estratégicos realizados (participantes/lotação)	75	33%	1.1
22	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Apoio a novos projetos/ações de cooperação internacional	15	30%	1.11
22	3		Apoio a novos projetos/ações de cooperação com a CPLP	9	30%	1.11
	3		Ações junto da CPLP e RINSP para reforço da cooperação (nº)	2	40%	1.11
23	3	Assegurar compromissos internacionais	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	85	100%	1.11
24	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Apoio às novas colaborações com institutos congéneres	9	50%	1.11
24	3		Apoio às novas colaborações com a OMS	3	50%	1.11
32	5	Aumentar o impacto da divulgação dos serviços disponíveis no âmbito da oferta formativa	Novos contactos/pedidos de orçamento	25	30%	3.7
32	5		Formandos (% de aumento)	5	30%	3.7
	5		Elaborar um plano de marketing no âmbito da Oferta Formativa	1	40%	3.7

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
60	4	Destacar a imagem do Instituto - Promover a presença nas redes sociais	Seguidores no Facebook	6000	20%	1.8
60	4		Likes no Facebook	17000	20%	1.8
	4		Visualizações no Facebook	13000	20%	1.8
60	4		Posts disponibilizados no Facebook	450	20%	1.8
	4		Questionário de satisfação sobre a página do INSA no Facebook (mês)	1	20%	1.8
	4	Elaborar conteúdos informativos para os canais de comunicação institucionais	Novos destaques informativos para a página do Instituto na Internet	370	50%	1.8
	4		Edições da newsletter eletrónica do Instituto	45	50%	1.8
61	4	Destacar a imagem do Instituto - Garantir a presença nos media	Notícias sobre o INSA publicadas na comunicação social	300	100%	1.8
62	4	Promover a comunicação interna	Número de iniciativas	2	100%	3.7
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7
	4	Melhoria da acessibilidade e dos conteúdos do Portal Institucional do INSA	Disponibilização de formulários eletrónicos	2	100%	1.8
Área da Oferta Formativa						
7	1	Realizar eventos estratégicos (Ex: Dia do INSA, Dia do Jovem investigador; Fórum da Investigação em saúde)	Apoio aos eventos realizados	3	50%	1.1
	1		Apoio à realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (em meses) (QUAR 2017)	11	50%	1.1
22	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Ações de formação realizadas no INSA	5	100%	1.11

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
30	5	Fomentar a participação dos DTC na prestação de serviços no âmbito da oferta formativa	Proposta de melhoria ao modelo de incentivo à participação dos DTC	1	100%	3.7
	5	Promover o desenvolvimento das competências em Saúde Pública através da oferta formativa (QUAR 2017)	Ações de oferta formativa (aumento %) (QUAR 2017)	5	100%	3.7
31	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Taxa de crescimento da receita	5	100%	3.7
32	5	Aumentar o impacto da divulgação dos serviços disponíveis no âmbito da oferta formativa	Novos contactos/pedidos de orçamento	25	50%	3.7
32	5		Formandos (% de aumento)	5	50%	3.7
33	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Taxa de realização das iniciativas programadas	60	40%	3.7
33	5		Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	70	30%	3.7
	5		Estudo de avaliação de impacte (transferência) de ações do Plano de Oferta Formativa 2017	1	30%	3.7
34	5	Assegurar a qualidade do serviço de avaliação externa da qualidade laboratorial	Taxa de realização das ações de formação planeadas	90	100%	1.3
	5	Proporcionar cursos de formação à distância na plataforma de <i>e-learning</i> do INSA	Cursos à distância	3	100%	3.7
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7
Área da Contratualização						
27	5	Melhorar a divulgação dos serviços diferenciados de natureza laboratorial disponíveis	Novos contactos/pedidos de orçamento	80	33%	3.8
27	5		Novas contratualizações (Ex: ARS, DGAV, Serv. Prisionais)	5	33%	3.8

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
27	5		Novos clientes	20	33%	3.8
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
58	4	Apurar os custos associados à prestação de serviços	Desenvolvimento uma metodologia de custeio para os serviços prestados (%)	100	50%	3.8
58	4		Desenvolvimento do instrumento para recolha de informação (%)	100	50%	3.8
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7
	4	Analisar a atividade e evolução da área da contratualização	Relatório	4	100%	3.8
	4	Assegurar o reporte interno de informação relativo às faturas emitidas no âmbito da prestação de serviços que decorrem de uma proposta apresentada pela área da contratualização	Instrução de trabalho para efetivação da atividade (mês)	8	100%	3.8
Área da Biblioteca da Saúde						
8	1	Fomentar a produção editorial científica (QUAR 2017)	Publicação do "Boletim Epidemiológico Observações" (QUAR 2017)	6	50%	1.1
8	1		Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação Nacionais com intervenção do INSA	85	25%	1.1
	1		Taxa de disponibilização <i>online</i> das edições do INSA publicadas	100	25%	1.1
	1	Atualizar e enriquecer o acervo documental, de acordo com as necessidades de informação do INSA	Proposta de assinaturas de revistas e de base de dados, aquisição de manuais e normas técnicas; incorporação de fundos históricos (%)	80	100%	1.1

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	1	Aumentar a disponibilidade e acessibilidade à informação bem como a capacidade de resposta do serviço e o conhecimento do acervo, mantendo atualizado as bases de dados partilhadas em rede e consolidando o tratamento documental de fundos patrimoniais	Processamento bibliográfico	800	100%	1.1
	1	Dar resposta a pedidos de informação internos e externos, reforçando as parcerias com serviços congéneres com o objetivo da partilha de informação	Pedidos de informação respondidos (%)	85	100%	1.1
	1	Zelar pelo fundo arquivístico histórico	Colaboração/participação em trabalhos solicitados neste âmbito (%)	85	100%	1.1
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7
	5	Incrementar a qualidade dos serviços através da produção e acesso a recursos e serviços eletrónicos, promovendo a Biblioteca Digital e a gestão do Repositório Científico de Acesso Aberto do INSA, reforçando a qualidade do sistema e a colaboração com o repositório nacional	Estatística de utilização do repositório (pesquisas, downloads e consultas)	2,000.000	100%	1.1
	5	Promover a biblioteca como centro de informação e referência nacional em Saúde Pública, através de iniciativas de divulgação do acervo e de desenvolvimento de competências de informação	Atividades de extensão cultural/ divulgação do acervo e ações de capacitação/ formação de utilizadores	90	100%	1.1

5.10.3. Recursos Humanos

A proposta de quadro de pessoal para o DRT contempla 27 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados.

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DRT
Dirigente - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefe de Equipa	0
Técnico Superior	9
Informático	2
Assistente Técnico	9
Assistente Operacional	6
Técnico de diagnóstico e terapêutica	1
Total	27

5.11. ÁREA DA QUALIDADE

Embora a área da qualidade, de acordo com o regulamento interno do Instituto Ricardo Jorge integre o Setor de Apoio Técnico Especializado, pertencente à Direção de Gestão de Recursos Técnicos, dado o seu âmbito transversal, considerou-se pertinente tratá-la num ponto à parte, apresentando um ponto de situação relativo à atividade desenvolvida nesta área, bem como dos objetivos a alcançar em 2017.

Para alcançar a excelência a que nos propomos é fundamental para o Instituto investir na melhoria contínua do seu desempenho, tornando-se imperativo definir uma política de qualidade que apoie o Conselho Diretivo nos processos de decisão quanto ao caminho a percorrer.

5.11.1. Atribuições

À Área da Qualidade compete:

- a) Desenvolver os procedimentos necessários à implementação de uma cultura da qualidade no Instituto Ricardo Jorge;
- b) Coordenar a implementação do sistema de gestão da qualidade do Instituto Ricardo Jorge, nos vários referenciais normativos e promover a definição de diretrizes com vista à melhoria contínua da qualidade, potenciando a melhoria do desempenho dos serviços;
- c) Organizar e manter o sistema documental da qualidade, incluindo a promoção da elaboração e atualização do Manual de Colheitas e a organização e manutenção do arquivo das normas usadas nos laboratórios do Instituto Ricardo Jorge;
- d) Promover, orientar e acompanhar os contratos referentes ao controlo do equipamento laboratorial, de acordo com o plano elaborado no âmbito do sistema de gestão da qualidade;
- e) Planear, executar e acompanhar auditorias internas da qualidade, bem como acompanhar as auditorias externas da qualidade;
- f) Promover e organizar a instrução dos processos de Certificação e Acreditação do Instituto Ricardo Jorge.

5.11.2. Atividade

A área da Qualidade, implementa e coordena sistemas de gestão da Qualidade do Instituto Ricardo Jorge, nomeadamente, a acreditação de ensaios.

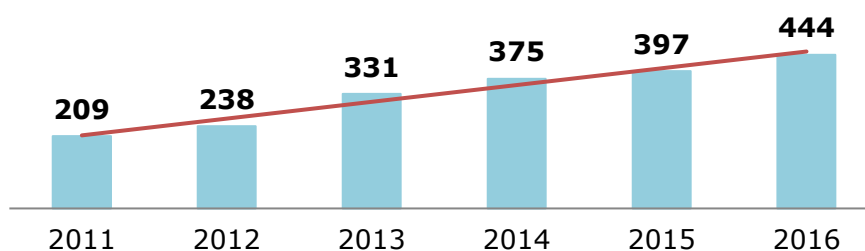
Em 2016 o Instituto Ricardo Jorge tem acreditados 444 ensaios (inclui análises clínicas e testes genéticos), pelas normas NP EN ISO/IEC 17025 e NP EN ISO 1589, o que representa um aumento de 12% do número de ensaios acreditados, face ao ano de 2015 e de 112%, em relação ao ano de 2011.

Tabela 12 - Evolução da acreditação de ensaios no Instituto 2011-2016

	DAN	DSA	DDI	DGH	DPS	Total INSA
2011	51	152	6	0	0	209
2012	58	167	13	0	0	238
2013	103	190	25	13	0	331
2014	105	194	63	13	0	375
2015	111	195	73	18	0	397
2016	125	215	82	18	4	444
2017*	129	249	87	19	6	490

* Previsão (com os recursos de 2016)

Evolução do n.º de ensaios acreditados de 2011 a 2016



A acreditação de ensaios, permite ganhar e transmitir confiança na execução de determinadas atividades técnicas, ao confirmar a existência de um nível de competência técnica mínimo, reconhecido internacionalmente, ou seja, é o **reconhecimento da competência técnica do Instituto Ricardo Jorge perante terceiros** para efetuar a atividade específica de avaliação da conformidade (realização de ensaios).

O facto do processo de acreditação ser regido por **normas internacionais**, permite a existência de Acordos de Reconhecimento Internacionais (EA & IAF & ILAC)² entre os organismos de acreditação, facilitando a **livre circulação de bens e serviços abrangidos pelas creditações**.

² EA: *European cooperation for Accreditation* (www.european-accreditation.org), no espaço europeu;
 - ILAC: *International Laboratory Accreditation Cooperation* (www.ilac.org), no espaço mundial de laboratórios e inspeção;
 - IAF: *International Accreditation Forum* (www.iaf.nu), no espaço mundial de certificação

Na realização de determinados ensaios nas áreas alimentares e de saúde ambiental, a acreditação é, mesmo, legalmente exigida.

5.11.3. Objetivos operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, a Área da Qualidade definiu como objetivos operacionais para 2017:

OPI	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Indicador (O)	Meta (2017) (O)	Peso (O)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
20	2	Harmonizar os indicadores de produtividade	Definição de metodologia para o cálculo do valor em ETI	1	100%	3.9
26	5	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	490	100%	1.3
37	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	80	100%	3.7
39	4	Promover a satisfação dos colaboradores e clientes (QUAR 2017)	Índice médio de satisfação global dos colaboradores (QUAR 2017) (escala 1-5)	3,5	50%	3.7
26	4		Índice médio de satisfação global dos clientes (QUAR 2017) (escala 1-4)	3,0	50%	1.3
43	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Documento atualizado com os requisitos	1	100%	1.3
44	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	80	100%	3.3
45	4	Redefinir <i>Workflows</i>	Processos em que foram redefinidos <i>Workflows</i>	3	100%	4.1
46	4	Desmaterializar os processos administrativos	Processos desmaterializados	3	100%	4.1
47	4	Diminuir o consumo de papel	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	20	100%	4.1
62	4	Promover a comunicação interna	Número de iniciativas	2	100%	3.7
63	4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	45	100%	3.7

5.11.4. Recursos Humanos

O quadro de pessoal para a área da qualidade contempla 3 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores Área da Qualidade
Técnico Superior	1
Assistente Técnico	1
Técnico superior de saúde	1
Total	3

6. CONCLUSÃO

Pretendeu-se com o presente Plano instituir um referencial, interno e externo, da atuação do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge para o ano 2017. Este surge enquadrado por uma conjuntura desafiante e exigente, que se reflete na ambição e audácia dos objetivos que o Instituto se propõe alcançar neste período.

Tal como evidenciado nas páginas anteriores, os objetivos estratégicos para o triénio 2017-2019 e consequentemente os objetivos operacionais de todos os Departamentos Técnico Científicos e Direções de Serviços do Instituto encontram-se alinhados com os eixos estratégicos e as orientações do MS. O Instituto, enquanto entidade de referência no Sistema Nacional de Saúde, reitera o compromisso em desenvolver as suas competências de modo a assegurar de forma sistemática, a governabilidade, inovação e qualidade visando o benefício de toda a população.

A sua estratégia, passa por continuar a assegurar a resposta adequada às necessidades nacionais em Saúde Pública; fomentar a investigação e inovação com impacto na saúde da população e impulsionar o seu papel na saúde global, acresce ainda, um marcado investimento na mudança e modernização organizacional e na potenciação da capacidade instalada para a prestação de serviços diferenciados como forma de reforço da autonomia financeira. Os objetivos definidos para 2017, são uma peça essencial na concretização, operacionalização e transposição da referida estratégia, para a prática, de cada departamento e, em última instância, ação de cada colaborador do Instituto.

O desafio que se coloca ao Instituto e a exigência da sua missão e atribuições, implicam uma atuação pautada pelo rigor, eficiência, efetividade e excelência, em cada projeto, plano e atividade, padrões que só as melhores organizações conseguem assegurar. É com esta consciência que o Instituto delinea o caminho a percorrer, mas também com a certeza de que conta com a inigualável competência, empenho, profissionalismo e motivação de cada um dos seus colaboradores que, comprometidos com o serviço que prestam, na defesa da saúde da população, são, cada um deles, a unidade estruturante do bem maior que assim se ambiciona construir.

7. QUAR



ANO: 2017

Ministério da Saúde

NOME DO ORGANISMO

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.

MISSÃO DO ORGANISMO

Contribuir para ganhos em saúde pública através de atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, atividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios. DL N.º27/2012.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

DESIGNAÇÃO

- OE 1 Fortalecer a atuação do Instituto no âmbito das necessidades nacionais em saúde
- OE 2 Fomentar a investigação e a inovação com impacto em saúde
- OE 3 Impulsionar o papel do Instituto na saúde global
- OE 4 Promover a mudança e a modernização organizacional
- OE 5 Potenciar a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços diferenciados

OBJETIVOS OPERACIONAIS

EFICÁCIA

40,00%

OOp1: Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância/observação (OE1) (R)

12%

INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
1.1 Número de redes nacionais de referência/vigilância/ observação asseguradas	7	10	14	22	22	32	8	42	100%				

OOp2: Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em casa Observamos Saúde", ECOS (OE1) (R)

12%

INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
2.1 Relatório científico "Vacinação antigripal da população portuguesa: evolução e tendência da cobertura e algumas características do ato vacinal" (mês)	NA	NA	NA	NA	NA	11	1	9	100%				

OOp3: Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA (OE1) (R)													12%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
3.1	Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para o Programa Nacional por Infeção VIH/SIDA	NA	12	12	12	12	0	12	50%				
3.2	Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral	NA	2	2	2	2	1	4	50%				
OOp4: Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (OE1) (INSA/DGS) (R)													12%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
4.1	Número de relatórios de notificação laboratorial de micro-organismos multirresistentes	NA	3	3	2	2	0	2	100%				
OOp5: Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) (OE1) (R)													12%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
5.1	Atualização da base de dados de 2016 (mês)	NA	NA	NA	NA	11	1	9	100%				
OOp6: Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares (OE1) (R)													12%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
6.1	Teste à metodologia de cálculo da estimativa da ingestão de aditivos alimentares com base nos dados obtidos no estudo exploratório (mês)	NA	NA	NA	NA	11	1	9	100%				
OOp7: Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos (OE3) (R)													12%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
7.1	Número de reportes da transmissão de dados à EFSA (European Food Safety Authority)	2	4	3	4	4	2	4	100%				
OOp8: Fomentar a produção de documentação técnico-científica e o apoio à edição através e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições (OE1)													6%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
8.1	Publicação do "Boletim Epidemiológico Observações" (Número)	2	6	6	6	5	6	2	9	100%			

OOp9: Realizar eventos estratégicos (OE1)														5%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
9.1	Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (mês)	1	1	0	0	11	11	1	9	100%				
OOp10: Efetuar o levantamento Nacional dos Bens Culturais Móveis da Saúde (OE1)														5%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
10.1	Relatório (mês)	NA	NA	NA	NA	NA	11	1	9	100%				
EFICIÊNCIA														40,00%
OOp11: Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (OE5) (R)														30%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
11.1	Número de metodologias implementadas	NA	NA	15	13	31	27	14	57	100%				
OOp12: Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica (OE1) (R)														20%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
12.1	Grau de execução do estudo da prevalência da perturbação do espectro do autismo na região centro de Portugal (%)	NA	NA	NA	NA	NA	50	10	70	100%				
OOp13: Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos (OE2) (R)														20%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
13.1	Número de projetos	NA	NA	NA	3	3	3	1	5	100%				
OOp14: Reforçar a investigação (OE2)														10%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
14.1	Projetos de I&D a iniciar no ano	20	76	22	23	26	20	5	30	100%				
OOp15: Melhorar o desempenho económico e financeiro (OE4)														10%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
15.1	Prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias)	NA	24	37	16	16	16	1	14	50%				
15.2	Transmissão trimestral de dados relativos à avaliação económico-financeira	NA	4	4	3	4	4	0	4	50%				
OOp16: Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da oferta formativa (OE5)														10%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
16.1	Ações de oferta formativa (% aumento)	NA	NA	4	5	8	5	2	8	100%				

QUALIDADE													20,00%
OOp17: Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (OE5) (R)													35%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
17.1	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios)	NA	158	194	195	215	490	34	549	100%			
OOp18: Promover a formação (OE4)													20%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
18.1	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação	NA	77	76	76	71	80	10	100	100%			
OOp19: Promover a satisfação dos colaboradores e clientes (OE4/OE5)													20%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
19.1	Índice médio de satisfação global dos colaboradores (escala 1-5)	NA	NA	NA	NA	3,53	3,5	0,5	5	50%			
19.2	Índice médio de satisfação global dos clientes (escala 1-4)	NA	NA	NA	NA	3,59	3	0,5	4	50%			
OOp20: Melhoria da qualidade das instalações do INSA - Sede (OE4)													15%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
20.1	Conservação do edifício principal (revestimento das fachadas)	NA	NA	NA	NA	NA	2	1	4	100%			
OOp21: Disponibilizar através do portal da transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão (OE1)													10%
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
21.1	Número de novos indicadores	NA	NA	NA	NA	8	7	1	9	100%			
NOTA EXPLICATIVA													
OE = Objetivo Estratégico; OOp = Objetivo Operacional; R = Relevante; E = Estimativa; NA = Não Aplicável; ND = Não Disponível; F = Apuramento Final.													
JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS													
A preencher nas fases de monitorização e avaliação anual final.													

TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS		PLANEADO %	EXECUTADO %
EFICÁCIA		40%	
OOp1: Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância/observação (OE1) (R)		12%	
OOp2: Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em casa Observamos Saúde", ECOS (OE1) (R)		12%	
OOp3: Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA (OE1) (R)		12%	
OOp4: Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (OE1) (INSA/DGS) (R)		12%	
OOp5: Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) (OE1) (R)		12%	
OOp6: Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares (OE1) (R)		12%	
OOp7: Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos (OE3) (R)		12%	
OOp8: Fomentar a produção de documentação técnico-científica e o apoio à edição através e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições (OE1)		6%	
OOp9: Realizar eventos estratégicos (OE1)		5%	
OOp 10: Efetuar o levantamento Nacional dos Bens Culturais Móveis da Saúde (OE1)		5%	
EFICIÊNCIA		40%	
OOp11: Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (OE5) (R)		30%	
OOp12: Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica (OE1) (R)		20%	
OOp13: Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos (OE2) (R)		20%	
OOp14: Reforçar a investigação (OE2)		10%	
OOp15: Melhorar o desempenho económico e financeiro (OE4)		10%	
OOp 16: Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da oferta formativa (OE5)		10%	
QUALIDADE		20%	
OOp17: Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (OE5) (R)		35%	
OOp18: Promover a formação (OE4)		20%	
OOp19: Promover a satisfação dos colaboradores e clientes (OE4/OE5)		20%	
OOp20: Melhorar a qualidade das instalações do INSA - Sede (OE4)		15%	
OOp21: Disponibilizar através do Portal da Transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão (OE1)		10%	
Taxa de Realização Global		100%	

RECURSOS HUMANOS - 2017							
DESIGNAÇÃO	EFETIVOS (Planeados) 1-1-2017	EFETIVOS (Realizados) 31-12-2017	PONTUAÇÃO	RH PLANEADOS PONTUAÇÃO	RH REALIZADOS PONTUAÇÃO	DESVIO	DESVIO EM %
Dirigentes - Direção Superior	2		20	40			
Dirigentes - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefes de Equipa	4		16	64			
Técnicos Superiores (inclui Especialistas de Informática)	90		12	1080			
Coordenadores Técnicos (inclui Chefes de Secção)	1		9	9			
Técnicos de Informática	5		8	40			
Assistentes Técnicos	92		8	736			
Assistentes Operacionais	66		5	330			
Outros (exemplos)			-				
Investigadores	50		12	600			
Médicos	7		12	84			
Enfermeiros	3		12	36			
Técnicos Superiores de Saúde	93		12	1116			
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	110		12	1320			
Totais		523		5455			

Efetivos no Organismo	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31-12-2017 (R)
Nº de efetivos a exercer funções	518	461	460	473	476	

RECURSOS FINANCEIROS - 2017 (Euros)

DESIGNAÇÃO	2012 EXECUTADO	2013 EXECUTADO	2014 EXECUTADO	2015 EXECUTADO	2016 EXECUTADO	ORÇAMENTO INICIAL 2017	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2017	ORÇAMENTO EXECUTADO 2017	DESVIO	DESVIO EM %
Orçamento de Funcionamento	22903191	21878497	21482464	23499886	23472769		26510836			
Despesas com Pessoal	11997155	13343298	12789449	12969663	13358034		13785994			
Aquisições de Bens e Serviços Correntes	10098467	8073453	8093931	9313756	8655760		9510983			
Outras Despesas Correntes e de Capital	807569	461746	599084	1216467	1458975		3213859			
Outros Valores	640439	571290	577177	121689	235					
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)							26510836			

INDICADORES
FONTES DE VERIFICAÇÃO

1.1.	Número de redes nacionais de referência/vigilância/ observação asseguradas	Relatório de atividades de 2017
2.1.	Relatório científico "Vacinação antigripal da população portuguesa: evolução e tendência da cobertura e algumas características do ato vacinal" (mês)	Repositório
3.1.	Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para o Programa Nacional por Infeção VIH/SIDA	Relatório de atividades de 2017
3.2.	Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral	Repositório
4.1.	Número de relatórios de notificação laboratorial de micro-organismos multirresistentes	Sítio da DGS
5.1.	Atualização da base de dados de 2016 (mês)	Relatório de atividades de 2017
6.1.	Teste à metodologia de cálculo da estimativa de ingestão de aditivos alimentares com base nos dados obtidos no estudo exploratório (mês)	Relatório de atividades de 2017
7.1.	Número de reportes da transmissão de dados à EFSA (European Food Safety Authority)	EFSA (European Food Safety Authority)
8.1.	Publicação do "Boletim Epidemiológico Observações" (Número)	Repositório
9.1.	Realização do fórum de investigação e desenvolvimento em saúde (mês)	Relatório de atividades de 2017
10.1.	Relatório (mês)	Relatório de atividades de 2017
11.1.	Número de metodologias implementadas	Relatório de atividades de 2017
12.1.	Grau de execução do estudo da prevalência da perturbação do espectro do autismo na região centro de Portugal (%)	Relatório
13.1.	Número de projetos	Módulo de gestão de projetos
14.1.	Projetos de I&D a iniciar no ano	Módulo de gestão de projetos
15.1.	Manter o prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias)	Sistema de Informação Centralizado de Contabilidade (SICC)
15.2.	Transmissão trimestral de dados relativos à avaliação económico-financeira	Relatório de atividades de 2017
16.1.	Ações de oferta formativa (% aumento)	Relatório anual da oferta formativa
17.1.	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios)	Anexo técnico
18.1.	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação	Relatório anual formação
19.1.	Índice médio de satisfação global dos colaboradores (escala 1-5)	Relatório de satisfação trabalhadores
19.2.	Índice médio de satisfação global dos clientes (escala 1-4)	Relatório de satisfação clientes
20.1.	Conservação do edifício principal (revestimento das fachadas)	Auto de medição
21.1.	Número de novos indicadores	Portal da transparência do SNS

8. ANEXOS

8.1. LISTA DE ACRÓNIMOS

AAI	Área de Apoio à Investigação
ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
AEQ	Avaliação Externa da Qualidade
AICIB	Agência e Investigação Clínica e Inovação Biomédica
AP	Administração Pública
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APDO	Área do Planeamento e Desenvolvimento Organizacional
APORMED	Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos
ARS	Administração Regional de Saúde
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
CDC	<i>Centers for disease Control and Prevention - USA</i>
ASPOMM	Associação Portuguesa de Micologia Médica
CD	Conselho Diretivo
C&T	Ciência e Tecnologia
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e Materiais Consumidos
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAN	Departamento de Alimentação e Nutrição
DDI	Departamento de Doenças Infeciosas
DEP	Departamento de Epidemiologia
DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
DGH	Departamento de Genética Humana
DGS	Direção-Geral da Saúde
DPS	Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não transmissíveis
DSA	Departamento de Saúde Ambiental
DTC	Departamento Técnico Científico
ECA	<i>European Cytogenetics Association</i>
ECDC	<i>European Centre for Disease Prevention and Control</i>
ECMM	Confederação Europeia de Micologia Médica
EFLM	<i>European Federation of Clinical Chemistry and Laboratory Medicine</i>
EFSA	Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar
EISN	<i>European Influenza Surveillance Network</i>
EMQN	<i>European Molecular Genetics Quality Network</i>
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
EQALM	<i>European Organization for External Quality Assurance Providers in Laboratory Medicine</i>
EUROCAT	<i>European Surveillance of Congenital Anomalies</i>
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FCUL	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&D+i	Investigação e Desenvolvimento e Inovação
IANPHI	<i>International Association of National Public Health Institutes</i>
IBILI	Instituto de Imagem Biomédica e Ciências da Vida
IMM	Instituto de Medicina Molecular
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
INRA	<i>Institut National de la Recherche Agronomique</i>
IPAC	Instituto Português de Acreditação
IPQ	Instituto Português da Qualidade
IPST	Instituto Português do Sangue e da Transplantação

LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
MS	Ministério da Saúde
NIPH	<i>Norwegian Institute for Public Health</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPI	Objetivo Plurianual
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PHE	<i>Public Health England</i>
PNAEQ	Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial
PNDP	Programa Nacional de Diagnóstico Precoce
PNS	Plano Nacional de Saúde
PNVCLG	Programa Nacional de Vigilância Clínica e Laboratorial da Gripe
PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RELACRE	Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal
SNS	Sistema Nacional de Saúde
SIADAP	Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública
SGMS	Secretária-geral do Ministério da Saúde
SPGH	Sociedade Portuguesa de Genética Humana
SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
SIIE	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
SSI	<i>Statens Serum Institut</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
THL	<i>National Institute for Health and Welfare</i>
UE	União Europeia
UO	Unidade Orgânica
UAEQ	Unidade de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial

8.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS

8.2.1. Departamento de Alimentação e Nutrição

OPI	Atribuição da UC (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	INSA d)	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Eficiência	Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	Resultado	-	-	85	10	100	50%	RA	DAN	AO			2.0
2	INSA d)	1			Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	Resultado	-	-	1	0	1	50%	Portal	DAN/CMRE	AO			3.8
	DAN d)	1	Desenvolver e dar continuidade à parceria INSA-PHE na organização e coordenação do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade em Microbiologia de Alimentos e Águas	Qualidade	Esquemas disponibilizados	Realização	14	15	15	0	15	100%	PNAEQ	DAN	AO	PHE	IPMA	1.3
	INSA h)	1	Assegurar a vigilância epidemiológica	Eficácia	Implementação de estudo de dieta total piloto - Fase 2 (1 ano) - Finalização da análise das amostras e base de dados dos resultados analíticos de 18 grupos de alimentos	Realização	-	-	80	10	100	100%	FoodCASE	DAN	AO			1.4
	INSA j)	1	Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares (QUAR 2017 R)	Eficácia	Testar a metodologia de cálculo da estimativa da ingestão de aditivos alimentares com base nos dados obtidos no estudo exploratório (mês) (QUAR 2017 R)	Realização	-	-	11	1	9	100%	Registos	DAN	AO		JSI (Eslovénia)	1.4
4	INSA h)	1	Assegurar a atividade das redes referência/vigilância/observação (QUAR 2017 R)	Eficácia	Número de redes nacionais de referência/vigilância/observação asseguradas (QUAR 2017 R)	Realização	-	-	4	1	6	50%	RA	DAN	AO			1.5
	INSA j)	1			Recolha e reporte atempado da informação e evidência, no âmbito da vigilância epidemiológica laboratorial das toxinfecções alimentares para as redes nacionais e internacionais	Resultado	100	100	90	5	100	50%	RA	DAN	AO		DGAV e EFSA	1.4

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
5	INSA e)	1	Monitorizar a rede de laboratórios de Saúde Pública	Eficiência	Taxa de resposta aos pedidos de assessoria técnico-científica	Resultado	-	-	85	10	100	100%	RA	DAN	AO			1.10
6	INSA i)	1	Assegurar a resposta laboratorial em situações de emergência biológica	Eficácia	Taxa média de respostas dentro dos prazos adequados	Resultado	100	100	100	0	100	100%	RA	DAN	AO			3.9
8	INSA b)	1	Fomentar a produção editorial científica	Eficácia	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DAN	Realização	-	-	3	1	5	50%	Repositório	DAN/Biblioteca	AO			1.1
8	INSA b)	1			Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação Nacionais, com intervenção do DAN	Resultado	-	-	85	10	100	50%	Repositório	DAN/Biblioteca	AO			1.1
	INSA m)	1	Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR	Eficácia	Documentos submetidos ao GOC	Realização	2	2	2	1	4	50%	Relatório	DAN	AO		GS1 Portugal	1.4
	INSA m)	1			Taxa média de satisfação da Reunião anual PortFIR	Resultado	99	98	90	5	100	50%	Relatório	DAN	AO		GS1 Portugal	1.4
65	INSA a)	2	Reforçar a investigação	Eficácia	Novas colaborações internacionais	Resultado	-	-	2	1	4	20%	RA	DAN	AO			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D em curso/concluídos	Realização	26	29	20	5	26	20%	Módulo de gestão de projeto	DAN	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	Realização	3	4	5	2	8	20%	Módulo de gestão de projeto	DAN	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	Realização	3	4	2	1	5	20%	Módulo de gestão de projeto	DAN	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	Realização	-	4	3	1	5	20%	Módulo de gestão de projeto	DAN	ASPFP			3.9
17	INSA a), b)	2	Incentivar a investigação de tradução	Eficiência	Projetos de I&D em curso	Realização	9	8	4	1	6	50%	Módulo de gestão de projeto	DAN	ASPFP			3.9
17	INSA a)	2			Novos pedidos provisórios de patente e patentes	Resultado	-	-	1	0	1	50%	Registo	DAN	AO			3.9
	INSA b)	2	Reforçar a capacitação em I&D+i	Eficácia	Bolseiros existentes	Realização	19	11	10	2	13	16,7%	RA	DAN	ASPFP			3.9
18	INSA b)	2			Bolseiros pós-doutoramento	Realização	-	0	1	0	1	16,7%	RA	DAN	ASPFP			3.9
18	INSA b)	2			Dissertações de mestrado	Resultado	3	4	6	2	9	16,7%	Repositório	DAN	ASPFP			3.9
18	INSA b)	2			Teses de doutoramento	Resultado	0	2	2	1	4	16,7%	Repositório	DAN	ASPFP			3.9

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	INSA b)	2			Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	Resultado	1	12	12	1	14	16,7%	RA	DAN	ASPFP			3.9
	INSA b)	2			Organização de workshops/seminários/ Reuniões Científicas	Realização	9	8	8	2	11	16,7%	Evento	DAN	AO			3.9
19	INSA a)	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Eficácia	Artigos publicados em revistas internacionais	Realização	-	22	12	2	15	100%	Repositório	DAN	AO/ASPFP			3.9
21	INSA a)	2	Aumentar captação de financiamento	Eficiência	Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	Resultado	0	16,67	15	5	29	25%	Módulo de gestão de projeto	DAN/AAI	AO			3.9
21	INSA a)	2			Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	Resultado	66,67	12,50	15	5	68	25%	Módulo de gestão de projeto	DAN/AAI	AO			3.9
21	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	Resultado	-	-	5	1	7	50%	Módulo de gestão de projeto	DAN/AAI	ASPFP			3.9
22	INSA m)	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Eficácia	Novos projetos/ações de cooperação internacional	Resultado	-	-	2	1	4	40%	RA	DAN	AO/ASPFP			1.11
22	INSA m)	3			Novos projetos/ações de cooperação com a CPLP	Resultado	-	-	2	1	4	40%	RA	DAN	AO/ASPFP			1.11
22	INSA m)	3			Ações de formação realizadas no INSA	Realização	-	-	2	1	4	20%	RA	DAN	AO/ASPFP			1.11
23	INSA m)	3	Assegurar compromissos internacionais	Eficácia	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	Resultado	-	-	85	5	100	100%	RA	DAN	AO			1.11
	DAN c)	3	Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos (QUAR 2017 R)	Eficácia	Transmissões de dados à EFSA (European Food Safety Authority) (QUAR 2017 R)	Resultado	4	4	2	1	4	100%	RA	DAN	AO		DGAV, ASAE, INIAV, IPMA	1.4
24	INSA m)	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Eficácia	Novas colaborações com institutos congêneres	Resultado	-	-	2	1	4	100%	RA	DAN	AO/ASPFP			1.11
25	INSA n)	5	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Eficiência	Novas áreas de negócio	Resultado	-	-	2	1	4	50%	RA	DAN	AO			3.8
25	INSA n)	5			Novos ensaios/testes implementados	Realização	4	4	3	1	5	50%	RA	DAN	AO			3.8
	INSA n)	5	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (QUAR 2017 R)	Eficiência	Novas metodologias implementadas (QUAR 2017 R)	Realização	-	-	2	1	4	100%	RA	DAN	AO			3.8
26	DAN d)	5	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Qualidade	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	Resultado	111	125	129	1	131	50%	Anexo técnico / LFG	DAN	AO			1.3

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
26	DAN d)	5			Índice médio de satisfação dos clientes (escala 1-4)	Impacto	-	3,66	3,0	0,5	4	50%	Relatório de satisfação clientes	DAN	AO			1.3
28	INSA n)	5	Aumentar o volume da receita oriunda da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	22,09	-2,03	4	0,9	5	100%	RA	DAN	AO			3.8
31	INSA n)	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	-64,42	105,72	5	1	7	100%	RA	DAN/OF	AO			3.7
33	INSA n)	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Qualidade	Taxa de realização das iniciativas programadas	Resultado	-	71	50	10	70	50%	RA	DAN/OF	AO			3.7
33	INSA n)	5			Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	Impacto	-	-	70	10	100	50%	Relatório de satisfação clientes	DAN/OF	AO			3.7
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	100	92	80	10	100	100%	RAF	DAN/DG RH	AO/ASFPF			3.7
	INSA b)	5	Promover formação interna	Eficácia	Organizar os "Encontros com Ciência no DAN" (Número)	Realização	11	10	10	1	12	100%	Evento	DAN	AO			3.7
40	INSA a)	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Eficiência	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	Resultado	-	-	30	5	20	100%	INSA- IM37 Mapa de Pessoal	DAN	AO			3.9
43	A QUAL a)	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Qualidade	Documento atualizado com os requisitos	Realização	-	-	1	0	1	100%	Nova revisão do documento	DAN/QUAL	AO			1.3
44	DRT m)	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Qualidade	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	Resultado	-	-	80	0	80	100%	Relatório de acompanhamento do projeto	DAN/TSI	ASFPF			3.3
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	DAN	AO			4.1
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	DAN	AO			3.7

8.2.2. Departamento de Doenças Infeciosas

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	INSA d)	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Eficiência	Taxa média de cumprimento dos objetivos de coordenação de programas nacionais	Resultado	-	-	80	10	100	33%	RA	DDI/DEP	AO	Médicos e laboratórios colaboradores do programa	Médicos e laboratórios colaboradores do programa	2.0
2	INSA d)	1			Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	Resultado	-	-	85	10	100	33%	RA	DDI	AO	Rede de laboratórios participantes no programa	DGS, ARS, Hospitais, Lab. Públicos e Privados	2.0
2	INSA d)	1			Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	Resultado	-	4	2	1	4	33%	Portal	DDI/CMRE	AO			3.8
	INSA h)	1	Assegurar a vigilância epidemiológica	Eficácia	Aplicação da <i>Next-Generation Sequencing</i> (NGS) na tipagem de microrganismos recomendados pelo ECDC (%)	Resultado	-	-	75	15	100	100%	RA	DDI	AO	Médicos e laboratórios	DGS, ARS, Hospitais, Lab. Públicos e Privados	1.4
	DDI c)	1	Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (QUAR 2017 R)	Eficiência	Relatório de notificação laboratorial de micro-organismos multirresistentes (QUAR 2017 R)	Realização	2	2	2	0	2	100%	Site DGS	DDI	AO	DGS	DGS	1.4
	DDI c)	1	Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA (QUAR 2017 R)	Eficiência	Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para o Programa Nacional por Infeção VIH/SIDA (QUAR 2017 R)	Realização	12	12	12	0	12	50%	RA	DDI	AO	Médicos colaboradores do programa	DGS	1.4
	DDI c)	1			Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral (QUAR 2017 R)	Realização	2	2	2	1	4	50%	Repositório	DDI	AO	Médicos colaboradores do programa	DGS	1.4
4	INSA h)	1	Assegurar a atividade das redes referência/vigilância/observação (QUAR 2017 R)	Eficácia	Número de redes nacionais de referência/vigilância/observação asseguradas (QUAR 2017 R)	Realização	22	22	22	0	22	50%	RA	DDI	AO	Médicos e laboratórios	DGS, ARS, Hospitais, Lab. Públicos e Privados	1.4
4	INSA h)	1			Taxa de cumprimento dos prazos de reporte de informação a entidades oficiais	Resultado	-	-	90	5	100	50%	RA	DDI	AO			1.4
6	INSA i)	1	Assegurar a resposta laboratorial em situações de emergência biológica	Eficácia	Taxa média de respostas dentro dos prazos adequados	Resultado	-	-	100	0	100	100%	RA	DDI	AO			3.9
8	INSA b)	1	Fomentar a produção editorial científica	Eficácia	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DDI	Realização	-	-	3	1	5	50%	Repositório	DDI/Biblioteca	AO			1.1
8	INSA b)	1			Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação Nacionais, com intervenção do DDI	Realização	-	-	85	10	100	50%	Repositório	DDI/Biblioteca	AO			1.1

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
65	INSA a)	2	Reforçar a investigação	Eficácia	Novas parcerias com serviços de saúde locais e regionais	Resultado	-	4	2	1	4	16,67%	RA	DDI	ASPFP		ARS, Hospitais, Lab. Públicos e Privados	3.9
65	INSA a)	2			Novas colaborações internacionais	Resultado	-	4	3	1	5	16,67%	RA	DDI	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D em curso/concluídos	Realização	36	29	30	8	45	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DDI	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	Realização	4	7,5	12	5	23	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DDI	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	Realização	-	11	8	3	15	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DDI	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	Realização	-	6	4	2	8	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DDI	ASPFP			3.9
	INSA b)	2	Reforçar a capacitação em I&D+	Eficácia	Bolseiros existentes	Realização	27	20	20	6	30	16,67%	RA	DDI	ASPFP	Universidades	Universidades	3.9
18	INSA b)	2			Bolseiros pós-doutoramento	Realização	-	6	5	1	7	16,67%	RA	DDI	ASPFP	Universidades	Universidades	3.9
18	INSA b)	2			Dissertações de mestrado	Resultado	7	1	3	1	5	16,67%	Repositório	DDI	ASPFP	Universidades	Universidades	3.9
18	INSA b)	2			Teses de doutoramento	Resultado	4	1	2	1	5	16,67%	Repositório	DDI	ASPFP	Universidades	Universidades	3.9
	INSA b)	2			Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	Resultado	8	13	6	1	9	16,67%	RA	DDI	ASPFP	Universidades	Universidades	3.9
	INSA b)	2			Organização de workshops/seminários/ Reuniões Científicas	Realização	12	13	8	3	12	16,67%	Evento	DDI	AO		DGS, ARS, Hospitais, Lab. Públicos e Privados	3.9
19	INSA a)	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Eficácia	Artigos publicados em revistas nacionais	Realização	-	-	2	1	4	50%	Repositório	DDI	AO/ASPFP			3.9
19	INSA a)	2			Artigos publicados em revistas internacionais	Realização	-	57	45	7	60	50%	Repositório	DDI	AO/ASPFP			3.9
21	INSA a)	2	Aumentar captação de financiamento	Eficiência	Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	Resultado	5,56	60,00	25	5	60	25%	Módulo de gestão de projeto	DDI/AAI	AO			3.9
21	INSA a)	2			Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	Resultado	8,33	87,50	30	5	88	25%	Módulo de gestão de projeto	DDI/AAI	AO			3.9
21	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	Resultado	-	-	5	3	9	35%	Módulo de gestão de projeto	DDI/AAI	ASPFP			3.9

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão externa (% de aumento)	Resultado	-	-	5	3	9	15%	Módulo de gestão de projeto	DDI/AAI	ASPFP			3.9
22	INSA m)	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Eficácia	Novos projetos/ações de cooperação internacional	Resultado	-	-	6	2	10	40%	RA	DDI	AO/ASPFP			1.11
22	INSA m)	3			Novos projetos/ações de cooperação com a CPLP	Resultado	-	-	5	1	8	40%	RA	DDI	AO/ASPFP			1.11
22	INSA m)	3			Ações de formação realizadas no INSA	Realização	-	-	10	2	14	20%	RA	DDI	AO/ASPFP			1.11
23	INSA m)	3	Assegurar compromissos internacionais	Eficácia	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	Resultado	-	-	85	5	100	100%	RA	DDI	AO			1.11
24	INSA m)	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Eficácia	Novas colaborações com institutos congêneres	Resultado	-	-	2	1	4	50%	RA	DDI	AO/ASPFP			1.11
24	INSA m)	3			Novas colaborações com a OMS	Resultado	-	-	2	1	4	50%	RA	DDI	AO/ASPFP			1.11
25	INSA n)	5	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Eficiência	Novos ensaios/testes implementados	Realização	9	27	20	6	30	100%	RA	DDI	AO			3.8
	INSA n)	5	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (QUAR 2017 R)	Eficiência	Novas metodologias implementadas (QUAR 2017 R)	Realização	-	-	5	2	10	100%	RA	DDI	AO			3.8
26	DDI c)	5	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Qualidade	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	Resultado	73	82	87	1	89	50%	Anexo técnico / LFG	DDI	AO			1.3
26	DDI c)	5			Índice médio de satisfação dos clientes (escala 1-4)	Impacto	-	3,52	3,0	0,5	4	50%	Relatório de satisfação clientes	DDI	AO			1.3
28	INSA n)	5	Aumentar o volume da receita oriunda da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	12,03	-2,94	4	0,9	5	100%	RA	DDI	AO			3.8
31	INSA n)	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	-53,61	11,70	5	1	7	100%	RA	DDI/OF	AO			3.7
33	INSA n)	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Qualidade	Taxa de realização das iniciativas programadas	Resultado	75	75	50	10	70	50%	RA	DDI/OF	AO			3.7
33	INSA n)	5			Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	Impacto	-	-	70	10	100	50%	Relatório de satisfação clientes	DDI/OF	AO			3.7
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	77	87	80	10	100	100%	RAF	DDI/DGRH	AO/ASPFP			3.7

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
40	INSA a)	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Eficiência	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	Resultado	-	0	30	5	20	100%	INSA- IM37 Mapa de Pessoal	DDI	AO			3.9
43	A QUAL a)	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Qualidade	Documento atualizado com os requisitos	Realização	-	-	1	0	1	100%	Nova revisão do documento	DDI/QUAL	AO			1.3
44	DRT m)	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Qualidade	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	Resultado	-	-	80	0	80	100%	Relatório de acompanhamento do projeto	DDI/TSI	ASPPF			3.3
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	DDI	AO			4.1
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	DDI	AO			3.7

8.2.3. Departamento de Epidemiologia

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
1	INSA I)	1	Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2020 e Programas do Ministério da Saúde	Eficácia	Taxa de atualização da metodologia de avaliação do PNS	Resultado	-	-	100	0	100	75%	Relatório	DEP/DPS	AO	OMS		1.4
1	INSA I)	1			Organização do <i>Workshop de Health impact assesment</i>	Realização	-	-	1	0	1	25%	Evento	DEP/DPS	AO	OMS		1.4
2	INSA d)	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Eficiência	Taxa média de cumprimento dos objetivos de coordenação de programas nacionais	Resultado	-	-	80	10	100	25%	RA	DEP	AO			2.0
2	INSA d)	1			Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	Resultado	-	-	85	10	100	25%	RA	DEP	AO	DGS		2.0
2	INSA d)	1			Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	Resultado	-	4	5	1	7	25%	Portal	DEP/CMRE	AO	SPMS		3.8
	INSA d)	1			Taxa de resposta às solicitações de entidades oficiais através de pareceres técnico-científicos no âmbito das normas e políticas de Saúde	Resultado	100	100	85	5	100	25%	RA	DEP	AO			1.4
	INSA c)	1	Coordenação do Programa Nacional de avaliação externa da qualidade (PNAEQ)	Eficácia	Coordenação dos programas de AEQ	Realização	29	30	31	0	31	50%	RA	PNAEQ	AO	IPOIX, CHLO, CHLN, FFUL, CHLC, SKML; ECAT, Alfaloc, Quidgest		2.15
					Número de programas disponibilizados com entidades congêneres (Labquality, ECAT, PHE, SBAC/PNCQ)	Realização	184	193	221	0	221	50%	RA	PNAEQ	AO	Labquality, ECAT, PHE, SBAC/PNCQ		2.15
	INSA h)	1	Assegurar a vigilância epidemiológica	Eficácia	Taxa implementação do sistema de Vigilância Efeito do FRIO Extremo na Saúde da população (FRIESA)	Realização	-	-	100	0	100	30%	RA	DEP	AO	IPMA		1.4
					Instrumentos de vigilância em funcionamento	Realização	5	6	7	1	9	30%	RA	DEP	AO			1.4
					Boletins de vigilância emitidos	Realização	439	513	512	20	550	20%	RA	DEP	AO	IPMA; DGS; IRN		1.4
					Apresentação dirigida aos médicos neonatologistas do âmbito e funcionamento do Registro Nacional de Anomalias Congênitas (mês)	Realização	11	11	11	0	11	20%	RA	DEP	AO			3.7
4	INSA j)	1	Assegurar a atividade das redes referência/vigilância/observação (QUAR 2017 R)	Eficácia	Número de redes nacionais de referência/vigilância/observação asseguradas (QUAR 2017 R)	Realização	-	-	3	1	5	50%	RA	DEP	AO	HOSPITAIS (eurocat; IDB); irn (euromomo);		1.4

OPI	Atribuição da UC (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
4	INSA j)	1			Taxa de cumprimento dos prazos de reporte de informação a entidades oficiais	Resultado	-	-	90	5	100	50%	RA	DEP	AO			1.4
	DEP b)	1	Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em Casa Observamos Saúde". ECOS (QUAR 2017 R)	Eficácia	Relatório científico «Vacinação antigripal da população portuguesa: evolução e tendência da cobertura e algumas características do ato vacinal (mês) (QUAR 2017 R)	Realização	7	7	11	1	9	100%	Repositório	DEP	AO			1.4
	DEP b)	1	Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) (QUAR 2017 R)	Eficácia	Atualização da base de dados de 2016 (mês) (QUAR 2017 R)	Realização	12	11	11	1	9	100%	RA	DEP	AO	Serviços hospitalares participantes		1.4
8	INSA b)	1	Fomentar a produção editorial científica	Eficácia	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DEP	Realização	-	-	3	1	5	40%	Repositório	DEP/Biblioteca	AO			1.1
8	INSA b)	1			Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação Nacionais, com intervenção do DEP	Realização	-	-	85	10	100	40%	Repositório	DEP/Biblioteca	AO	DGS		1.1
	INSA b)	1			Disponibilização aos ACEs de Folheto explicativo do âmbito e funcionamento da Rede Médicos Sentinela (mês)	Realização	-	-	7	2	4	10%	RA	DEP	AO	Serviços editoriais do INS		3.7
	INSA b)	1			Disponibilização aos hospitais do folheto explicativo do âmbito e funcionamento do Registo Nacional de Anomalias Congénitas (mês)	Realização	-	-	11	0	11	10%	RA	DEP	AO	Serviços editoriais do INS		3.7
65	INSA a)	2	Reforçar a investigação	Eficácia	Novas parcerias com serviços de saúde locais e regionais	Resultado	-	2	5	1	10	16,67%	RA	DEP	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novas colaborações internacionais	Resultado	-	1	2	1	4	16,67%	RA	DEP	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D em curso/concluídos	Realização	12	14	18	2	21	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DEP	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	Realização	3	3	5	2	9	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DEP	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	Realização	-	3	3	1	5	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DEP	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	Realização	-	1	2	1	4	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DEP	ASPFP			3.9
17	INSA a)	2	Incentivar a investigação de tradução	Eficiência	Projetos de I&D em curso	Realização	-	-	2	1	4	100%	Módulo de gestão de projeto	DEP	ASPFP			3.9
	INSA b)	2	Reforçar a capacitação em I&D+i	Eficácia	Bolseiros existentes	Realização	-	11	10	2	13	16,67%	RA	DEP	ASPFP			3.9

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
18	INSA b)	2			Bolseiros pós-doutoramento	Realização	-	0	2	1	4	16,67%	RA	DEP	ASPFP			3.9
18	INSA b)	2			Dissertações de mestrado	Resultado	4	1	3	1	5	16,67%	Repositório	DEP	ASPFP			3.9
18	INSA b)	2			Teses de doutoramento	Resultado	1	0	1	0	1	16,67%	Repositório	DEP	ASPFP			3.9
	INSA b)	2			Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	Resultado	0	2	4	1	6	16,67%	RA	DEP	ASPFP			3.9
	INSA b)	2			Organização de workshops/seminários/ Reuniões Científicas	Realização	9	5	12	2	15	16,67%	Evento	DEP	AO			3.9
19	INSA a)	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Eficácia	Artigos publicados em revistas nacionais	Realização	-	-	2	1	4	50%	Repositório	DEP	AO/ASPFP			3.9
19	INSA a)	2			Artigos publicados em revistas internacionais	Realização	-	18	16	3	21	50%	Repositório	DEP	AO/ASPFP			3.9
21	INSA a)	2	Aumentar captação de financiamento		Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	Resultado	-	60	30	5	60	40%	Módulo de gestão de projeto	DEP/AAI	AO			3.9
21	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	Resultado	-	-	5	1	7	60%	Módulo de gestão de projeto	DEP/AAI	ASPFP			3.9
22	INSA m)	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Eficácia	Novos projetos/ações de cooperação internacional	Resultado	-	1	2	1	4	30%	RA	DEP	AO/ASPFP			1.11
22	INSA m)	3			Novos projetos/ações de cooperação com a CPLP	Resultado	-	-	2	1	4	30%	RA	DEP	AO/ASPFP			1.11
	INSA m)	3			Colaboração na organização do congresso, bienal, de controlo da qualidade laboratorial dos países de língua portuguesa CCQL-PLP (mês)	Realização	7	-	10	0	10	20%	Evento	DEP	AO/ASPFP			1.11
	INSA m)	3			Elaboração de um projeto de AEQ para CPLP (taxa de execução)	Realização	-	-	100%	0	100%	20%	Projeto	DEP	AO/ASPFP			1.11
23	INSA m)	3	Assegurar compromissos internacionais	Eficácia	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	Resultado	-	-	85	5	100	100%	RA	DEP	AO			1.11
24	INSA m)	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Eficácia	Novas colaborações com institutos congéneres	Resultado	-	-	2	1	4	100%	RA	DEP	AO/ASPFP			1.11
31	INSA n)	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	-13,68	-59,39	5	1	7	100%	RA	DEP/OF	AO			3.7
33	INSA n)	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Qualidade	Taxa de realização das iniciativas programadas	Resultado	60	60	50	10	70	50%	RA	DEP/OF	AO			3.7

OPI	Atribuição da UC (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
33	INSA n)	5			Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	Impacto	-	-	70	10	100	50%	Relatório de satisfação clientes	DEP/OF	AO			3.7
34	INSA c)	5	Assegurar a qualidade do serviço de avaliação externa da qualidade laboratorial	Qualidade	Taxa de realização das ações de formação planeadas	Resultado	-	-	90	5	100	50%	RA	DEP/OF	AO			1.3
34	INSA c)	5			Taxa de satisfação dos laboratórios participantes no PNAEQ	Impacto	92	94	85	5	100	50%	Relatório de tratamento dos questionários	DEP	AO			1.3
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	79	80	10	100	100%	RAF	DEP/DGRH	AO/ASPFP			3.7
40	INSA a)	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Eficiência	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	Resultado	-	-	30	5	20	100%	INSA- IM37 Mapa de Pessoal	DEP	AO			3.9
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	DEP	AO			4.1
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	DEP	AO			3.7

8.2.4. Departamento de Genética Humana

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	INSA d)	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Eficiência	Taxa média de cumprimento dos objetivos de coordenação de programas nacionais	Resultado	-	-	80	10	100	50%	RA	DGH	AO			2.0
2	INSA d)	1			Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	Resultado	-	-	85	10	100	50%	RA	DGH	AO			2.0
4	INSA j)	1	Assegurar a atividade das redes Vigilância/Observação/Referência	Eficácia	Taxa de cumprimento dos prazos de reporte de informação a entidades oficiais	Resultado	-	-	90	5	100	100%	RA	DGH	AO			1.4
8	INSA b)	1	Fomentar a produção editorial científica	Eficácia	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DGH	Realização	-	-	3	1	5	50%	Repositório	DGH/Biblioteca	AO			1.1
8	INSA b)	1			Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação Nacionais, com intervenção do DGH	Resultado	-	-	85	10	100	50%	Repositório	DGH/Biblioteca	AO			1.1
65	INSA a)	2	Reforçar a investigação	Eficácia	Novas parcerias com serviços de saúde locais e regionais	Resultado	-	5	5	2	8	20%	RA	DGH	AO			3.9
65	INSA a)	2			Novas colaborações internacionais	Resultado	-	3	3	1	5	20%	RA	DGH	AO			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D em curso/concluídos	Resultado	27	23	19	5	30	20%	Módulo de gestão de projeto	DGH	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	Realização	7	4,5	4	3	15	20%	Módulo de gestão de projeto	DGH	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	Realização	-	-	4	3	15	20%	Módulo de gestão de projeto	DGH	ASPFP			3.9
17	INSA a)	2	Incentivar a investigação de tradução	Eficiência	Projetos de I&D em curso	Resultado	-	-	14	3	20	100%	Módulo de gestão de projeto	DGH	ASPFP			3.9
	INSA b)	2	Reforçar a capacitação em I&D+i	Eficácia	Bolseiros existentes	Realização	-	17	20	2	25	20%	RA	DGH	ASPFP			3.9
18	INSA b)	2			Bolseiros pós-doutoramento	Realização	-	3	3	1	5	20%	RA	DGH	ASPFP			3.9
18	INSA b)	2			Dissertações de mestrado	Resultado	9	8	9	3	12	20%	Repositório	DGH	ASPFP			3.9

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	INSA b)	2			Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	Resultado	13	21	16	1	21	20%	RA	DGH	ASPFP			3.9
	INSA b)	2			Organização de workshops/seminários/ Reuniões Científicas	Realização	6	8	7	5	12	20%	Evento	DGH	AO			3.9
19	INSA a)	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Eficácia	Artigos publicados em revistas nacionais	Realização	-	-	10	5	15	50%	Repositório	DGH	AO/ASPFP			3.9
19	INSA a)	2			Artigos publicados em revistas internacionais	Realização	-	41	30	15	50	50%	Repositório	DGH	AO/ASPFP			3.9
21	INSA a)	2	Aumentar captação de financiamento	Eficiência	Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	Resultado	19,51	40,00	25	5	40	25%	Módulo de gestão de projeto	DGH/AI	AO			3.9
21	INSA a)	2			Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	Resultado	0,00	75,00	30	5	75	25%	Módulo de gestão de projeto	DGH/AI	AO			3.9
21	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	Resultado	-	-	5	1	7	35%	Módulo de gestão de projeto	DGH/AI	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão externa (% de aumento)	Resultado	-	-	5	1	7	15%	Módulo de gestão de projeto	DGH/AI	ASPFP			3.9
23	INSA m)	3	Assegurar compromissos internacionais	Eficácia	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	Resultado	-	-	85	5	100	100%	RA	DGH	AO			1.11
25	INSA n)	5	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Eficiência	Novos ensaios/testes implementados	Realização	22	24	19	8	30	100%	RA	DGH	AO			3.8
	INSA n)	5	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (QUAR 2017 R)	Eficiência	Novas metodologias implementadas (QUAR 2017 R)	Realização	13	31	11	8	30	100%	RA	DGH	AO			3.8
26	INSA f)	5	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Qualidade	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	Resultado	18	18	19	1	21	50%	Anexo técnico	DGH	AO			1.3
26	INSA f)	5			Índice médio de satisfação dos clientes (escala 1-4)	Impacto	-	3,57	3,0	0,5	4	50%	Relatório de satisfação clientes	DGH	AO			1.3
28	INSA n)	5	Aumentar o volume da receita oriunda da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	15,80	12,06	4	0,9	5	100%	RA	DGH	AO			3.8
31	INSA n)	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	-17,63	-15,40	5	1	7	100%	RA	DGH/OF	AO			3.7
33	INSA n)	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Qualidade	Taxa de realização das iniciativas programadas	Resultado	100	100	50	10	70	50%	RA	DGH/OF	AO			3.7

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
33	INSA n)	5			Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	Impacto	-	-	70	10	100	50%	Relatório Anual da Oferta Formativa	DGH/OF	AO			3.7
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	99	88	80	10	100	100%	RAF	DGH/DGRH	AO			3.7
40	INSA a)	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Eficiência	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	Resultado	-	-	30	5	20	100%	INSA- IM37 Mapa de Pessoal	DGH	AO			3.9
43	A QUAL a)	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Qualidade	Documento atualizado com os requisitos	Realização	-	-	1	0	1	100%	Nova revisão do documento	DGH/QUAL	AO			1.3
44	DRT m)	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Qualidade	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	Resultado	-	-	80	0	80	100%	Relatório de acompanhamento do projeto	DGH/TSI	ASPFP			3.3
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	DGH	AO			4.1
58	DRF c)	4	Apurar os custos associados à prestação de serviços	Eficácia	Desenvolvimento uma metodologia de custeio para os serviços prestados (%)	Realização	-	-	100	0	100	50%	Instrução de trabalho	DGH/DR F/ CONTR/ PLAN	AO			3.8
58	DRF c)	4			Desenvolvimento do instrumento para recolha de informação (%)	Realização	-	-	100	0	100	50%	Instrumento disponibilizado	DGH/DR F/ CONTR/ PLAN	AO			3.8
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	DGH	AO			3.7

8.2.5. Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
1	INSA I)	1	Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2020 e Programas do Ministério da Saúde	Eficácia	Taxa de atualização da metodologia de avaliação do PNS	Resultado	-	-	100	0	100	33%	Relatório	DEP/DPS	AO	BCA	OMS	1.4
1	INSA I)	1			Organização do <i>Workshop de Health impact assesment</i>	Realização	-	-	1	0	1	33%	Evento	DEP/DPS	AO	BCA	OMS	1.4
	INSA I)	1			Desenvolvimento de estudos de <i>Health impact assesment</i>	Realização	-	-	1	0	1	33%	Relatório	DEP/DPS	AO	BCA	OMS	1.4
2	INSA d)	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Eficiência	Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	Resultado	-	-	85	10	100	50%	RA	DPS	AO			2.0
2	INSA d)	1			Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	Resultado	-	0	2	1	4	50%	Portal	DPS / CMRE	AO			2.0
	INSA h)	1	Assegurar a vigilância epidemiológica	Eficácia	Grau de execução do Estudo da Prevalência da Perturbação do Espectro do Autismo na Região Centro de Portugal (QUAR 2017 R)	Realização	-	-	50	10	70	100%	Relatório	DPS	AO	Consórcio ASDEU e Hospital Pediátrico de Coimbra	Consórcio ASDEU e Hospital Pediátrico de Coimbra	1.4
4	INSA j)	1	Assegurar a atividade das redes referência/vigilância/observação (QUAR 2017 R)	Eficácia	Número de redes nacionais de referência/vigilância/observação asseguradas (QUAR 2017 R)	Realização	-	3	3	1	5	50%	RA	DPS	AO		Instituições parceiras das respetivas redes	1.4
4	INSA j)	1			Taxa de cumprimento dos prazos de reporte de informação a entidades oficiais	Resultado	-	-	90	5	100	50%	RA	DPS	AO		Médicos e serviços de saúde no âmbito da rede nacional de Hipercolesterolemia familiar	1.4
8	INSA b)	1	Fomentar a produção editorial científica	Eficácia	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DPS	Realização	-	-	3	1	5	50%	Repositório	DPS/ Biblioteca	AO			1.1
8	INSA b)	1			Taxa de publicação dos relatórios de estudos no âmbito de Doenças Não Transmissíveis, com intervenção do DPS	Resultado	-	-	100	0	100	50%	Repositório	DPS	AO		Instituições parceiras dos respetivos estudos	1.1
65	INSA a)	2	Reforçar a investigação	Eficácia	Novas parcerias com serviços de saúde locais e regionais	Resultado	1	1	3	1	5	16,67%	RA	DPS	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novas colaborações internacionais	Resultado	4	4	9	2	12	16,67%	RA	DPS	ASPFP			3.9

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	INSA a)	2			Projetos de I&D em curso/concluídos	Realização	21	18	20	2	23	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DPS	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D novos (QUAR 2017)		-	3	4	1	6	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DPS	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	Realização	2	1	3	1	5	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DPS	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	Realização	-	-	1	0	1	16,67%	Módulo de gestão de projeto	DPS	ASPFP			3.9
17	INSA a)	2	Incentivar a investigação de tradução	Eficiência	Projetos de I&D em curso	Resultado	-	-	16	1	18	100%	Módulo de gestão de projeto	DPS	ASPFP			3.9
	DPS d)	2	Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos (QUAR 2017 R)	Eficácia	Número de projetos (QUAR 2017 R)	Realização	3	3	3	1	5	100%	Módulo de gestão de projeto	DPS	ASPFP			3.9
	INSA b)	2	Reforçar a capacitação em I&D+i	Eficácia	Bolseiros existentes	Realização	-	-	13	1	15	25%	RA	DPS	ASPFP			3.9
18	INSA b)	2			Bolseiros pós-doutoramento	Realização	-	4	3	1	5	25%	RA	DPS	ASPFP			3.9
	INSA b)	2			Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	Resultado	4	12	13	1	15	25%	RA	DPS	ASPFP			3.9
	INSA b)	2			Organização de workshops/seminários/ Reuniões Científicas	Realização	1	2	2	1	4	25%	Evento	DPS	AO			3.9
19	INSA a)	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Eficácia	Artigos publicados em revistas nacionais	Realização	-	-	2	1	4	50%	Repositório	DPS	AO/ASPFP			3.9
19	INSA a)	2			Artigos publicados em revistas internacionais	Realização	-	18	13	3	17	50%	Repositório	DPS	AO/ASPFP			3.9
21	INSA a)	2	Aumentar captação de financiamento	Eficiência	Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	Resultado	28,57	66,67	30	5	85	25%	Módulo de gestão de projeto	DPS/AAI	AO			3.9
21	INSA a)	2			Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	Resultado	0,00	33,33	30	5	85	25%	Módulo de gestão de projeto	DPS/AAI	AO			3.9
21	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão interna	Resultado	-	-	5	1	7	35%	Módulo de gestão de projeto	DPS/AAI	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão externa	Resultado	-	-	5	1	7	15%	Módulo de gestão de projeto	DPS/AAI	ASPFP			3.9

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
22	INSA m)	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Eficácia	Novos projetos/ações de cooperação internacional	Resultado	-	2	1	0	1	60%	RA	DPS	AO/ASPFP			1.11
22	INSA m)	3			Ações de formação realizados no INSA	Realização	-	1	1	0	1	40%	RA	DPS	AO/ASPFP			1.11
23	INSA m)	3	Assegurar compromissos internacionais	Eficácia	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	Resultado	-	-	85	5	100	100%	RA	DPS	AO			1.11
24	INSA m)	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Eficácia	Novas colaborações com institutos congéneres	Resultado	-	-	1	0	1	50%	RA	DPS	AO/ASPFP			1.11
24	INSA m)	3			Novas colaborações com a OMS	Resultado	-	-	1	0	1	50%	RA	DPS	ASPFP			1.11
25	INSA n)	5	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Eficiência	Novos ensaios/testes implementados	Realização	-	6	2	1	4	100%	RA	DPS	AO			3.8
	INSA n)	5	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (QUAR 2017 R)	Eficiência	Novas metodologias implementadas (QUAR 2017 R)	Realização	-	0	1	0	1	100%	RA	DPS	AO			3.8
26	DPS d)	5	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Qualidade	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	Resultado	-	4	6	1	8	50%	Anexo técnico / LFG	DPS/QUAL	AO			1.3
26	DPS d)	5			Índice médio de satisfação dos clientes (escala 1-4)	Impacto	-	3,52	3,0	0,5	4	50%	Relatório de satisfação clientes	DPS	AO			1.3
28	INSA n)	5	Aumentar o volume da receita oriunda da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	-7,86	14,45	4	0,9	5	100%	RA	DPS	AO			3.8
31	INSA n)	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	-33,67	-86,94	5	1	7	100%	RA	DPS/OF	AO			3.7
33	INSA n)	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Qualidade	Taxa de realização das iniciativas programadas	Resultado	-	0	50	10	100	50%	RA	DPS/OF	AO			3.7
33	INSA n)	5			Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	Impacto	-	-	75	10	100	50%	Relatório de satisfação clientes	DPS/OF	AO			3.7
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	87	90	80	10	100	100%	RAF	DPS/DGRH	AO			3.7
40	INSA a)	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Eficiência	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	Resultado	-	-	30	5	20	100%	INSA- IM37 Mapa de Pessoal	DPS	AO			3.9
43	QUAL a)	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Qualidade	Documento atualizado com os requisitos	Realização	-	-	1	0	1	100%	Nova revisão do documento	DPS/QUAL	AO			1.3

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
44	DRT m)	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Qualidade	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	Resultado	-	-	80	0	80	100%	Relatório de acompanhamento do projeto	DPS/ TSI	ASPPF			3.3
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	DPS	AO			4.1
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	DPS	AO			3.7

8.2.6. Departamento de Saúde Ambiental

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	INSA d)	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Eficiência	Taxa média de resposta às solicitações nos termos definidos para participação nos programas nacionais	Resultado	-	-	85	10	100	50%	RA	DSA	AO			2.0
2	INSA d)	1			Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	Resultado	-	1	2	1	4	50%	Portal	DSA / CMRE	AO			3.8
	INSA h)	1	Assegurar a vigilância epidemiológica	Eficácia	Desenvolvimento de um Sistema de monitorização ambiental de substâncias potencialmente tóxicas e/ou microrganismos (potencialmente) patogênicos (teste ao sistema de monitorização através de uma experiência piloto)(taxa de implementação do teste)	Realização	-	40	40	10	60	100%	RA	DSA	AO		DGS, ARSLVT, ARS Norte	1.4
	DSA a)	1	Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde no domínio da Doença dos Legionários	Eficácia	Novas estirpes de <i>Legionella</i> de origem humana e ambiental conservadas (em %)	Realização	100	99	98	1	100	100%	RA	DSA	AO			1.4
5	INSA e)	1	Monitorizar a rede de laboratórios de Saúde Pública	Eficiência	Taxa de resposta aos pedidos de assessoria técnico-científica	Resultado	-	-	85	10	100	100%	RA	DSA	AO			1.10
6	INSA i)	1	Assegurar a resposta laboratorial em situações de emergência biológica	Eficácia	Taxa média de respostas dentro dos prazos adequados	Resultado	-	-	100	0	100	100%	RA	DSA	AO			3.9
8	INSA b)	1	Fomentar a produção editorial científica	Eficácia	Boletins Epidemiológicos Observações com participação do DSA	Realização	-	-	3	1	5	100%	Repositório	DSA/ Biblioteca	AO			1.1
65	INSA a)	2	Reforçar a investigação	Eficácia	Novas colaborações internacionais	Resultado	-	6	2	1	4	20%	RA	DSA	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D em curso/concluídos	Realização	17	21	8	1	10	20%	Módulo de gestão de projeto	DSA	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	Realização	2	4	2	1	4	20%	Módulo de gestão de projeto	DSA	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	Realização	-	4	1	0	1	20%	Módulo de gestão de projeto	DSA	ASPFP			3.9

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	Realização	-	-	1	0	1	20%	Módulo de gestão de projeto	DSA	ASPFP		Irstea Centre de Bordeaux; Université Blaise Pascal; Instituto Português do Mar e Atmosfera; Universidade de Aveiro; Ciimar; Águas Públicas do Alentejo	3.9
17	INSA a)	2	Incentivar a investigação de tradução	Eficiência	Projetos de I&D em curso	Realização	-	-	1	0	2	100%	Módulo de gestão de projeto	DSA	ASPFP			3.9
	INSA b)	2	Reforçar a capacitação em I&D+i	Eficácia	Bolseiros existentes	Realização	-	-	14	4	19	16,67%	RA	DSA	ASPFP			3.9
18	INSA b)	2			Bolseiros pós-doutoramento	Realização	-	7	3	1	5	16,67%	RA	DSA	ASPFP			3.9
18	INSA b)	2			Dissertações de mestrado	Resultado	6	2	4	1	6	16,67%	Repositório	DSA	ASPFP			3.9
18	INSA b)	2			Teses de doutoramento	Resultado	4	1	1	2	8	16,67%	Repositório	DSA	ASPFP			3.9
	INSA b)	2			Doutorandos orientados ou coorientados no INSA	Resultado	3	13	4	1	6	16,67%	RA	DSA	ASPFP			3.9
	INSA b)	2			Organização de workshops/seminários/ Reuniões Científicas	Realização	3	6	2	1	4	16,67%	Evento	DSA	AO			3.9
19	INSA a)	2	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Eficácia	Artigos publicados em revistas nacionais	Realização	-	-	4	1	6	50%	Repositório	DSA	AO/ASPFP			3.9
19	INSA a)	2			Artigos publicados em revistas internacionais	Realização	-	26	34	5	40	50%	Repositório	DSA	AO/ASPFP			3.9
21	INSA a)	2	Aumentar captação de financiamento	Eficiência	Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	Resultado	26,32	60,00	25	5	67	25%	Módulo de gestão de projeto	DSA/AAI	AO			3.9
21	INSA a)	2			Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	Resultado	50,00	0,00	30	5	50	25%	Módulo de gestão de projeto	DSA/AAI	AO			3.9
21	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	Resultado	-	-	5	3	9	35%	Plataforma de gestão de projeto	DSA/AAI	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão externa (% de aumento)	Resultado	-	-	5	3	9	15%	Módulo de gestão de projeto	DSA/AAI	ASPFP			3.9

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
22	INSA m)	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Eficácia	Novos projetos/ações de cooperação internacional	Resultado	-	-	4	2	7	100%	RA	DSA	AO/ASPFP			1.11
23	INSA m)	3	Assegurar compromissos internacionais	Eficácia	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	Resultado	-	-	85	5	100	100%	RA	DSA	AO			1.11
24	INSA m)	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Eficácia	Novas colaborações com institutos congéneres	Resultado	-	-	2	1	4	100%	RA	DSA	AO/ASPFP			1.11
25	INSA n)	5	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Eficiência	Novas áreas de negócio	Resultado	-	-	2	1	4	50%	RA	DSA	AO			3.8
25	INSA n)	5			Novos ensaios/testes implementados	Realização	7	13	7	3	11	50%	RA	DSA	AO			3.8
	INSA n)	5	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias (QUAR 2017 R)	Eficiência	Novas metodologias implementadas (QUAR 2017 R)	Realização	-	-	8	3	12	100%	RA	DSA	AO			3.8
26	INSA n)	5	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Qualidade	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	Resultado	195	215	249	30	300	50%	Anexo técnico / LFG	DSA	AO			1.3
26	INSA n)	5			Índice médio de satisfação dos clientes (escala 1-4)	Impacto	-	3,60	3,0	0,5	4	50%	Relatório de satisfação clientes	DSA	AO			1.3
28	INSA n)	5	Aumentar o volume da receita oriunda da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	16,50	-2,65	4	0,9	5	100%	SIGALIS	DSA	AO			3.8
31	INSA n)	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	44,96	12,00	5	4	10	100%	Relatório Anual da Oferta Formativa	DSA/OF	AO			3.7
33	INSA n)	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Qualidade	Taxa de realização das iniciativas programadas	Resultado	11	58	50	10	70	50%	Relatório Anual da Oferta Formativa	DSA/OF	AO			3.7
33	INSA n)	5			Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	Impacto	-	-	70	10	100	50%	Relatório Anual da Oferta Formativa	DSA/OF	AO			3.7
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	89	72	80	10	100	100%	RAF	DSA/DGRH	AO/ASPFP			3.7
40	INSA a)	4	Reduzir o tempo dedicado pelos investigadores às tarefas de apoio	Eficiência	Tempo máximo dedicado às atividades de apoio (%)	Resultado	-	-	30	5	20	100%	INSA- IM37 Mapa de Pessoal	DSA	AO			3.9
43	A QUAL a)	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Qualidade	Documento atualizado com os requisitos	Realização	-	-	1	0	1	100%	Nova revisão do documento	DSA/QUAL	AO			1.3
44	DRT m)	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Qualidade	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	Resultado	-	-	80	0	80	100%	Relatório de acompanhamento do projeto	DSA/TSI	ASPFP			3.3

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	DSA	AO			4.1
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	DSA	AO			3.7

8.2.7. Museu da Saúde

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
9	Mus a)	1	Efetuar o levantamento Nacional dos Bens Culturais Móveis da Saúde (QUAR 2017)	Eficácia	Relatório (mês)	Realização	-	-	11	1	9	100%	RA	MUS	AO	Instituições de Saúde da esfera pública do estado	Ministério da Saúde, Direção-Geral do Património Cultural do Ministério da Cultura	1.1
10	INSA c)	1	Iniciar a primeira fase de instalação do Museu da Saúde	Eficácia	Cerimónia pública da designação do futuro espaço-sede	Realização	-	-	1	0	1	100%	RA	MUS	AO	Ministério da Saúde, CHLC, Câmara Municipal de Lisboa, ESTAMO		1.1
11	INSA d)	1	Realizar exposições	Eficácia	Número de exposições realizadas	Realização	-	-	1	0	1	100%	RA	MUS	AO	Instituições Parceiras tais como por exemplo: CHLC, CVP, MUHNAC, HSM, etc.	Serão definidas durante a preparação das atividades	1.1
12	INSA d)	1	Realizar atividades educativas e de divulgação	Eficácia	Número de atividades realizadas	Realização	-	-	2	0	2	100%	RA	MUS	AO		Serão definidas durante a preparação das atividades	1.1
13	INSA d)	1	Promover a realização de encontros científicos	Eficácia	Encontro - <i>Património da Saúde – Investigar, Intervir e Preservar</i>	Realização	-	-	1	0	1	100%	RA	MUS	ASPFP	Rede de museus e núcleos museológicos sobre património, ciência e saúde	Rede de museus e núcleos museológicos sobre património, ciência e saúde	1.1
14	INSA a)	1	Apresentar proposta de projeto para <i>Thesaurus de Instrumentos e Coleções de Ciências da Saúde</i>	Eficácia	Projeto	Realização	-	-	1	0	1	100%	RA	MUS	ASPFP			1.1
15	INSA c)	1	Elaborar proposta/ <i>dossier</i> para concurso de ideias para arquitetura e museografia para as futuras instalações do Museu da Saúde	Eficácia	Proposta/ <i>dossier</i>	Realização	-	-	1	0	1	100%	RA	MUS	AO	Câmara Municipal de Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural do Ministério da Cultura		1.1
16	INSA a)	1	Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde	Eficácia	Novos registos de inventário e estudo das peças	Resultado	298	318	200	50	600	100%	RA	MUS	AO			1.1.

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	MUS/DGRH	AO/ASPFP			3.7
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	MUS	AO			4.1
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	MUS	AO			3.7

8.2.8. Direção de Gestão de Recursos Humanos

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	INSA d)	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Eficácia	Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	Resultado	-	-	1	0	1	100%	Portal	DGRH /CMRE	AO			3.8
35	DRH a)	4	Elaborar uma metodologia para a Gestão Previsional de Recursos Humanos	Eficiência	Taxa execução	Realização	-	-	100	0	100	100%	Documento com a metodologia	DGRH	AO			1.10
36	DRH d)	4	Modernizar a gestão da formação	Eficiência	Aquisição de <i>software</i>	Realização	-	-	100	0	100	100%	Emissão de Nota de Encomenda	DGRH/DRF/ TSI	ASPFP	Autorizações externas para a realização de despesa.		4.1
37	DRH d)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (%) (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	DGRH	AO/ASPFP			3.7
37	DRH c)	4	Aperfeiçoar a identificação das necessidades de formação	Qualidade	Modelo de articulação entre a avaliação de desempenho e a formação (% de conclusão)	Realização	-	-	100	0	100	100%	Documento com o modelo definido	DGRH	AO			1.10
39		4	Promover a satisfação dos colaboradores e clientes (QUAR 2017)	Qualidade	Índice médio de satisfação global dos colaboradores (QUAR 2017) (escala 1-5)	Impacto	-	3,53	3,5	0,5	5	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	DGRH/PLAN/QUAL	AO			3.7
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	DGRH	AO			4.1
62	APDO m)	4	Promover a comunicação interna	Qualidade	Número de iniciativas	Realização	-	-	2	1	4	100%	Eventos	DGRH/QUAL/PLAN/COM	AO			3.7
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	DGRH	AO			3.7
	DRH g)	4	Avaliar os serviços de suporte	Qualidade	Aplicação de questionário aos colaboradores do INSA (mês)	Realização	10	12	11	1	9	33%	Mail a disponibilizar o questionário	DGRH	AO			3.8
					Tratamento dos dados (meses)	Realização	12	0	12	0	12	33%	Relatório da avaliação dos serviços	DGRH	AO			3.8
					Elaboração de relatório	Realização	1	0	12	0	12	33%	Relatório da avaliação dos serviços	DGRH	AO			3.8
	DRH m)	4	Proceder à gestão do arquivo intermédio	Eficácia	Taxa de documentação em depósito avaliada %	Realização	6	7	7	2	10	100%	Relatório anual da área de Arquivo Geral	DGRH	AO			3.8
	DRH m)	4	Instalar o arquivo intermédio num espaço físico exclusivo (depósito) devidamente equipado para o efeito	Eficácia	Taxa de documentação instalada e organizada, 5 meses depois da disponibilização do depósito %	Realização	-	-	5	1	7	100%	Relatório anual da área de Arquivo Geral	DGRH	AO			3.8

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	Atribuição prevista i) do DRT mas assegurada pela DGRH	4	Desenvolver ferramentas de gestão para reprografia	Eficácia	Relatório de controlo de trabalhos da reprografia (relativo ao ano n-1)	Realização	1	1	1	0	1	100%	Relatório anual de controlo dos trabalhos	DGRH	AO			3.8
	DRH d)	4	Elaborar do Plano de Formação	Eficácia	Entrega do Plano para aprovação (meses)	Realização	3	3	3	0	3	100%	Nota interna a submeter o documento a aprovação	DGRH	AO			3.7
	DRH j)	4	Melhorar o processo de acolhimento e integração dos novos trabalhadores do INSA	Qualidade	Implementação do modelo de acolhimento e integração dos novos trabalhadores: "Projeto Tutor" (taxa de aplicação%)	Realização	-	89,47	85	5	100	100%	Coordenadora do Projeto	DGRH	AO			3.7
	DRH a)	4	Melhorar o acesso ao registo biométrico	Eficiência	Instalação de um equipamento na área do refeitório/bar	Estrutura	-	-	1	0	1	100%	Equipamento instalado	DGRH	AO			3.8
	DRH e)	4	Implementar o acesso a todos os trabalhadores ao portal WebRHV associado à aplicação de recursos humanos e vencimentos na parte respeitante à alteração de dados pessoais, bem como outras funcionalidades que se considerem adequadas e visem a desmaterialização	Eficiência	Disponibilização da nova funcionalidade (mês)	Estrutura	-	-	11	1	9	100%	Portal WebRHV	DGRH	AO			3.8
Área de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho																		
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	SHST/DGRH	AO			3.7
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	SHST	AO			4.1
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	SHST	AO			3.7
	a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	4	Elaborar matrizes de avaliação do risco laboratorial	Eficácia	Nº de locais/ensaios avaliados	Realização	19	28	15	2	28	100%	Registos de avaliação	SHST	AO			3.8
	b), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	4	Elaborar ações inspetivas no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde	Eficácia	Nº de ações realizadas expressas em <i>checklist</i>	Realização	12	29	20	5	29	100%	Registos de ações inspetivas	SHST	AO			3.8

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	4	Realizar ações de informação/formação sobre riscos laborais	Eficácia	Nº de ações de informação/formação realizadas	Realização	8	16	15	1	17	100%	RA	SHST	AO			3.7
	a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	4	Elaborar e manter atualizados os mapas de registos de acidentes e incidentes	Eficácia	% de registos efetuados	Realização	100	100	100	0	100	100%	Mapas de registos	SHST	AO			3.8
	a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	4	Realizar auditorias no âmbito da gestão de resíduos	Eficácia	Nº de auditorias realizadas	Realização	-	-	2	0	2	50%	Relatório de auditoria	SHST	AO			3.8
	a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	4			Nº de relatórios elaborados	Realização	3	1	2	0	2	50%	Relatório de auditoria	SHST	AO			3.8

8.2.9. Direção de Gestão de Recursos Financeiros

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
2	INSA d)	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde	Eficácia	Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	Resultado	-	-	1	0	1	100%	Portal	DRF / CMRE	AO			3.8
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	DRF/ DGRH	AO/ASPFP			3.7
44	DRT m)	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Qualidade	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	Resultado	-	-	80	0	80	100%	Autorizações extremas para a realização de despesa.	DRF/TSI	ASPFP			3.3
45		4	Redefinir Workflows	Eficiência	Processos em que foram redefinidos Workflows	Realização	-	-	3	1	5	100%	Documentum	DRF	AO			4.1
46		4	Desmaterializar os processos administrativos	Eficiência	Processos desmaterializados	Realização	-	5	3	1	5	100%	Documentum	DRF/ TSI	AO			4.1
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	DRF	AO			4.1
52	DRF c)	4	Consolidar o processo de implementação da contabilidade analítica, de acordo com o SNC-AP	Eficácia	Redefinição dos centros de custo (%)	Realização	-	-	100	0	100	100%	SICC	DRF	AO			3.8
53	DRF e)	4	Implementar um sistema de apoio ao processo de reconciliações bancárias	Eficiência	Movimentos bancários abrangidos (%)	Realização	-	-	100	0	100	100%	Relatório resumo mensal	DRF	AO			3.8
54	DRF r)	4 l	Melhorar a gestão do património	Eficiência	Atualização do cadastro do imobilizado (%)	Realização	-	-	60	5	70	100%	Programa de Gestão de Equipamentos	DRF	AO			3.8
55	DRF o)	4	Melhorar a instrução dos procedimentos de contratação	Qualidade	Taxa de processos auditados sem irregularidades	Resultado	-	-	30	5	40	100%	Relatório de auditoria interna	DRF	AO			3.8
56	DRF t)	4	Consolidar o processo de implementação dos armazéns avançados	Eficácia	Efetivação dos armazéns avançados	Realização	-	-	6	0	6	100%	Validação de inventário pelo ROC no fecho de contas	DRF	AO			3.8
58	DRF c)	4	Apurar os custos associados à prestação de serviços	Eficácia	Desenvolvimento uma metodologia de custeio para os serviços prestados (%)	Realização	-	-	100	0	100	50%	Instrução de trabalho	DGH/DR F/ CONTR/ PLAN	AO			3.8
58	DRF c)	4			Desenvolvimento do instrumento para recolha de informação (%)	Realização	-	-	100	0	100	50%	Instrumento disponibilizado	DGH/DR F/ CONTR/ PLAN	AO			3.8
59	DRF a)	4	Contratualizar financiamento de acordo com produção efetuada	Eficácia	DTC/Museu contratualizados	Realização	-	-	100	0	100	100%	Módulo de Gestão de Projetos	DRF	AO			3.8

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	DRF b)	4	Melhorar o desempenho económico e financeiro (QUAR 2017)	Eficiência	Manter o prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias)	Resultado	16	16	16	1	14	50%	SICC	DRF	AO			3.8
	DRF b)	4			Transmissão trimestral de dados relativos à avaliação económico-financeira	Realização	3	4	4	0	4	50%	E-mail com Reporte à ACSS	DRF	AO			3.8
	DRF a)	4	Assegurar a gestão eficiente do orçamento do INSA e respetiva prestação de contas	Eficiência	Elaboração de execução orçamental até dia 10 do mês n+1	Realização	10	9	12	0	12	100%	E-mail com Reporte à ACSS	DRF	AO			3.8
	DRF p)	4	Melhoria dos procedimentos para a realização de contratos relativos à aquisição/manutenção de bens e serviços	Eficácia	Prazo médio para lançamento do concurso desde da data de obtenção do cabimento (em dias)	Realização	-	3	4	1	2	50%	Vortal	DRF	AO			3.8
	DRF p)	4			Prazo médio para adjudicação após a receção do relatório final (em dias)	Realização	-	3	4	1	2	50%	Vortal	DRF	AO			3.8
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	DRF	AO			3.7
	DRF g)	4	Assegurar o reporte interno de informação relativa às faturas emitidas no âmbito da prestação de serviços que decorrem de uma proposta apresentada pela área da contratualização	Eficiência	Taxa de reporte (%)	Realização	-	-	100	0	100	100%	Reporte mensal à área da Contratualização	DRF/CO NT	AO			3.8
Sector Jurídico																		
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	Setor jurídico/DGRH	AO/ASPFP			3.7
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	Setor jurídico	AO			4.1
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	Setor jurídico	AO			3.7
	Setor jurídico a)	4	Assegurar a monitorização do Plano de Gestão de Risco e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Eficácia	Relatórios periódicos de monitorização do Plano	Realização	2	2	2	0	100	50%	Relatório do Plano de Gestão de Risco e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Setor jurídico	AO			3.8
	Setor jurídico a)	4			Revisão do Plano (%)	Realização	100	100	100	0	100	50%	Plano de Gestão de Risco e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Setor jurídico	AO			3.8

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	Setor jurídico a)	4	Desenvolver o Sistema de Controlo interno no âmbito das orientações do Grupo Coordenador de Controlo Interno (GCCCI) que funciona na IGAS.	Eficiência	Plano de controlo interno	Realização	-	-	1	0	1	33%	Plano de controlo interno	Setor jurídico	AO			3.8
	Setor jurídico a)	4			Taxa de cumprimento do plano	Resultado	-	-	85	10	100	33%	Relatório de controlo interno	Setor jurídico	AO			3.8
	Setor jurídico a)	4			Relatório de Controlo Interno	Resultado	-	-	1	0	1	33%	Relatório de controlo interno	Setor jurídico	AO			3.8
	Setor jurídico a)	4	Disponibilização diária do JOUE aos DTC	Qualidade	Taxa do cumprimento do plano de envio	Realização	-	-	90	5	100	100%	RA	Setor jurídico	AO			3.8
Área de Apoio à Investigação																		
7	INSA b)	1	Realizar eventos estratégicos (Ex: Dia do INSA, Dia do Jovem investigador; Fórum da Investigação em saúde)	Eficácia	Eventos realizados	Realização	-	-	3	0	3	50%	Evento	AAI/OF/COM	AO			1.1
	INSA b)	1			Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (em meses) (QUAR 2017)	Realização	0	11	11	1	9	50%	Evento	AAI/OF/COM	AO			1.1
65	INSA a)	2	Reforçar a investigação	Eficácia	Novas colaborações internacionais (% de aumento)	Resultado			3	1	5	20%	RA	AAI/ DTC	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D em curso/concluídos	Realização	143	129	130	15	146	20%	Módulo de gestão de projeto	AAI/ DTC	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Projetos de I&D novos (QUAR 2017)	Realização	23	26	20	5	30	20%	Módulo de gestão de projeto	AAI/ DTC	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	Realização	4	9	5	3	9	20%	Módulo de gestão de projeto	AAI/ DTC	ASPFP			3.9
65	INSA a)	2			Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	Realização	10	13	7	4	13	20%	Módulo de gestão de projeto	AAI/ DTC	ASPFP			3.9
17	INSA a)	2	Incentivar a investigação de tradução		Projetos de I&D em curso	Realização	-	-	37	6	50	50%	Módulo de gestão de projeto	AAI/ DTC	ASPFP			3.9
17	INSA a)	2			Novos pedidos provisórios de patente e patentes	Resultado	1	1	1	0	1	50%	Registo	AAI/ DTC	AO			3.9
20	INSA a)	2	Harmonizar os indicadores de produtividade	Eficácia	Definição de metodologia para o cálculo do valor em ETI	Realização	-	-	1	0	1	100%	Documento	AAI/ QUAL/ PLAN	AO			3.9
21	INSA a)	2	Aumentar captação de financiamento	Eficiência	Definição de um modelo de incentivo à captação de financiamento (%)	Realização	-	-	100	0	100	30%	Documento	AAI	AO			3.9

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
21	INSA a)	2			Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	Resultado	14%	48%	25%	5	48	15%	Módulo de gestão de projeto	AAI/ DTC	AO			3.9
21	INSA a)	2			Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	Resultado	26%	52%	30%	5	52	15%	Módulo de gestão de projeto	AAI/ DTC	AO			3.9
21	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão interna (% de aumento)	Resultado	1.580.219,83 €	2.240.849,46 €	5%	2	8	30%	Módulo de gestão de projeto	AAI/ DTC	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Financiamento dos projetos com gestão externa (% de aumento)	Resultado	764.431,28 €	716.263,81 €	5%	2	8	5%	Módulo de gestão de projeto	AAI/ DTC	ASPFP			3.9
	INSA a)	2			Taxa de pedidos de pagamentos dos projetos em curso	Resultado	-	-	85	10	100	5%	Módulo de gestão de projeto	AAI	AO			3.9
37	DRH d)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (%) (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80			100%	Relatório anual de formação	AAI/DGRH	AO/ASPFP			3.7
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	AAI	AO			4.1
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	AAI	AO			3.7
Área de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Organizacional																		
20	INSA a)	2	Harmonizar os indicadores de produtividade, no âmbito da Investigação	Eficácia	Definição de metodologia para o cálculo do valor em ETI	Realização	-	-	1	0	1	100%	Documento	AAI/QUAL/PLAN	AO			3.9
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	PLAN/DGRH	AO			3.7
39		4	Promover a satisfação dos colaboradores e clientes (QUAR 2017)	Qualidade	Índice médio de satisfação global dos colaboradores (QUAR 2017) (escala 1-5)	Impacto	-	3,53	3,5	0,5	5	50%	Relatório de satisfação trabalhadores	DGRH/PLAN/QUAL	AO			3.7
		4			Disponibilização do questionário de avaliação da satisfação dos trabalhadores (mês)	Resultado	-	10	11	1	9	50%	Questionário	PLAN/QUAL	AO			3.7
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	PLAN	AO			4.1
58	DRF c)	4	Apurar os custos associados à prestação de serviços	Eficácia	Desenvolvimento uma metodologia de custeio para os serviços prestados (%)	Realização	-	-	100	0	100	50%	Instrução de trabalho	DGH/DRF/CONTR/PLAN	AO			3.8
58	DRF c)	4			Desenvolvimento do instrumento para recolha de informação (%)	Realização	-	-	100	0	100	50%	Instrumento	DGH/DRF/CONTR/PLAN	AO			3.8
62	APDO m)	4	Promover a comunicação interna	Qualidade	Número de iniciativas	Realização	-	-	2	1	4	100%	Eventos	DGRH/QUAL/PLAN/COM	AO			3.7

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	PLAN	AO			3.7
64	APDO m)	4	Elaborar uma estratégia de Responsabilidade Social	Qualidade	Elaboração do plano	Realização	-	-	1	0	1	100%	Plano	PLAN	AO			3.7
	APDO f)	4	Assegurar a compilação e tratamento da informação solicitada pelo CD dentro dos prazos estipulados por este	Eficácia	Trabalhos (relatórios, planos, apresentações, etc.) elaborados a pedido do CD entregues dentro do prazo estipulado (%)	Realização	100	100	75	20	100	100%	RA	PLAN	AO			3.8
	APDO d), e)	4	Melhorar o processo de recolha, tratamento, atualização e disponibilização de informação sobre as áreas de atuação e desenvolvimento do Instituto	Eficiência	Criação/revisão dos indicadores de atividade do INSA (%)	Resultado	100	100	80	15	100	50%	Ficheiros	PLAN	AO			3.8
	APDO d), e)	4			Criação/revisão dos ficheiros de suporte à recolha de informação (%)	Resultado	100	100	80	15	100	50%	Ficheiros	PLAN	AO			3.8
	APDO c)	4	Assegurar a execução do processo de planeamento estratégico e operacional, monitorizando o desempenho das diversas U.O.	Eficiência	N.º de monitorizações dos indicadores do QUAR 2016, em articulação com as diversas UO	Realização	2	2	2	1	4	33%	Ficheiros	PLAN	AO			3.8
	APDO c)	4			N.º de monitorizações dos indicadores do PA 2016 e PE 2015-2016, em articulação com as diversas U.O.	Realização	2	2	2	1	4	33%	Ficheiros	PLAN	AO			3.8
	APDO c)	4			N.º de monitorizações dos indicadores das Funções Essenciais e das Atividades de Suporte, relativos ao ano de 2016, em articulação com as diversas U.O.	Realização	2	2	2	1	4	33%	Ficheiros	PLAN	AO			3.8
	APDO b)	4	Elaborar os documentos de gestão	Eficiência	Plano Estratégico (PE) 2017-2019	Resultado	-	-	1	0	1	25%	PE	PLAN	AO			3.8
	APDO b)	4			Plano de Atividades (PA) relativo ao ano em curso	Resultado	1	1	1	0	1	25%	PA	PLAN	AO			3.8
	APDO b)	4			Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) relativo ao ano em curso	Resultado	1	1	1	0	1	25%	QUAR	PLAN	AO			3.8
	APDO b)	4			Relatório de Atividades (RA) relativo ao ano anterior	Resultado	1	1	1	0	1	25%	RA	PLAN	AO			3.8

8.2.10. Direção de Gestão de Recursos Técnicos

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
36	DRT m)	4	Modernizar a gestão da formação	Eficiência	Aquisição de <i>software</i>	Realização	-	-	100	0	100	100%	Emissão de Nota de Encomenda	DRF/DGRH/TSI	ASPFP	Autorizações externas para a realização de despesa		4.1
37	DRT n)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	DRT/DGRH	AO/ASPFP			3.7
44	DRT m)	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Qualidade	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	Resultado	-	-	80	0	80	100%	Relatório de acompanhamento do projeto	TSI/DTC/DRF	ASPFP	Autorizações externas para a realização de despesa		4.1
45	DRT m)	4	Redefinir <i>Workflows</i>	Eficiência	Processos em que foram redefinidos <i>Workflows</i>	Realização	-	-	3	1	5	100%	Comunicação Interna	TSI/DRF	AO			4.1
46	DRT m)	4	Desmaterializar os processos administrativos	Eficiência	Processos desmaterializados	Realização	-	5	3	1	5	100%	Comunicação Interna	TSI/DRF	AO			4.1
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	DRT	AO			4.1
48	DRT l)	4	Hardware atualizado nos postos de trabalho	Eficiência	Substituição de computadores	Estrutura	-	27	80	10	95	50%	Relatório de acompanhamento do projeto	TSI	AO			4.1
48	DRT l)	4			Atualização dos postos de trabalho com sistema operativo mais recente	Estrutura	-	-	40	10	55	50%	Relatório de acompanhamento do projeto	TSI	AO			4.1
49	DRT l)	4	Reorganizar e atualizar infraestrutura de servidores do <i>DataCenter</i>	Eficiência	Valor global de licenciamento anual (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Relatório de acompanhamento do projeto	TSI	AO			3.8
51	DRT r)	4	Beneficiar as instalações da sede	Eficácia	Conservação do edifício principal (revestimento das fachadas) (QUAR 2017)	Estrutura	-	-	3	1	5	25%	Auto de medição	DRT	AO			3.8
51	DRT r)	4			Taxa de implementação das medidas de autoproteção	Estrutura	-	-	30	10	100	25%	Auto de medição	DRT	AO			3.8
51	DRT t)	4			Submissão da candidatura do Projeto de Eficiência Energética	Realização	-	-	1	0	1	25%	Balcão 2020	DRT	ASPFP			3.8
51	DRT u)	4			Taxa de cumprimento do plano de execução do Projeto de Eficiência Energética	Resultado	-	-	100	0	100	25%	Balcão 2020	DRT	ASPFP			3.8
56	DRF m)	4	Consolidar o processo de implementação dos armazéns avançados	Eficácia	Efetivação dos armazéns avançados	Realização	-	2	6	0	6	100%	Validação de inventário pelo ROC no fecho de contas	TSI/DRF	AO			3.8

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	DRT	AO			3.7
	DRT o)	4	Aumentar o nível de cobertura da rede <i>Wireless</i>	Eficiência	Nível de cobertura (%)	Estrutura	-	0	70	25	100	100%	Comunicação Interna	TSI/ DRF	AO	Autorizações externas para a realização de despesa		3.8
	DRT m)	4	Melhorar os sistemas de informação para recolha e armazenamento de dados no âmbito da atividade dos DTC	Eficiência	Implementação de novos registos para a recolha de informação	Realização	-	-	2	1	4	50%	Comunicação Interna	TSI/ DRF	AO			3.8
		4			Atualização e uniformização de micro <i>sites</i> no âmbito de programas nacionais e projetos financiados	Realização	-	-	2	1	4	50%	Comunicação Interna	TSI/ DRF	AO			3.8
	DRT l)	4	Rentabilizar o número de equipamentos de cópia e impressão através da centralização da função em locais estratégicos	Eficiência	Elaboração de uma política de atribuição e utilização de equipamentos de cópia e impressão	Realização	-	-	1	0	1	100%	Comunicação Interna	TSI/ DRF	AO			3.8
	DRT n)	4	Melhorar a interação da equipa de suporte técnico e informático com os colaboradores do INSA	Qualidade	Aumento do número de <i>tickets</i> que chegam à equipa de suporte através da plataforma <i>servicedesk</i>	Resultado	-	-	70	20	100	100%	Relatório de gestão do serviço	TSI/ DRF	AO			3.8
Área de Comunicação Marketing e Relações Externas																		
1	INSA l)	1	Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2020 e Programas do Ministério da Saúde		Organização do Workshop de <i>Health impact assesment</i>	Realização	-	-	1	0	1	100%	Evento	CMRE/D EP/DPS	AO	DGS	SUCH	1.4
2	INSA d)	1	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde		Novos indicadores no portal da transparência do SNS (QUAR 2017)	Resultado	-	-	7	1	9	100%	Portal	CMRE/D TC/DS	AO	MS, SPMS		3.8
7	INSA b)	1	Realizar eventos estratégicos (Ex: Dia do INSA, Dia do Jovem investigador; Fórum da Investigação em saúde)	Eficácia	Eventos realizados	Realização	-	-	3	0	3	33%	Evento	AAI/OF/ CMRE	AO		SUCH/EUREST	1.1
	INSA b)	1			Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (em meses) (QUAR 2017)	Realização	0	11	11	1	9	33%	Evento	AAI/OF/ CMRE	AO		SUCH	1.1
7	INSA b)	1			Taxa de participação nos eventos estratégicos realizados (participantes/lotação)	Impacto	-	-	75	5	85	33%	Evento	CMRE	AO			1.1
22	INSA m)	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Eficácia	Apoio a novos projetos/ações de cooperação internacional	Resultado	-	-	15	6	26	30%	RA	CMRE/D TC	ASPFP	DGS, CPLP, CDC, OMS, etc.		1.11
22	INSA m)	3			Apoio a novos projetos/ações de cooperação com a CPLP	Resultado	-	-	9	3	17	30%	RA	CMRE/D TC	ASPFP	CPLP, DGS		1.11
	INSA m)	3			Ações junto da CPLP e RINSP para reforço da cooperação (nº)		-	-	2	1	5	40%	RA	CMRE	AO			1.11
23	INSA m)	3	Assegurar compromissos internacionais	Eficácia	Taxa de resposta (N.º de respostas/N.º de solicitações)	Resultado	-	-	85	5	100	100%	RA	CMRE/D TC	AO	DGS		1.11

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
24	INSA m)	3	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde	Eficácia	Apoio às novas colaborações com institutos congéneres	Resultado	-	-	9	5	16	50%	RA	CMRE/DTC	ASPFP	RINSP, DGS, CPLP, CDC, OMS, etc		1.11
24	INSA m)	3			Apoio às novas colaborações com a OMS	Resultado	-	-	3	2	6	50%	RA	CMRE/DTC	ASPFP	OMS, CDC		1.11
32	INSA n)	5	Aumentar o impacto da divulgação dos serviços disponíveis no âmbito da oferta formativa	Eficiência	Novos contactos/pedidos de orçamento	Resultado	-	-	25	5	40	30%	Relatório Anual da Oferta Formativa	CMRE/OF	AO			3.7
32	INSA n)	5			Formandos (% de aumento)	Resultado	-	-	5	2	10	30%	Relatório Anual da Oferta Formativa	CMRE/OF	AO			3.7
	INSA n)	5			Elaborar um plano de marketing no âmbito da Oferta Formativa	Realização	-	-	1	0	0	40%	Documento	CMRE	AO			3.7
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	CMRE/DGRH	AO/ASPFP			3.7
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	CMRE	AO			4.1
60	Área CM e RE d)	4	Destacar a imagem do Instituto - Promover a presença nas redes sociais	Qualidade	Seguidores no Facebook	Impacto	-	5652	6000	150	7000	20%	Rede social	CMRE	AO	SPMS		1.8
60	Área CM e RE d)	4			Likes no Facebook	Resultado	-	16427	17000	1000	19000	20%	Rede social	CMRE	AO	SPMS		1.8
60	Área CM e RE d)	4			Visualizações no Facebook		-	12225	13000	300	14000	20%	Rede social	CMRE	AO	SPMS		1.8
	Área CM e RE d)	4			Posts disponibilizados no Facebook	Realização	-	420	450	30	550	20%	Rede social	CMRE	AO	SPMS		1.8
	Área CM e RE d)	4			Questionário de satisfação sobre a página do INSA no Facebook (mês)		-	-	1	0	1	20%	Respostas ao Questionário	CMRE	AO			1.8
	Área CM e RE d)	4	Elaborar conteúdos informativos para os canais de comunicação institucionais	Eficácia	Novos destaques informativos para a página do Instituto na Internet		290	370	370	50	450	50%	Site, FB, etc.	CMRE	AO	SPMS		1.8
	Área CM e RE d)	4			Edições da newsletter eletrónica do Instituto		41	52	45	6	52	50%	Site	CMRE	AO	SPMS		1.8
61	Área CM e RE d)	4	Destacar a imagem do Instituto - Garantir a presença nos media	Qualidade	Notícias sobre o INSA publicadas na comunicação social	Impacto	-	268	300	50	400	100%	RA	CMRE	AO			1.8
62	APDO m)	4	Promover a comunicação interna	Qualidade	Número de iniciativas	Realização	-	-	2	1	4	100%	Eventos	DGRH/QJAL/PLAN/CMRE	AO			3.7
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	CMRE/PLAN	AO			3.7

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)	
	Área CM e RE d)	4	Melhoria da acessibilidade e dos conteúdos do Portal Institucional do INSA	Eficácia	Disponibilização de formulários eletrónicos	Realização	-	-	2	1	4	100%	Portal Institucional	CMRE	AO			1.8	
Área da Oferta Formativa																			
7	INSA b)	1	Realizar eventos estratégicos (Ex: Dia do INSA, Dia do Jovem investigador; Fórum da Investigação em saúde)	Eficácia	Apoio aos eventos realizados	Realização	-	-	3	0	3	50%	Evento	AAI/OF/COM	AO			1.1	
	INSA b)	1			Apoio à realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (em meses) (QUAR 2017)	Realização	0	11	11	1	9	50%	Evento	AAI/OF/COM	AO			1.1	
22	INSA m)	3	Fomentar projetos e ações de cooperação internacionais	Eficácia	Ações de formação realizadas no INSA	Realização	-	-	5	2	10	100%	Relatório Anual da Oferta Formativa	OF	AO			1.11	
30	INSA n)	5	Fomentar a participação dos DTC na prestação de serviços no âmbito da oferta formativa	Eficiência	Proposta de melhoria ao modelo de incentivo à participação dos DTC	Realização	-	-	1	0	1	100%	Documento com proposta a remeter ao CD	OF	AO			3.7	
	INSA n)	5	Promover o desenvolvimento das competências em Saúde Pública através da oferta formativa (QUAR 2017)	Eficiência	Ações de oferta formativa (aumento %) (QUAR 2017)	Realização	5	8	5	2	8	100%	Relatório Anual da Oferta Formativa	OF	AO			3.7	
31	INSA n)	5	Aumentar volume da receita oriunda da oferta formativa	Eficiência	Taxa de crescimento da receita	Resultado	-24,47	2,02	5	1	7	100%	Relatório Anual da Oferta Formativa	OF/DTC	AO			3.7	
32	INSA n)	5	Aumentar o impacto da divulgação dos serviços disponíveis no âmbito da oferta formativa	Eficiência	Novos contactos/pedidos de orçamento	Resultado	-	-	25	5	40	50%	Relatório Anual da Oferta Formativa	COM/OF	AO			3.7	
32	INSA n)	5			Formandos (% de aumento)	Resultado	-	-	5	2	10	50%	Relatório Anual da Oferta Formativa	COM/OF	AO			3.7	
33	INSA n)	5	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Qualidade	Taxa de realização das iniciativas programadas	Resultado	41	66	60	10	100	40%	Relatório Anual da Oferta Formativa	OF/DTC	AO			3.7	
33	INSA n)	5			Taxa média satisfação dos clientes superior a 3,5 (escala 1-5)	Impacto	-	-	70	10	100	30%	Relatório Anual da Oferta Formativa	OF/DTC	AO			3.7	
	INSA n)	5			Estudo de avaliação de impacte (transferência) de ações do Plano de Oferta Formativa 2017	Realização	-	-	1	0	1	30%	Relatório Anual da Oferta Formativa	OF	AO			3.7	
34	INSA c)	5	Assegurar a qualidade do serviço de avaliação externa da qualidade laboratorial	Qualidade	Taxa de realização das ações de formação planeadas	Resultado	-	-	90	5	100	100%	Relatório Anual da Oferta Formativa	DEP/OF	AO			1.3	
	INSA b)	5	Proporcionar cursos de formação à distância na plataforma de e-learning do INSA	Eficácia	Cursos à distância	Realização	2	2	3	0	3	100%	Relatório Anual da Oferta Formativa	OF/DTC	AO			3.7	
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	OF/DGRH	AO/ASPFP			3.7	
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	OF	AO			4.1	

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	OF	AO			3.7
Área da Contratualização																		
27	DRT x)	5	Melhorar a divulgação dos serviços diferenciados de natureza laboratorial disponíveis	Eficiência	Novos contactos/pedidos de orçamento	Resultado	-	-	80	10	100	33%	Documentum	CONTR	AO			3.8
27	DRT w)	5			Novas contratualizações (Ex: ARS, DGAV, Serv. Prisionais)	Realização	-	-	5	1	7	33%	INSAnet	CONTR	AO			3.8
27	DRT x)	5			Novos clientes	Resultado	-	-	20	5	30	33%	Sigalis	CONTR	AO			3.8
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	CONTR/DGRH	AO/ASFPF			3.7
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	CONTR	AO			4.1
58	DRF c)	4	Apurar os custos associados à prestação de serviços	Eficácia	Desenvolvimento uma metodologia de custeio para os serviços prestados (%)	Realização	-	-	100	0	100	50%	Instrução de trabalho	DGH/DR F/ CONTR/ PLAN	AO			3.8
58	DRF c)	4			Desenvolvimento do instrumento para recolha de informação (%)	Realização	-	-	100	0	100	50%	Instrução de trabalho	DGH/DR F/ CONTR/ PLAN	AO			3.8
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	CONTR	AO			3.7
	Contratualização c)	4	Analisar a atividade e evolução da área da contratualização	Qualidade	Relatório	Realização	12	4	4	0	4	100%	Relatório	CONTR	AO			3.8
	DRT y)	4	Assegurar o reporte interno de informação relativo às faturas emitidas no âmbito da prestação de serviços que decorrem de uma proposta apresentada pela área da contratualização	Eficiência	Instrução de trabalho para efetivação da atividade (mês)	Realização	-	-	8	1	6	100%	Instrução de trabalho	DRF/ CONTR	AO			3.8
Área da Biblioteca da Saúde																		
8	INSA b)	1	Fomentar a produção editorial científica (QUAR 2017)	Eficácia	Publicação do "Boletim Epidemiológico Observações" (QUAR 2017)	Realização	6	5	6	2	9	50%	Repositório	Biblioteca/ DEP	AO			1.1
8	INSA b)	1			Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação Nacionais com intervenção do INSA	Realização	-	-	85	10	100	25%	Repositório	Biblioteca/ DTC	AO			1.1
	INSA b)	1			Taxa de disponibilização online das edições do INSA publicadas	Resultado	-	-	100	0	100	25%	Repositório	Biblioteca	AO			1.1

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
	DRT a)	1	Atualizar e enriquecer o acervo documental, de acordo com as necessidades de informação do INSA	Eficácia	Proposta de assinaturas de revistas e de base de dados, aquisição de manuais e normas técnicas; incorporação de fundos históricos (%)	Realização	100	100	80	15	100	100%	Pedidos propostos Registo de incorporações	Biblioteca	AO			1.1
	DRT b)	1	Aumentar a disponibilidade e acessibilidade à informação bem como a capacidade de resposta do serviço e o conhecimento do acervo, mantendo atualizado as bases de dados partilhadas em rede e consolidando o tratamento documental de fundos patrimoniais	Eficácia	Processamento bibliográfico	Realização	717	872	800	100	1000	100%	Catálogo bibliográfico e Repositório	Biblioteca	AO			1.1
	DRT e)	1	Dar resposta a pedidos de informação internos e externos, reforçando as parcerias com serviços congéneres com o objetivo da partilha de informação	Eficácia	Pedidos de informação respondidos (%)	Resultado	100	100	85	15	100	100%	Registo de pedidos/ ficheiros	Biblioteca	AO			1.1
	DRT g)	1	Zelar pelo fundo arquivístico histórico	Eficácia	Colaboração/participação em trabalhos solicitados neste âmbito (%)	Realização	85	85	85	10	100	100%	Registo de pedidos	Biblioteca	AO			1.1
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	Biblioteca/ DGRH	AO			3.7
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	5	30	100%	Compras/armazém	Biblioteca	AO			4.1
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	Biblioteca	AO			3.7
	DRT d)	5	Incrementar a qualidade dos serviços através da produção e acesso a recursos e serviços eletrónicos, promovendo a Biblioteca Digital e a gestão do Repositório Científico de Acesso Aberto do INSA, reforçando a qualidade do sistema e a colaboração com o repositório nacional	Qualidade	Estatística de utilização do repositório (pesquisas, downloads e consultas)	Realização	1,633.826	1,855.465	2,000.000	75.000	2,100.000	100%	Repositório	Biblioteca	AO			1.1
	DRT e)	5	Promover a biblioteca como centro de informação e referência nacional em Saúde Pública, através de iniciativas de divulgação do acervo e de desenvolvimento de competências de informação	Eficácia	Atividades de extensão cultural/divulgação do acervo e ações de capacitação/ formação de utilizadores	Realização	91	93	90	30	125	100%	Atividades	Biblioteca	AO			1.1

8.2.11. Área da Qualidade

OPI	Atribuição da UO (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâm. OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2015) (QA)	Valores Prévios (2016) (QA)	Meta (2017) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Peso (O)	Fonte de verificação (O)	Resp. execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colab. (F)	Contributo para as Or. Estrat. do MS (O)
20	INSA a)	2	Harmonizar os indicadores de produtividade	Eficácia	Definição de metodologia para o cálculo do valor em ETI	Realização	-	-	1	0	1	100%	Documento	AAI/QUAL/PLAN	AO			3.9
26	QUAL f)	5	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR 2017 R)	Qualidade	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de ensaios) (QUAR 2017 R)	Resultado	397	444	490	34	549	100%	Anexo técnico, LFG	QUAL	AO			1.3
37	INSA b)	4	Assegurar a formação dos trabalhadores (QUAR 2017)	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação (QUAR 2017)	Resultado	76	71	80	10	100	100%	RAF	OF/QUAL	AO/ASPFP			3.7
39		4	Promover a satisfação dos colaboradores e clientes (QUAR 2017)	Qualidade	Índice médio de satisfação global dos colaboradores (QUAR 2017) (escala 1-5)	Impacto	-	3,53	3,5	0,5	5	50%	Relatório de satisfação colaboradores	DGRH/PLAN/QUAL	AO			3.7
26	QUAL b)	4			Índice médio de satisfação global dos clientes (QUAR 2017) (escala 1-4)	Impacto	-	3,59	3,0	0,5	4	50%	Relatório de satisfação clientes	QUAL	AO			1.3
43	QUAL a)	4	Manter atualizados os requisitos da política de acreditação	Qualidade	Documento atualizado com os requisitos	Realização	-	-	1	0	1	100%	Nova revisão do documento	QUAL	AO			1.3
44	DRT m)	4	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Qualidade	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	Resultado	-	-	80	0	80	100%	Relatório de acompanhamento do projeto	QUAL	ASPFP			3.3
45		4	Redefinir Workflows	Eficiência	Processos em que foram redefinidos Workflows	Realização	-	-	3	1	5	100%	Documentum	QUAL	AO			4.1
46		4	Desmaterializar os processos administrativos	Eficiência	Processos desmaterializados	Realização	-	5	3	1	5	100%	Documentum	QUAL/TSI	AO			4.1
47		4	Diminuir o consumo de papel	Eficiência	Consumo do papel do ano N /Consumo do papel do ano N-1 (% de diminuição)	Impacto	-	-	20	10	40	100%	Compras/armazém	QUAL	AO			4.1
62	APDO m)	4	Promover a comunicação interna	Qualidade	Número de iniciativas	Realização	-	-	2	1	4	100%	Evento	DGRH/QUAL/PLAN/COM	AO			3.7
63		4	Promover o envolvimento dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão	Qualidade	Taxa de satisfação (questionário de satisfação)	Impacto	-	28	45	5	60	100%	Relatório de satisfação trabalhadores	QUAL	AO			3.7

8.3. MAPA DE PESSOAL

Atribuições / Competências/Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Numero de postos de trabalho	OBS (a); (b); (c):
-	Presidente do Conselho Directivo (1)	-	1	
-	Vogal do Conselho Directivo (1)	-	1	
-	Director de serviços (1)	-	4	
SEDE				
ACTIVIDADES DE MISSAO				
O INSA, I. P., é o laboratório do Estado que tem por missão contribuir para ganhos em saúde pública através de actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, actividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios.	Investigação Científica	doutoramento	41	(a) 5
	Médica	hospitalar, saúde pública	6	
	Enfermagem	enfermagem	3	(b) 2
	Técnica superior de saúde	laboratório, genética, nutrição, engenharia sanitária	71	
	Técnica superior	ciências da vida, ciências físicas, engenharia alimentar, nutrição, gestão, contabilidade, estatística, matemática, ciências sociais, relações internacionais, genética, anatomia patológica, análises clínicas e saúde pública, biologia, bioquímica, saúde ambiental, veterinária, entre outras	45	
	Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental, anatomia patológica, citológica e tanatológica, dietista	64	
	Informática	informática	3	
	Assistente técnico	apoio administrativo laboratorial	16	(a) 1
	Assistente operacional	manutenção e higiene nos laboratórios	25	(a) 1

Atribuições / Competências/Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho	OSS (a); (b); (c).
ÁREAS DE SUPORTE				
o INSA, I. P., organiza -se em serviços de apoio à investigação, gestão e administração para prestar o apoio indispensável à prossecução dos seus objetivos. Inclui as áreas de recursos humanos, financeiros, técnicos e Museu da Saúde.	Técnico superior de saúde	laboratório, genética, nutrição, engenharia sanitária	3	(c)
	Técnico superior	administração pública, ciências sociais, comunicação, direito, humanidades, contabilidade, gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão e organização de empresas, gestão e administração pública, economia, ciências políticas, relações internacionais, ciências da educação, história, história da arte, engenharias, informática, psicologia, ciências documentais, entre outras	33	
	Técnico de Informática	informática	0	
	Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental	4	(c)
	Coordenador técnico	gestão de recursos humanos, gestão de recursos financeiros	0	
	Assistente técnico	secretariado, recursos humanos, contabilidade, aprovisionamento, armazém, faturação, contratualização, expediente	51	
	Assistente operacional	secretariado, motorista, telefonista, estafeta, armazenamento e distribuição de stocks, electricista, carpinteiro, serralheiro, canalizador, operador de reprografia	26	
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO - SEDE			391	

Atribuições / Competências/Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho	OBS (a); (b); (c);
CENTRO DE SAUDE PUBLICA DOUTOR GONÇALVES FERREIRA				
ACTIVIDADES DE MISSAO				
<p>prosseque a missão e atribuições do INSA, I. P., quer no âmbito laboratorial quer em assistência diferenciada, para a obtenção de ganhos de saúde pública, competindo -lhe:</p> <p>a) Realizar atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico em ciências da saúde;</p> <p>b) Realizar atividades laboratoriais de referência e de avaliação externa da qualidade;</p> <p>c) Observar o estado de saúde e vigilância epidemiológica;</p> <p>d) Realizar ações de divulgação da cultura científica;</p> <p>e) Contribuir para a capacitação e formação de recursos humanos;</p> <p>f) Prestar serviços diferenciados, no âmbito das competências estabelecidas para os departamentos técnico-científicos.</p>	Investigação Científica	doutoramento	9	
	Médica	hospitalar, saúde pública	1	
	Técnica superior de saúde	laboratório, genética, nutrição, engenharia sanitária	19	
	Técnica superior	administração pública, ciências sociais, genética, ciências da vida, saúde ambiental, biologia, química, entre outras	6	
	Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental, anatomia patológica, citológica e tanatológica	38	
	Assistente técnico	apoio administrativo laboratorial	13	
Assistente operacional	manutenção e higiene nos laboratórios	11		
ÁREAS DE SUPORTE				
<p>Prosecução das atribuições do Centro:</p>	Técnico superior	administração pública, ciências sociais, comunicação, direito, humanidades, contabilidade, gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão e organização de empresas, gestão e administração pública, economia, ciências políticas, relações internacionais, ciências da educação, história, história da arte, engenharias, informática, psicologia, ciências documentais, entre outras	6	
	Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental	4	
	Informática	informática	2	
	Coordenador técnico	gestão de recursos humanos, gestão de recursos financeiros	1	
	Assistente técnico	secretariado, recursos humanos, contabilidade, aprovisionamento, armazém, faturação, contratualização, expediente	12	
	Assistente operacional	telefonista, motorista, estafeta	4	
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO - CGF			126	
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO - INSA, IP			523	

MAPA DE PESSOAL DO INSA, IP
 - 2017 -



Fernando de Azevedo
 Presidente do Conselho Diretivo
 Instituto Nacional de Saúde
 Doutor Ricardo Jorge – 1154

Mapa Resumo dos postos de trabalho		
Cargo/carreira/categoria	nº postos de trabalho	observações (a); (b); (c)
Presidente do Conselho Directivo	1	
Vogal do Conselho Directivo	1	
Director de serviços	4	
Pessoal de Investigação científica	50	(b) 5
Pessoal Médico	7	
Enfermagem	3	(b) 1
Técnica superior de saúde	93	(c)
Técnica superior	90	
Técnica de diagnóstico e terapêutica	110	(c)
Informática	5	
Assistente técnico (inclui coordenador técnico)	93	(a) 1
Assistente operacional	66	(a) 1
TOTAL DE TRABALHADORES DO MAPA DE PESSOAL DO INSA, IP		523

(1) Conforme Decreto-Lei nº 27/2012, de 8 de fevereiro

(a) - postos de trabalho ocupados com contratos de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo ou incerto

(b) - postos de trabalho a tempo parcial

(c) - 1 TDT ou 1 TSS com formação adequada em ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho

Contratos de Trabalho em Funções Públicas celebrados ao abrigo do protocolo celebrado com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, no âmbito do Concurso Investigador FCT

Atribuições / Competências/Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho	OBS (a); (b); (c);
ACTIVIDADES DE MISSÃO				
O INSA, I. P., é o laboratório do Estado que tem por missão contribuir para ganhos em saúde pública através de actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, actividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios.	Investigação Científica	doutoramento	3	(a)
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO - INSA, IP			3	

(a) - postos de trabalho ocupados com contratos de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo (5 anos)